

PUBLICAÇÃO MENSAL • R\$ 4,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

178

AMÉRICA LATINA

O CUSTO DOS PLANOS ECONÔMICOS

ÍNDIOS
BRASILEIROS:
EDUCAÇÃO E
AFIRMAÇÃO

ABORTO:
DIREITO OU
CRIME CONTRA
A VIDA?

CUBA: A CRISE DOS REFUGIADOS




Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL 

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:
Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:
Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 22.43466 - Fax (081) 42.41069 - Telex (81) 2424/8801



Editora Terceiro Mundo Ltda.

1. Que seções você considera mais interessantes?

- | | |
|---|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> América Latina | <input type="checkbox"/> Minorias |
| <input type="checkbox"/> África | <input type="checkbox"/> Drogas |
| <input type="checkbox"/> Ásia | <input type="checkbox"/> População |
| <input type="checkbox"/> Oriente Médio | <input type="checkbox"/> Mulher |
| <input type="checkbox"/> Economia | <input type="checkbox"/> Outros |

2. Quais seções lhe parecem menos interessantes?

.....

.....

3. Interessa que incluamos outras regiões?

- Sim Não

Quais?

.....

4. Gostaria que tratássemos de outros temas?

- Sim Não

Quais?

.....

5. Você considera bom o tamanho dos artigos?

- Sim Não

Explique por que:

.....

6. O que você acha de nossas capas?

- Boas Ruins
- Regulares

7. Alguma em particular chamou a sua atenção?

- Sim Não

Lembra qual foi o número da revista?

8. Você considera adequado o nome da revista?

- Sim Não

Por quê?

.....

9. O que você acha da apresentação visual dos temas?

- Boa Regular Ruim

10. Qual a sua opinião sobre o Suplemento?

- Bom Regular Ruim

11. Tem algum outro comentário ou sugestão sobre nosso trabalho?

.....

.....

Nome

Ocupação Idade

Endereço

Cidade

Estado CEP

Nossos leitores sabem que desde o começo de 1994 estamos comemorando os vinte anos de **cadernos do terceiro mundo**, que se cumprem em setembro deste ano. A proximidade do nosso vigésimo aniversário nos levou a criar uma nova seção, "Grandes Reportagens", onde estamos republicando os principais artigos desse período. Por isso, almejamos que os leitores mais conscientes conheçam melhor a trajetória de nossa publicação e os mais antigos avaliem, à luz das novas realidades, a cobertura que demos a fatos que marcaram estas duas décadas.

Mas a data não pode ser comemorada só olhando o passado. Pretendemos projetar nosso trabalho para o futuro, levando em consideração as mudanças produzidas nestas duas décadas e as novas expectativas de nossos leitores. Assim, queremos estabelecer um "diálogo" com nosso público para conhecer sua opinião sobre a revista, suas diferentes seções, o tratamento dos temas, a diagramação etc.

O questionário que publicamos a seguir é uma tentativa de estabelecer com nossos leitores uma relação mais direta. Desde já, agradecemos o tempo que dedicarem a respondê-lo.

As respostas devem ser dirigidas a:

Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - Gr. 105-106
Glória - 20241-180
Rio de Janeiro - Brasil

POSTAL NORTE SUL



CIDADANIA E COMPETITIVIDADE
Guiomar Namó de Mello

Discussão sobre temas relativos ao sistema escolar, sob a ótica da gestão da escola e da prática da sala de aula, apoiando-se em trabalhos da autora apresentados na USP entre 1991 e 1993, e no seminário da Unesco/OREALC em 1992.

195 pp
cód.358
R\$ 11,50

SOCIALISMO

Émile Durkheim e Max Weber
Organizado por Luis Carlos Fridman
Dois grandes autores clássicos da sociologia discorrem sobre o futuro e a possibilidade da justiça social plena. São ensaios e conferências inéditas em português, com análise às vezes até profética

128 pp E 344 R\$ 11,50



NO TEMPO DE VARGAS

Francisco Antonio Doria

Memórias, reflexões e documentos sobre os dois governos de Getúlio Vargas. Análise dos usos e métodos que caracterizam o período e os grandes acontecimentos daquele momento fundamental da história brasileira.

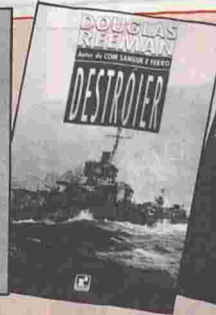
170 pp
cód.356
R\$12,80

GEOMORFOLOGIA: UMA ATUALIZAÇÃO DE BASES E CONCEITOS

Organizado por Antonio José Teixeira Guerra e Sandra Baptista da Cunha

Ciência geomorfológica, hidrologia e erosão nas encostas. Indicado para quem deseja compreender melhor os processos geomorfológicos na superfície terrestre, e o papel do homem como acelerador deles.

458 pp
cód.354
R\$25,00



DESTROÍER

Douglas Reeman

Narrativa sobre a Segunda Guerra Mundial, com feitos heróicos de homens que, mesmo levados ao extremo de sua resistência a bordo de navios precários, enfrentando poderio superior, conseguem se manter fiéis a seus princípios pessoais.

351 pp
cód. 360
R\$15,00



DO MUNDO DA LEITURA PARA A LEITURA DO MUNDO

Marisa Lajolo

Dirigido a professores, historiadores, educadores e escritores, o livro aborda valores e funções atribuídos à literatura infanto-juvenil na escola. Na segunda parte, análises sobre textos literários.

109 pp cód. 359
R\$8,00



Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel
Profissão

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).
() Cheque(s) nominal(is) em anexo à Editora Terceiro Mundo Ltda.
() Vale Postal - Agência Lapa () Assinante () Não-assinante
() Pagarei por Reembolso Postal
() Autorizo débito no meu cartão

Que tem validade até ____ / ____ No valor de CR\$

Cartão Nº

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data:...../...../.....

Assinatura do comprador

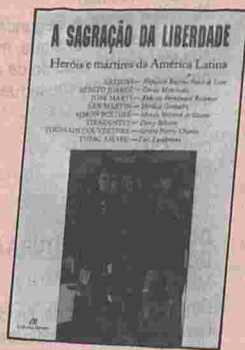
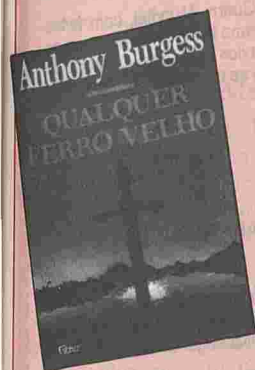
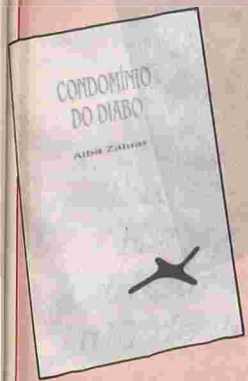
CÓD.	QUANT.

Cadernos nº 178



Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda. • Depto. de Assinaturas • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Flo de Janeiro - RJ • CEP 20241-180 • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 221-7511 OU PELO FAX (021) 252-8455

POSTAL NORTE SUL



CONDOMÍNIO DO DIABO

Alba Zaluar
O livro reúne ensaios publicados sobre dois aspectos destacados pela antropóloga em suas pesquisas: o efeito devastador do crime organizado sobre os jovens da periferia urbana e a incapacidade do Estado de atingir os processos de conversão destes jovens à carreira criminosa. O livro tenta desmontar a máquina destes "círculos infernais", para ir em busca de uma sociedade de paz, justiça e liberdade.
278 pp cód. E-351 R\$24,50

ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/Ivan Alves
Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional. Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadros e tabelas atualizadas. Complementa o Guia do Terceiro Mundo, cuja nova edição está sendo preparada.
327 pp E 318 R\$ 19,00

A SAGRAÇÃO DA LIBERDADE - HERÓIS E MÁRTIRES DA AMÉRICA LATINA

Vários autores
Trabalhos apresentados em seminário que juntou historiadores e ensaístas latino-americanos no Rio, em comemoração dos 200 anos de Tiradentes. Simón

Bolívar, José Martí e outros são tratados de forma criativa e original. 182 pp cód. 353 R\$13,00

QUALQUER FERRO VELHO

Anthony Burgess
Um grupo heterogêneo de personagens leva o leitor a viajar através da história do século. Num mundo em mutação, eles deslocam-se no espaço e no tempo ao sabor dos conflitos na Europa e no Oriente Médio, e assistem à criação do Estado de Israel e de Gales independente, libertada do jugo saxão.
368 pp cód. 350 R\$ 23,80

COLAPSO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Organizado por Ana Maria Fernandes e Fernanda Sobral
Um convite à reflexão sobre os impasses e limites deste setor da vida nacional, através de textos de Benício Viero Schmidt, Brasilmir Nunes, Ivan Rocha, Michelangelo Trigueiro e Ronaldo Conde Aguiar
152 pp E 341 R\$10,00

VISÕES DO GOLPE DE 1964

Maria Ceina D'Araújo, Gláucio A.D. Soares e Celso Castro
O livro reúne depoimentos de militares que vieram a ocupar posições de relevo no sistema de informações criado a partir de 1964. A obra nos faz rever páginas da história recente do país, desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até a posse de Costa e Silva, em 67
256 pp E 346 R\$15,00

SHORTCUTS - CENAS DA VIDA

Raymond Carver
Com prefácio do cineasta Robert Altman, responsável pela versão cinematográfica do livro, esta obra reúne pequenos contos sobre gente comum. Sua grande qualidade é dar emoção e significado a fatos aparentemente destituídos de grandeza.
179 pp E 348 R\$12,14

PENSAR PELO AVESSE

Benjamin Coriat
O economista francês analisa no livro o modelo de administração e gerenciamento adotado nas empresas do Japão, levando em conta a própria mentalidade japonesa, determinante para as relações de trabalho existentes no país. Coriat mostra quais os aspectos da experiência japonesa que poderiam ser transferidos ou não para o Brasil, no qual esteve diversas vezes.
209pp 400 R\$14,80

CUBA CHEGA LÁ!

Jurema Finamour
O livro fala sobre as descobertas, invenções, realizações científicas, tratamentos e curas de várias enfermidades. Em meio a mais de 30 anos de bloqueio econômico que asfixiou a economia cubana, o país sobrevive graças aos esforços do povo e do governo e à solidariedade internacional.
406pp E349 R\$10,00

MÃES DE ACARI - UMA HISTÓRIA DE LUTA CONTRA A IMPUNIDADE

Carlos Nobre
A tragédia do desaparecimento de 11 pessoas, seqüestradas e mortas na Baixada Fluminense em 1990. A peregrinação das mães das vítimas em busca de justiça
172pp E337 R\$12,00

BECO DAS GARRAFAS - UMA LEMBRANÇA

Marcello Cerqueira
Com narração leve, o romance desfila personagens que habitaram um certo quarteirão da Copacabana dos anos 60, onde nasceu a bossanova e onde marginais, boêmios, trabalhadores, empresários e prostitutas conviviam pacificamente. 198 pp cód. 357 R\$14,00

A CONSTITUIÇÃO NA HISTÓRIA - ORIGEM E REFORMA

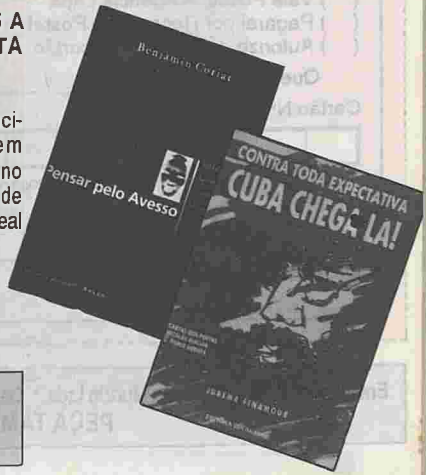
Marcello Cerqueira
O autor examina as constituições de diversos países, desde a época da Revolução Francesa até nossos dias. Com uma visão erudita e corajosa da história, mostra os choques políticos que se escondem debaixo da redação das leis, desnudando o real funcionamento do poder.
439 pp E 347 R\$ 36,30

RETRATOS E FATOS DA HISTÓRIA RECENTE

Carlos Castello Branco
O famoso jornalista traça os perfis de várias pessoas que ajudaram a construir a História recente brasileira, desde os presidentes João Goulart (Jango) e Jânio Quadros até Itamar Franco.
205 pp E338 R\$14,70

POLÍTICA BRASILEIRA DE 1945 A 1990 - UMA VISÃO NACIONALISTA

Oswaldo Lima Filho
Uma visão aprofundada dos principais temas que estiveram em discussão nas últimas décadas no Brasil, sempre com a perspectiva de identificar, analisar e defender o real interesse nacional.
324 pp E-340 R\$18,70



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

ASSINE DUAS REVISTAS QUE SOMAM NA SUA INFORMAÇÃO



PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO DAS OPÇÕES	À VISTA	À PRAZO
Assinatura anual de "cadernos" ou "Ecologia"	A R\$44,00	B 2 X R\$ 23,00 p/ 30/60 dias
Assinatura anual de "cadernos" + "Ecologia"	C R\$88,00	D 3 X R\$30,00 p/ 30/60/90 dias

CUPOM DE PEDIDO PARA UM AMIGO

cadernos Ecologia

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel: _____

Profissão: _____

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - CEP 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 221-7511
OU PELO FAX (021) 252-8455

MEU PEDIDO DE:

Assinatura "cadernos" Assinatura "Ecologia"

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel: _____

Profissão: _____

Minha opção de pagamento é (A) (B) (C) (D)

A opção do meu amigo é (A) (B) (C) (D)

Estou efetuando meu pagamento por:

Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

Reembolso Postal

Por Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)

Vale Postal Ag. Lapa

De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____

Comprador

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

O ABORTO NA AMÉRICA LATINA

Aumenta número de mortes de mulheres latino-americanas causadas por aborto

Página 2



BRASI.-CHINA

20 anos de
relações

Página 8

MULHER

A luta contra
a opressão

Página 10

Foto: Marcus Sanches

Mesmo ilegal, o aborto é praticado em todo o mundo, sendo um dos temas mais polêmicos da atualidade em relação aos direitos reprodutivos da mulher



MOMENTO DE DECISÃO

Patrícia Costa



Num momento em que o mundo todo discute o problema da superpopulação, temas como direitos reprodutivos, controle de natalidade e planejamento familiar cada vez mais fazem parte de pautas governamentais e não-governamentais. A prova disso foi a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no mês passado, no Cairo, que reuniu 20 mil delegados de 182 países.

Um dos assuntos mais polêmicos do encontro foi a legalização do aborto, que tem ferrenhos defensores e violen-

tos atacantes não só no Brasil, mas em várias nações do mundo.

O documento final da conferência — Declaração do Cairo —, *Programa de Ação* sobre política populacional para os próximos 20 anos, é, segundo os participantes, um sinal dos novos tempos, pois abandonou-se a postura mecanicista de controle populacional, que vinha sendo aplicada até então, e adotou-se uma política desenvolvimentista que leva em consideração a educação para todos, principalmente para as mulheres, e o direito individual das pessoas de decidirem o tamanho de suas famílias, aliando a isso a redução da mortalidade infantil e o

acesso direto ao planejamento familiar e a serviços de saúde reprodutiva.

O Brasil apoiou integralmente o documento. No texto, o aborto como método de planejamento familiar é condenado, mas foi reconhecido como uma importante questão de saúde pública, o que significa que os países onde ele é ilegal devem parar de ignorá-lo e tratá-lo com a devida atenção.

Para as mulheres, o documento abre um precedente na História, pois equipara os direitos reprodutivos da mulher aos direitos humanos e defende a valorização econômica e social das mulheres, através da educação, como sendo a chave

para a estabilização do crescimento populacional.

Em documento de mais de 100 páginas, os países se comprometeram a investir US\$ 17 bilhões por ano em planejamento familiar até o final da década, sendo que 1/3 dessa quantia virá dos países industrializados.

O Vaticano, numa decisão histórica, aderiu parcialmente ao consenso para a aprovação do *Programa de Ação* com reservas sobre os capítulos sete – que trata dos direitos reprodutivos – e oito – que fala do aborto. Nos encontros anteriores – Bucareste em 1974 e México em 84 –, o estado papal não aderiu aos documentos. Além do Vaticano, a Argentina, República Dominicana, Honduras, El Salvador, Malta, Equador, Paraguai, Nicarágua e Guatemala fizeram ressalvas ao documento. Dos países islâmicos, fizeram reservas Irã, Líbia, Argélia e Iêmen. Alguns foram claramente contra o uso de preservativos mesmo para a prevenção da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Os países muçulmanos conseguiram inserir no texto uma cláusula que defende a implementação do programa de acordo com as várias religiões, valores éticos e culturais de cada país, numa tentativa de evitar que o ocidente imponha seus valores, costumes e políticas ao resto do mundo.

Polêmica – O aborto, ou melhor, a sua legalização, foi o tema mais difícil de ser discutido na conferência. Na verdade, o grupos que defendem o aborto estão divididos em três vertentes: os que reivindicam sua despenalização, isto é, que continue a ser proibido, mas sem punição; os que buscam a descriminalização irrestrita, até os três meses de gravidez, isto é, que seja retirado do Código Penal como um crime; e, finalmente, aqueles que lutam pela sua completa legalização.

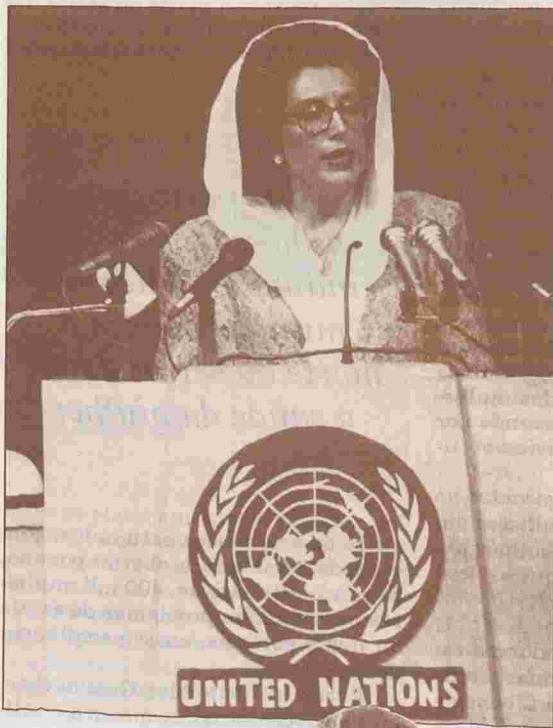
No Brasil, a polêmica do aborto existe desde os anos 40, quando foi aprovada uma legislação que determinou que esta prática é crime e deve ser punida com até quatro anos de prisão, salvo em casos de estupro e gravidez de alto risco.

De lá para cá, porém, o mundo sofreu transformações marcantes na área do comportamento, principal-

mente com a revolução sexual, nos anos 60, deflagrada com a invenção da pílula anticoncepcional. Além disso, fatores econômicos, educacionais, políticos e sociais contribuíram para um elevado crescimento populacional no Terceiro Mundo, onde a falta de informação e de meios anticoncepcionais baratos fez com que o aborto se tornasse um método quase comum de “controle” da natalidade.

O mundo mudou, mas a lei brasileira, não. Devido a essa “defasagem”,

há atualmente muitos projetos no Congresso que propõem a alteração da legislação. A deputada Eva Blay é autora do projeto mais recente, que prevê a legalização do aborto até o terceiro mês de gravidez. Ela diz que não defende o aborto, mas apenas sua legalização, para que a mulher possa decidir sobre sua prole sem ameaças à sua vida, e para favorecer as mulheres pobres, que geralmente correm risco de vida por não poderem pagar clínicas e médicos particulares para a operação.



A polêmica do aborto gerou inesperada aliança entre alguns países muçulmanos e católicos, que protestaram juntos contra a sua legalização. As mulheres islâmicas (foto abaixo) não têm direitos e vivem à mercê dos homens. Benazir Bhutto, primeira-ministra do Paquistão (ao lado) foi uma das poucas vozes islâmicas que defendeu o planejamento familiar, desde que respeite valores religiosos e culturais de cada país



Para Eva, a proibição só agrava o problema e não diminui o índice de abortos no país.

Legalidade – Em alguns países o aborto é legal, como nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, no Canadá, na Noruega e na Itália. Estatísticas apontam que, desde sua legalização, o número de abortos na península italiana caiu para a metade.

Em contrapartida, o Vaticano condena violentamente a prática do aborto, alegando que é um assassinato. O Novo Catecismo, divulgado em junho de 1992, nem sequer fala do assunto. Durante a Conferência do Cairo, o estado papal deixou bem claro que em momento algum aceitou o aborto como método de controle populacional, mesmo quando aderiu ao consenso final. Os fundamentalistas da religião islâmica também condenam totalmente não só esta prática como qualquer método contraceptivo e qualquer política de planejamento familiar, posição também mantida durante o encontro.

E, em meio a tudo isso, números e estudos indicam que a prática do aborto é ampla em todo o mundo. O mais triste é que grande parte das mulheres que o fazem acaba morrendo por complicações pós-operatórias ou ficam estéreis.

Com os resultados do encontro no Cairo, o movimento de mulheres em todo o mundo vai agora trabalhar junto aos seus governos para que as decisões não fiquem só no papel.

Ato comum – Um estudo realizado pelo Instituto Alan Guttmacher, de Nova Iorque – fundado há 25 anos e dedicado a pesquisas sobre saúde reprodutiva, análises de políticas e educação pública –, e divulgado recentemente, aponta diversas estimativas sobre o aborto clandestino praticado em seis países latino-americanos: Brasil, Colômbia, Chile, México, Peru e República Dominicana.

Feito com mulheres de 15 a 44 anos, das áreas rural e urbana e de níveis econômicos diferentes, o estudo *Aborto Clandestino: Uma Realidade Latino-Americana*, verificou que o aborto ilegal é largamente praticado por mulheres de todas as classes sociais e nas mais variadas condições.

Desde a intervenção médica segura até métodos violentos como quedas voluntárias, inserção vaginal de objetos pontudos e ingestão de produtos e remédios abortivos, todos são recursos que mostram a necessidade de se adotarem medidas legais condizentes com a realidade.

A pesquisa cita dados de outro estudo feito em 1991, que indica que cerca de 44 milhões de abortos são realizados no mundo por ano, sendo 15 milhões induzidos. Destes, 4 milhões são feitos na América Latina. Grande parte deles provoca a morte ou sérios danos à saúde da mulher. O Brasil está em quarto lugar em abortos induzidos

Grande parte dos 15 milhões de abortos induzidos feitos no mundo provoca a morte ou sérios danos à saúde da mulher

entre os seis países estudados, com cerca de 1,4 milhão de abortos por ano. Segundo estimativas, 400 mil mulheres morrem, têm problemas de saúde ou ficam estéreis, em consequência dessa prática.

Para o Instituto Alan Guttmacher, foi a situação social, econômica e política da América Latina que fez com que o casal médio optasse por famílias pequenas, havendo uma grande motivação pelo planejamento familiar. Os programas da América Latina são considerados bons: no total, o tamanho da família média latino-americana caiu de seis para 3,3 filhos por mulher, de 1960 para cá. O planejamento familiar no Chile é feito por 56% das mulheres; no México, por 34%.

Verificou-se ainda que o planejamento familiar é uma responsabilidade feminina, e que as mulheres dependem de contraceptivos orais, de esterili-

zação voluntária, do DIU e dos métodos tradicionais para evitar a gestação. Descobriu-se que cerca de 90% das mulheres destes países têm alguma informação sobre a pílula e sobre a esterilização feminina, mas a grande maioria não sabe como usar o contraceptivo de maneira correta. Além disso, alguns dos métodos anticoncepcionais disponíveis não se mostram eficazes. O resultado, algumas vezes, é uma gravidez não-desejada, que acaba criando desconfiança para com os contraceptivos em geral e faz muitas mulheres recorrerem ao aborto clandestino.

E é justamente o grande número de abortos ilegais que deve ser usado como um forte argumento pelas autoridades responsáveis para incentivar e desenvolver programas e serviços eficazes de planejamento familiar, que correspondam aos hábitos, expectativas e possibilidades econômicas das mulheres latino-americanas.

Mas não é só o aborto que deve preocupar os governos. O risco de superpopulação no planeta é um tema cada vez mais discutido atualmente. O controle da natalidade, através principalmente da educação e de métodos anticoncepcionais como a pílula e a camisinha, deve ser efetivo, segundo os especialistas, pois está diretamente ligado a sérios problemas como má distribuição de renda, a miséria e a fome. Por isso, o Programa de Ação da ONU para os próximos 20 anos dá tanta ênfase ao livre acesso dos indivíduos ao planejamento familiar.

O mais forte opositor desta iniciativa é o Vaticano, que aceita apenas a contracepção natural, ou seja, a abstinência sexual. Alega que não se pode controlar e muito menos interromper o processo natural de criação da vida.

Métodos abortivos – A pesquisa do instituto norte-americano constatou que a maior parte das mulheres que vive em zonas rurais induz o próprio aborto ou recorre a curiosas não-treinadas, o que aumenta os riscos para a sua saúde. As mulheres pobres das áreas urbanas também agem assim, mas uma pequena parcela (2/5) procura serviços médicos, parteiras formadas ou enfermeiras. Já as mu-

lheres ricas das cidades, em sua maioria, procuram profissionais de saúde formados.

Estima-se que em cada 100 mulheres brasileiras que fazem aborto, 30 a 45 têm complicações, mas só 20 a 30 são hospitalizadas. Muitas não recorrem aos hospitais com medo de serem presas ou por vergonha.

Para tentar alterar esse triste quadro, não só no Brasil mas em outras nações do mundo onde o aborto é ilegal, a Conferência do Cairo enfatizou que esta prática deve ser tratada como um problema de saúde pública.

Dentre os métodos abortivos populares, podem ser citados a ingestão de misturas, como cerveja com aspirina, melhora com orégano, substâncias cáusticas como formol e lixívia-cloro; a inserção de objetos perfurantes navegina como agulhas de tricô, colheres e cabides; e até tombos voluntários, golpes no ventre e drogas.



Outros pontos da Conferência

Além das recomendações referentes ao planejamento familiar, à saúde reprodutiva, à educação sexual e aos direitos reprodutivos da mulher, o Programa de Ação da ONU destaca ainda outros pontos principais para o sucesso das políticas populacionais para os próximos 20 anos, como o que defende a família como a unidade básica da sociedade; porém, dá-se destaque para o fato de existirem várias formas de família. Além disso, a igualdade entre homens e mulheres é defendida em todos os níveis pela primeira vez.

Segundo o texto, os governos devem reconhecer a importância vital da reunificação familiar para os imigrantes legais, o que não significa literalmente que isso seja um direito.

No entanto, as organizações não-governamentais (ONGs) – cuja participação foi essencial para a conquista de alguns pontos controversos – afirmaram que o encontro não foi proveitoso para os países pobres, pois discutiu-se tanto sobre sexualidade que se esqueceu de uma parte importante do debate: o desenvolvimento. Afirmando que os itens do documento que tratam sobre a necessidade de combater a pobreza, o desemprego e o analfabetismo ficaram muito vagos. Alguns participantes reconhecem que a discussão aprofundada desses pontos foi propositalmente adiada para a próxima conferência da ONU sobre desenvolvimento, que ocorrerá em março do ano que vem, em Copenhague.

Em 1986, entrou no país um remédio desenvolvido na década de 70 para tratamento de úlceras gastroduodenais, o Cytotec. Descobriu-se que ele era um eficaz e seguro abortivo.

Em 1991, quando foi proibido, um milhão de caixas desse remédio tinham sido vendidas. Mas até hoje, é possível consegui-lo no mercado negro. Uma das estudiosas do tema no Brasil é Regina Maria Barbosa, médica-sanitarista, psiquiatra e pesquisadora – atualmente trabalhando no Instituto de Medicina Social da Uerj, onde coordena o Programa de Estudos e Pesquisas de Sexualidade e Gênero, junto com Richard Parker, professor-adjunto de antropologia da saúde e sexualidade. Ela começou a ter contato com o problema do aborto em 1980, no Recife, onde foi uma das sócias fundadoras do SOS Corpo daquele estado, voltado inicialmente para o trabalho de saúde da mulher.

Quando trabalhou no Instituto de Saúde de São Paulo, em 1992, fez uma pesquisa, juntamente com Margareth

Manifestantes criticaram a conferência por ter sido deixado em segundo plano a questão do desenvolvimento

Em defesa da vida

“A doutrina católica não se resume só na posição do Vaticano. A Igreja é maior do que o discurso do Magistério. A riqueza da prática dos católicos o extrapola.” Assim afirma Lúcia Ribeiro, socióloga com mestrado em Sociologia pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, e pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser) na área de reprodução e sexualidade. Atualmente, desenvolve uma pesquisa sobre as práticas reprodutivas de mulheres católicas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no Rio de Janeiro.

Lúcia diz que a prática da contracepção dentro da religião católica hoje é uma realidade, e isso não gera uma contradição: “O princípio ético fundamental do catolicismo é a defesa da vida, como dom de Deus. Mas esta defesa da vida não se reduz apenas à procriação; a criação do filho é igualmente importante.”

Em sua pesquisa, ela constatou que as mulheres das classes populares, e o povo em geral, têm uma fantástica dimensão ética e uma profunda consciência da importância da vida, que independe da formação educacional e do acesso à informação.

Segundo Lúcia, o uso de métodos anticoncepcionais não coloca problemas éticos a mulheres católicas: estão apenas evitando que um processo vital se inicie. Já o aborto é, *a priori*, condenado,

pois significa a interrupção desse processo.

No entanto, ao pensarem nas situações concretas, essas mulheres têm uma enorme capacidade de compreensão, pois o condicionamento econômico e os casos de estupro e de mães adolescentes podem ser motivos muito fortes, que “obrigam” que algumas mulheres recorram ao aborto. “Quando elas, na prática, desrespeitam a certas normas concretas da Igreja, não deixam de ser católicas, pois estão seguindo o princípio fundamental da defesa da vida. O aborto, em certos casos específicos, pode ser encarado como um ‘mal menor’, melhor do que deixar um filho passar fome e miséria. Porque ter um filho implica uma enorme responsabilidade”, explica a socióloga.

É hipócrita e contraditório, a seu ver, criminalizar o aborto quando governo e sociedade não dão a menor condição para a mulher (ou para o casal) poder sustentar seu filho, e cita como exemplo casos de mulheres casadas que escondem esse fato para serem aceitas nos empregos.

O aspecto mais forte a ser destacado, segundo a pesquisadora, é que a prática da contracepção e mesmo do aborto são reflexos da vontade das mulheres de controlar sua própria fecundidade. “Mas os meios para um controle eficaz e seguro freqüentemente não estão disponíveis, principalmente para as mulheres das classes populares.”



Foto: Maurício Sant'Anna

Lúcia Ribeiro: as mulheres querem controlar sua fecundidade

Arihla, do Estudos, Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (Ecos-SP), sobre o uso do Cytotec como método abortivo, nos anos de 1986 a 1992.

Ela afirma que o Cytotec não é tão eficaz sozinho, como acreditou-se: “Noventa e seis por cento da eficácia do Cytotec é devido ao seu uso em conjunto com a chamada ‘pílula abortiva’, o RU 486, que não existe no Brasil.”

Há também diversas clínicas particulares que realizam abortos espalhadas pelos grandes centros urbanos, e que são conhecidas de todos. Cobram caro por um serviço seguro e limpo. De vez em quando, alguma é fechada e multada, mas logo depois reabre com a clientela inalterada.

Para a doutora Regina, as políticas públicas sobre a saúde da mulher, do ponto de vista do acesso, da qualidade e da quantidade, não atendem a demanda e são totalmente ineficazes. “Na década de 80, chegou-se a formular um plano, com a união do movi-

mento de mulheres e de órgãos governamentais, que englobava pré-natal, atendimento ginecológico, educação sexual e outros pontos. O plano foi colocado em prática, em 1983, em alguns estados, como São Paulo. Foi uma experiência válida, mas localizada. Não há um reflexo e abrangência nacionais”, lembra. Para ela, em geral, a classe política brasileira ainda não considera a questão da saúde e da educação como prioridades.

Motivos—As razões das mulheres que recorrem ao aborto, segundo o relatório do Instituto Alan Guttmacher, são variadas: por não poderem arcar com os custos para criar o filho, ou por não terem uma relação estável com o

parceiro, ou por terem sido abandonadas, ou porque já tinham muitos filhos. As adolescentes e solteiras grávidas, em sua maioria, têm medo de serem rejeitadas pela família e pela sociedade. As mulheres mais abastadas alegam que preferem ter uma vida estabilizada financeiramente antes de ter um filho.

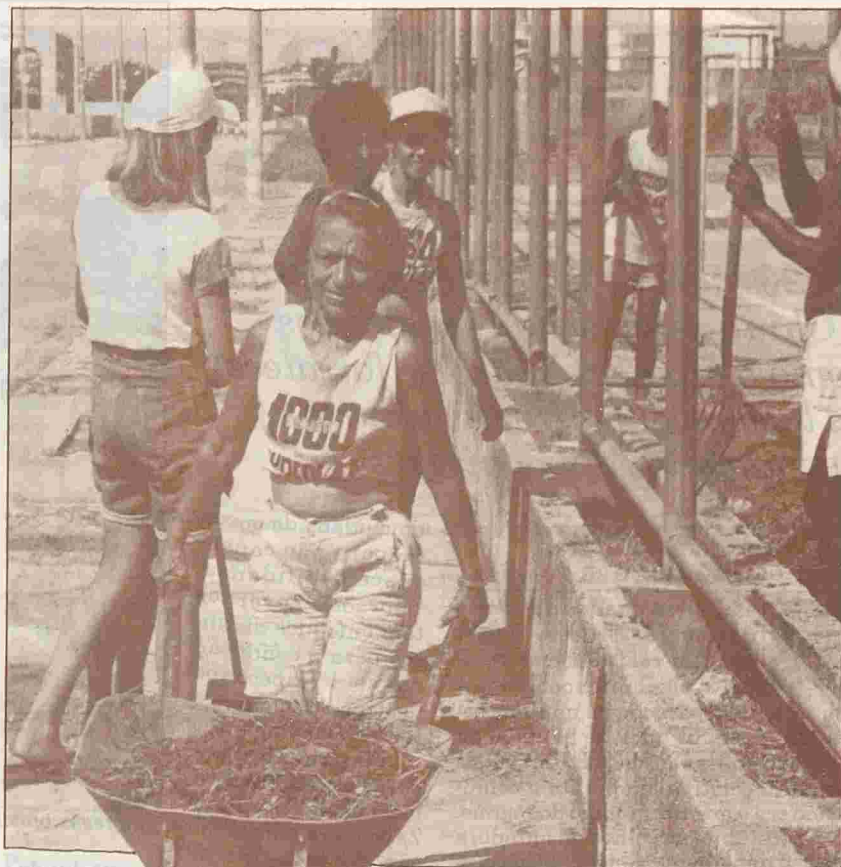
A.C., estudante de direito, 25 anos, fez um aborto há seis meses: "Medes-cuidei e fiquei grávida. Mas não tinha a menor condição de ter outro filho. Estava separada de meu marido e minha família não me dá nenhum apoio. Tive que abortar."

A.S., publicitária, tem apenas 19 anos. Ficou grávida de seu namorado e fez um aborto: "Ele até queria assumir o filho, mas eu tenho certeza de que minha mãe não deixaria eu ter a criança. Ela mesma já fez dois abortos. Eu sou muito nova ainda e estou começando minha carreira. Preferi tirar."

A Dra. Regina Maria Barbosa, em sua pesquisa sobre o uso do Cytotec como método abortivo, constatou que ele era disseminado em todo o país, "um fenômeno praticamente ocorrido em todos os estados". Do ponto de vista dos médicos de São Paulo, onde se baseou a pesquisa, "era um método mais limpo, mais *clean*, já que chocava menos tratar de uma mulher que fizera um aborto com Cytotec do que com uma que fizera com sonda ou outra coisa".

A médica afirma ainda que, junto às mulheres, descobriu-se que o uso do Cytotec tem várias razões. "A primeira é o preço (ele é bem mais barato). Além disso, identificamos mais três padrões de motivação. O primeiro diz respeito ao padrão de uso de mulheres com menos de 20 anos: o remédio facilitava a decisão do aborto, por chocar menos, já que não implicava uma operação. Quanto ao padrão de uso de mulheres com mais de 20 anos de classe média, o motivo era a privacidade. Finalmente, em relação às mulheres com mais de 20 anos de classes populares, a segurança era a maior motivação", conta ela.

Questão delicada - Durante os preparativos para a Conferência sobre População, um grupo de trabalho do Fundo de População das Nações



A igualdade entre homens e mulheres trabalhadores e o fim do analfabetismo são dois dos fatores principais para a diminuição da prática do aborto

Unidas (FNUAP) distribuiu a seguinte declaração: "Recomenda-se que governos, organizações intergovernamentais e ONGs reconheçam que o aborto de risco é um importante tema da saúde pública e um dos mais negligenciados problemas que afetam a vida da mulher. Por conseguinte, exorta-se os governos a aplicarem suas leis e políticas baseando-se mais no compromisso com a saúde da mulher do que nos códigos penais e outras medidas punitivas. As mulheres que desejam interromper suas gestações devem dispor de acesso rápido a informações confiáveis, aconselhamento compassivo, serviços de aborto seguros e serviços para o atendimento de complicações após o aborto de risco."

Mas o problema do aborto não deve ser analisado somente sob o ponto de vista da saúde pública, segundo

a socióloga Lúcia Ribeiro (*ver quadro*), mas também sob o ponto de vista ético e humano: "A questão do planejamento familiar é emergente e precisa ser levada a sério. As pessoas devem ter o direito de decidir o tamanho da família que planejam ter." Assinala ainda que a mera legalização do aborto não resolveria o problema num passe de mágica, já que as pessoas continuariam não tendo acesso ao básico: "É preciso políticas públicas viáveis que tornem acessíveis a informação, a contracepção e os serviços de saúde." A médica Regina Maria Barbosa, por sua vez, espera que o governo brasileiro, cuja atuação foi muito elogiada durante a conferência, mantenha sua "postura progressista e receptiva em relação aos direitos reprodutivos da mulher e que seja um exemplo para os outros governos latino-americanos". ■

Negócios da China

Os 20 anos de relações entre Brasil e China estão sendo lembrados como o momento para se fortalecer os laços econômicos e culturais que unem os dois países

Maria de Fátima Rodrigues

Há 20 anos, quando o governo do general Ernesto Geisel decidiu restabelecer relações diplomáticas com a China, a idéia parecia, no mínimo, estranha. Aqui, os anos de chumbo da ditadura militar ainda perturbavam a memória coletiva, enquanto o comunismo era o grande inimigo do regime.

Entretanto, aos olhos do mundo, a decisão tomada por Geisel, sob os protestos da linha dura militar, não tinha nada de ousada. O secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger e o presidente Richard Nixon já haviam estado na China para tentar uma aproximação com o regime instalado por Mao Tsé-Tung em 1949, só concretizada oficialmente em 1979.

O embaixador brasileiro Ítalo Zappa — que serviu em Pequim entre 1983 e 1986 — lembra que Geisel teve de vencer a oposição ao reatamento de laços com a China, encabeçada pelo general Sylvio Frota (então ministro do Exército) e pela direção da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI). “A justificativa dada por Geisel foi comercial, devido ao clima político interno, muito hostil aos países comunistas”, relata Zappa, à época chefe do departamento de Ásia, África e Oceania do Itamaraty. Ele observa ainda que a grande imprensa brasileira contribuiu bastante para o exacerbado sentimento anticomunista.

Diplomacia — O discurso do chanceler brasileiro Antonio Azeredo da Silveira na época do reatamento de relações entre os dois países dava o tom

do cuidado do governo para não causar susceptibilidades. “Nossos governos têm enfoques distintos para a condução dos seus respectivos destinos nacionais”, ressaltou o ministro.

Mas o que o presidente Geisel buscava mesmo, explica Ítalo Zappa, era a instituição de relações abrangentes com a China, na esteira de uma política contrária à doutrina das fronteiras ideológicas. Segundo o embaixador, os interesses do Brasil na China se estendiam também às áreas cultural, tecnológica e militar. Zappa recorda que a China foi o primeiro país comunista a receber um adido militar brasileiro, em 1987. “Não se pode desprezar um Exército de cinco milhões de homens”, justifica. O embaixador não deixa de ressaltar, no entanto, que as relações entre países são “essencial e necessariamente políticas”.

O processo de aproximação com a China teria tido um grande impulso ainda em 1961 — quando o então vice-presidente João Goulart esteve em Pequim —, não fosse a renúncia do presidente Jânio Quadros (durante a ausência de Jango) ter precipitado a cascata de eventos que desaguaram no golpe militar de 1964. Com o golpe, as intenções de distensão ficaram congeladas por mais de dez anos.

No plano diplomático, a China condicionava o estabelecimento de relações ao rompimento com Taiwan. O Brasil não hesitou em renegar a China nacionalista, afirmando que Tai-



Empresas brasileiras não devem ignorar mercado chinês

wan é parte inalienável do território da República Popular da China, em comunicado de 15 de agosto de 1974.

História — Os 20 anos de relações bilaterais foram lembrados em cerimônia realizada em agosto, no Conjunto Universitário Candido Mendes, no Rio de Janeiro.

“O empresariado brasileiro só há pouco começou a descobrir o grande e promissor mercado chinês. Mas as missões de negócios para a China ainda são muito reduzidas”, lamenta Charles Andrew T'Ang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, entidade fundada em 1986 com o propósito de promover o comércio bilateral. A Câmara tem sede em São Paulo e escritório nas capitais dos principais estados brasileiros.

Segundo o empresário, apesar de o Brasil ser o maior parceiro comercial da China na América Latina (seguido muito de longe por Argentina, Chile e Venezuela), a quantia movimentada — US\$ 1 bilhão em 1993 — é pouco representativa se consideradas as semelhanças e afinidades entre os dois países. “Os dois são parceiros naturais,

Foto: Elias Fajardo



Lucélia Santos negocia uma co-produção de documentários com a China

não só pela extensão territorial quase idêntica mas também pela semelhança do nível de desenvolvimento econômico e tecnológico”, pondera T'Ang.

O comércio bilateral só foi impulsionado a partir da década de 80, um reflexo da abertura econômica iniciada em 1978 por Deng Xiaoping. Em 1985, o comércio chegou a atingir US\$ 1,2 bilhão, despencando para US\$ 288 milhões em 91, e só voltando a crescer no ano seguinte. A queda, esclarece T'Ang, se deveu à recessão da economia brasileira e a um curto período de esfriamento econômico da China, depois da Primavera de Pequim (as manifestações estudantis na praça Tiananmen em 1989, duramente reprimidas pelo Exército).

Esse comércio, que sempre pendeu pesadamente para o lado brasileiro da balança, é cada vez mais diversificado. Na pauta das exportações brasileiras, ocupam lugar de destaque o minério de ferro, produtos siderúrgicos, químicos e petroquímicos, além de tabaco e bens industrializados. Já as importações brasileiras, que praticamente se resumiam ao petróleo por causa do protecionismo de nossa economia, atualmente incluem bicicletas, tecidos, roupas de seda, máquinas e ferramentas.

Consumo de cultura – Entre 1978 e 91, a economia chinesa cresceu uma média de 9% ao ano e esta cifra passou para 13% nos anos seguintes. Pelos cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) do que é conhecido como Grande China (China, Hong Kong, Taiwan e outras comunidades chinesas) será superior

ao dos Estados Unidos no ano 2002. “Isso é uma conquista incrível, sobretudo porque isso é estimado com base também no poder aquisitivo da população e no custo de vida”, observa T'Ang, nascido T'Ang Kai Chien, numa família tradicional de Xangai há 48 anos, e desde um ano de idade no Brasil.

De acordo com o empresário, a associação entre empresas brasileiras tem ganhado adeptos. Como exemplo, ele cita a Sadia, que está abrindo em Pequim uma churrascaria junto com uma firma chinesa. A pujança econômica transformou a China num grande canteiro de obras. Uma missão brasileira esteve recentemente em Pequim buscando maior participação de empresas brasileiras no projeto das Três Gargantas, planejada para ser a maior hidrelétrica do mundo. “Quase todas as grandes empreiteiras brasileiras já têm escritórios na China”, diz T'Ang.

Por outro lado, T'Ang não compreende por que o intercâmbio cultural é tão incipiente. A novela de maior sucesso na China foi *Escrava Isaura*,

televisada em 1987. A novela transformou Lucélia Santos na personalidade mais requisitada pelas autoridades chinesas em visita ao Brasil. “O país inteiro parava quando a Isaura entrava no ar diariamente”, conta ele. Para T'Ang, as redes de TV brasileiras estão fazendo um mau negócio ao desprezar um mercado de 1,2 bilhão de consumidores potenciais. Capitalizando a fama conquistada, Lucélia Santos está negociando uma associação com a TV chinesa para a co-produção de documentários. A empreitada poderá também contar com a participação do diretor Hector Babenco.

Mas Lucélia Santos não é o único afeto brasileiro dos chineses. A dupla de caipiras Milionário e Zé Rico, desconhecida por aqui, fez grande sucesso no país asiático durante os anos 80. O embaixador Ítalo Zappa recorda que *A estrada da vida* era a música mais cantolada pelos chineses na época: “A dupla esteve umas dez vezes na China.” ■

NA TERRA DO SOL E À BEIRA DO MAR

O HOTEL BEIRA MAR, localizado no mais privilegiado local da orla marítima de Fortaleza, dispõe de amplos salões de convenções e confortáveis dependências.

São 112 apartamentos – sendo 15 suítes, todas com vista para o mar –, equipados com telefone/TV a cores/frigorifer/ar condicionado/som ambiente/res-taurante a la carte/sofá bar/piscinas para adultos e crianças/estacionamento privativo/apto recém reformados e decorados. Os 3 salões de convenções tem capacidade para até 400 pessoas e, além de possuir terraços amplos com vistas panorâmicas, ideais para coffee-break e montagem de standarts, são equipados com amplo material audiovisual e salas adicionais para pequenas reuniões. Chegar aonde estamos, significa conferir requinte, conforto e qualidade.



HOTEL BEIRA MAR

Av. Beiramar, 3130 - CEP 60165-121 - Fortaleza - Ceará
PBX (085) 244-9444 - Fax: (085) 261-5659 - Telex: (85) 1852

Sexualidade feminina: a difícil convivência com a opressão



As mulheres em geral têm a sua sexualidade controlada pela sociedade

A representante de um movimento de lésbicas da Tailândia e uma pesquisadora das Ilhas Fidji analisam o controle social exercido sobre a mulher em todos os aspectos da sua vida, inclusive o sexual

Renata Bernardes

O exercício pleno da sexualidade é, para as mulheres, um direito inquestionável pelo qual têm lutado as organizações femininas que surgiram nas últimas quatro décadas. Muitas das pressões neste campo, entretanto, são sutis, indiretas, escapando às vezes da percepção até de feministas mais experientes.

Anjana Suvardarnananda, da Tailândia, diretora da Lesbian Rights

Watch, e Mridula Sainath, das Ilhas Fidji, médica e estudiosa da imagem da mulher na mídia, há tempos vêm analisando esta questão¹. Em entrevista a *cadernos*, Anjana e Mridula apontam a organização familiar e a mídia como fatores que reforçam o controle sobre a sexualidade feminina e perpetuam preconceitos pouco percebidos quando agregados a valores de ordem social e cultural.

Uma minoria "invisível" - Lutar pela aceitação da sexualidade lés-

bica, segundo Anjana, é reconhecer o direito da mulher decidir sobre sua preferência sexual. Ela diz, entretanto, que, mesmo dentro do movimento feminino, raramente as homossexuais são vistas como mulheres lutando por seus direitos enquanto minoria dentro da sociedade.

"A questão da sexualidade lésbica não é incluída nos debates sobre sexualidade feminina, embora a discriminação contra as homossexuais seja apenas uma das formas de opressão que sofre a mulher."

Foto: Renata Bernardes



Foto: Paulo Rodrigues



Anjana Suvadarnananda (esq.), diretora da Lesbian Rights Watch, e Mridula Sainath (dir.), estudiosa da imagem da mulher na mídia

Anjana diz que as normas heterossexuais são impostas pela sociedade patriarcal como instrumentos para controlar a vida e a sexualidade das mulheres, e mantê-las – lésbicas ou não – na linha. “Há muitas formas e variados graus de imposição dessas regras, que vão desde a própria instituição da família, o casamento, a marginalização das mulheres solteiras em muitas sociedades, até as sanções legais, religiosas e culturais contra a homossexualidade”, explica.

Segundo ela, todas essas formas se baseiam na suposição de que as mulheres, sem exceção, são heterossexuais, e como tal devem encontrar um homem, se casar e ter filhos para serem aceitas pela sociedade.

Apesar das pressões impostas por quase todas as sociedades e culturas, algumas mulheres se atrevem a romper a barreira e viver a sua sexualidade fora dos padrões determinados. Outras, porém, mesmo se sentindo atraídas em determinado momento de suas vidas por uma pessoa do mesmo sexo, recuam, pois têm medo de serem penalizadas ou segregadas.

“Mesmo as que chegam a estabelecer relações com outras mulheres se calam, vivendo o problema mais comum entre as lésbicas, que é o de se tornarem ‘invisíveis’. Isso também faz

com que o número de lésbicas pareça reduzido, quando na verdade é muito maior, só que permanece oculto”, garante Anjana.

Casamento imposto – A imposição da heterossexualidade através do casamento em algumas culturas chega a ser violenta, ao promover, por exemplo, o casamento de meninas que jamais saberão se esta era mesmo sua escolha. Em outras sociedades, a coerção pode não ser física, mas a pressão familiar e da comunidade é de qualquer forma muito pesada: muitas vezes, a mulher depende da estrutura familiar e do casamento para ter acesso a oportunidades econômicas e ser respeitada socialmente.

“Na Tailândia, a organização social tem fortes bases na família tradicional. Quando alguém vai se casar, ainda predominam os interesses financeiros. E deve ser para o resto da vida. Assim, se você não se casa, seu espaço social fica bastante reduzido, tanto no campo familiar, como no profissional”, exemplifica.

Mesmo considerando a situação das solteiras em seu país melhor do que em outras regiões da Ásia – com o casamento, o homem é quem passa a integrar a família da mulher, ao contrário de outros povos, onde é ela

quem deixa a família –, Anjana lembra que as que não se casam são olhadas com pena, “porque não terão filhos que cuidem delas na velhice”. Esse sentimento generalizado se baseia no fato de que “não temos serviços sociais adequados e a rede familiar é que substitui a ação do Estado”.

Por outro lado, se a família é importante para a solteira, ela também tem um papel na organização familiar tailandesa, ajudando a cuidar dos sobrinhos e dos pais idosos. Por isso, a pressão social sobre as mulheres é, em primeiro lugar, voltada para o casamento e, na falta deste, para que permaneçam na casa paterna.

A diretora da Lesbian Rights Watch afirma que a identidade entre os movimentos de lésbicas e de mulheres está no ponto de vista ético: todas têm sua sexualidade controlada pela sociedade.

“Somos afetadas pelas mesmas pressões. Mas algumas são tão sutis que nem são sentidas, principalmente no caso das mulheres que seguem as regras. Mas, quando uma jovem demonstra interesse por uma pessoa do mesmo sexo, certamente ela sentirá a força desta pressão.”

Anjana lembra ainda que, embora existam pontos comuns pelos quais lésbicas e gays lutam juntos, os revezes e as conquistas não são equivalentes. “As lésbicas sofrem pressões duplamente, por serem homossexuais e por serem mulheres. Por isso, acho que a organização de lésbicas só tem sentido dentro do movimento feminista. É aí que elas devem lutar pela conquista de direitos que lhes garantam a liberdade, principalmente para administrar sua sexualidade.”

O papel da mídia – “A imagem é a mais poderosa das linguagens. Quanto mais se vê uma imagem, mais

Sexualidade feminina

se acredita nela”, afirma Mridula Sainath, médica das Ilhas Fidji. Na sua opinião, a imagem pública feminina veiculada pela mídia em geral reforça estereótipos negativos em relação à mulher.

Mridula realizou uma profunda pesquisa sobre o assunto, a partir de recortes de jornais e revistas, cujo resultado vem apresentando em encontros femininos no mundo inteiro.

Segundo ela, a mulher é constantemente mostrada na mídia em situações negativas: como uma pessoa incapaz de tomar decisões, sem equilíbrio para pensar ou em posição inferior à do homem. Tais informações são bombardeadas pela TV, rádio, jornais, revistas, *outdoors*. “Essas imagens são vistas a toda hora e em toda parte. E o grave é que as crianças absorvem esses valores”, enfatiza.

O mais curioso, na sua avaliação, é que os movimentos feministas nunca deram muita atenção a isto, pois sempre estiveram ocupados com outras causas. “Lutamos por nossos direitos, mas esquecemos que, se não cuidarmos de nossa imagem pública, nossas propostas fracassarão. Estamos subestimando o poder dos meios de comunicação.”

A nudez na publicidade – De acordo com sua pesquisa, um dos estereótipos mais observados na publicidade é a imagem do homem mais velho acompanhado de mulheres jovens, cujo papel é meramente decorativo. “Por que nunca se vê o oposto?”, indaga a pesquisadora. Para ela, se faz bem ao ego dos homens aparecer ao lado de mulheres jovens, a situação inversa “massagearia do mesmo modo a auto-estima e a libido feminina”.

Outro fato comum é a sensualidade feminina ser explorada mesmo quando o produto que se

quer vender não exija qualquer referência a ela. “Isso acontece, por exemplo, quando mostram uma mulher quase nua anunciando uma máquina de lavar”, diz a médica.

Na opinião de Mridula, o problema não é a mulher ser mostrada nua, mas que a nudez surja dentro de um contexto, e não apenas como pano de fundo para a venda de produtos. “As próprias *top-models* deveriam ficar atentas aos seus direitos como mulheres. Eu respeito as modelos. Elas escolheram esta profissão. Se posarem nuas numa praia ou de calcinha num anúncio de lingerie, tudo bem. Mas colocá-las nuas ao lado de um homem vestido de paletó ou para anunciar jóias é inaceitável.”

Obsessão pelas dietas – Outro aspecto negativo da imagem feminina na mídia, segundo a pesquisadora, está relacionado à própria saúde da mulher: um estudo que realizou sobre

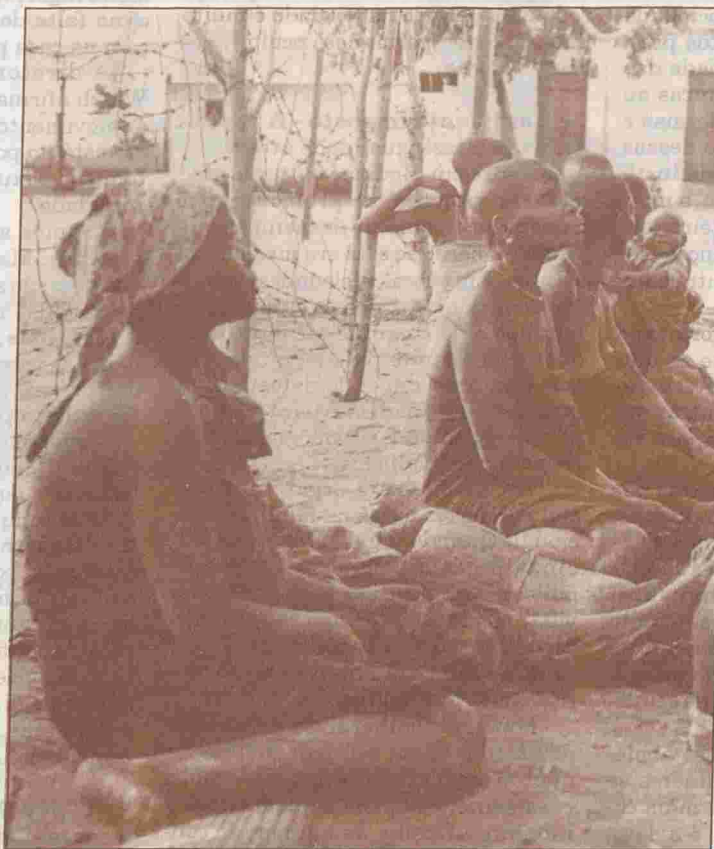
dietas revela que as modelos têm 23% menos que o peso médio das mulheres. Isto levaria as mulheres a constantes dietas, preocupadas em se aproximar daquele padrão de beleza.

“Dados comprovam que diariamente 25% da população feminina mundial está começando, acabando ou se submetendo a uma dieta.” Mostram também que, embora estatisticamente o percentual de mulheres e de homens com excesso de peso em relação à média seja idêntico – em torno dos 45% – 90% dos que se submetem a dietas são mulheres.

“O que se vê cada vez mais são mulheres jovens preocupadas com a questão de peso a ponto de não deixarem seus filhos se alimentarem normalmente só para não engordarem”, lamenta.

Para Mridula, em todos os países deveria haver uma vigilância sobre a mídia de forma a assegurar que a representação da mulher seja equilibrada. “Em Fidji temos obtido algumas vitórias nessa área: quando vemos imagens de mulheres que achamos que desmerecem a condição feminina, escrevemos cartas para o editor ou para a agência de publicidade. Se não formos atendidas, pelo menos estamos tentando criar uma nova mentalidade.”

A médica garante que a questão das imagens públicas diz respeito diretamente à sexualidade feminina, na medida em que estas reforçam ou contribuem para modificar padrões sociais e culturais. “É importante estarmos atentas ao conteúdo do que nossos filhos lêem ou vêem na televisão para não reforçarmos conceitos que desejamos ver transformados.”



A mulher é fundamental para a manutenção da família tradicional

¹ Ambas as especialistas foram convidadas para participar da Conferência Internacional de Saúde Reprodutiva e Justiça, realizada este ano no Rio de Janeiro

O retorno dos cérebros



Na década de 80, os países da África subsaariana perderam 70.000 profissionais, isto é, 30% da população mais capacitada

Um programa financiado pela União Européia permite o regresso à África de profissionais que emigraram para se especializar e trabalhar na Europa e Estados Unidos

Lewis Machipisa

Cerca de 1.200 profissionais africanos voltaram para casa nos últimos cinco anos depois de terem se mudado para o Ocidente para estudar ou se especializar. Sua volta se deve a um programa da Organização Internacional para a Migração (OIM) – denominado Programa para a Reintegração de Africanos Qualificados – destinado a reverter a fuga de cérebros que se deu durante tantos anos no continente, como em outras partes do Terceiro Mundo.

Richard Nkomo, do Zimbábue, um dos beneficiários do plano lançado pela então Comunidade Européia, em 1983, viveu durante mais de seis anos nos Estados Unidos, mas sempre quis voltar a seu país.

“Sempre pensei que enquanto estivermos relaxados (no Ocidente) e longe do nosso povo, o desastre econômico continuará sendo a música diária na África”, comenta Nkomo, possuidor de um curso de mestrado na área de administração, que hoje trabalha como gerente de um conhecido hotel em seu país natal.

Entre 1960 e 1975, cerca de 27 mil

africanos altamente qualificados deixaram o continente rumo aos países industrializados. A cifra chegou a 40 mil entre 1975 e 1984. Em 1987, mais de 70 mil profissionais – 30% da população mais capacitada – haviam abandonado a África subsaariana, indo principalmente para a Europa. “É contra este panorama que se criou a OIM, para ajudar os governos africanos a preencher suas necessidades de pessoal qualificado, através do retorno de seus cidadãos mais qualificados que moravam no exterior”, explica Caroline Ritch, funcionária da organização.

Um papel decisivo – Segundo um relatório de avaliação da OIM, mais de um terço dos repatriados opinaram que a organização desempenhou um papel significativo em sua decisão de retornar. “No entanto, os mesmos repatriados garantiram que, de qualquer forma, voltariam”, admite o relatório. Dos 1.200 repatriados, 47% voltaram ao Zimbábue, 22% ao Quênia, 9% a Gana e o restante para outros países africanos.

Aproximadamente 70% viviam antes de seu retorno em apenas cinco países: Grã-Bretanha, Alemanha,

O retorno dos cérebros

França, Bélgica e Itália. A maioria tem entre 31 e 35 anos e é de nível universitário. "A maior parte dos repatriados é formada por médicos e engenheiros", explica Ritch.

"A OIM ajuda na colocação desses profissionais no mercado. Facilita o retorno dos africanos talentosos identificando trabalhos apropriados, entrevistando os candidatos e fazendo convergir suas especializações com empregos que correspondam a seu nível profissional", comenta a funcionária.

Para poder participar do programa é preciso ter uma especialização que contribua para o desenvolvimento econômico, acadêmico ou cultural de sua pátria ou região. "Os candidatos, além disso, devem ter vivido ou estudado em algum país industrializado durante pelo menos dois anos", disse Ritch. O repatriado recebe uma combinação de incentivos, escolhidos caso a caso, "para facilitar e garantir um processo rápido de reintegração".

Também ficam a cargo da OIM os custos da viagem para o beneficiário do programa e seus dependentes, uma quantia para a mudança, assistência financeira durante o primeiro mês de reintegração, a compra de equipamento científico ou profissional, e um seguro local de saúde e contra acidentes.

Segundo Ritch, o número de beneficiários poderia ser muito maior. "Usualmente, os candidatos hesitam em aceitar os empregos porque sen-

tem que os salários oferecidos são muito baixos para sua experiência e qualificação", explica.

"Tinha medo, no começo, porque pensava que o tratamento era muito bom para ser verdade. Pensei que tinha caído em alguma armadilha", disse um médico repatriado que pediu para não ser identificado por razões profissionais. "Mas agora lamento não ter aceito antes a oferta", conclui.

Quanto a Nkomo, relembra dessa forma a sua experiência: "Voltei apesar do desestímulo dos amigos em relação à crise por que passa o Terceiro Mundo. Diziam que viveríamos como mendigos, apesar da nossa bagagem acadêmica".

Mas o gerente de hotel considera que estas atitudes são um círculo vicioso que mantém o subdesenvolvimento do continente. "Enquanto os africanos não quiserem voltar para casa e compartilhar sua especialização e conhecimento, nosso continente continuará na estagnação", disse.

Migração nos dois sentidos – Existe, porém, na área da engenharia eletrônica e da informática, uma estratégia montada pelas grandes empresas que significa um risco direto para o sucesso do plano da OIM. Segundo estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), as empresas transferem uma parte de suas atividades para filiais

no exterior, onde os salários são mais baixos, e lá começam a recrutar os melhores cérebros do setor de programação no Terceiro Mundo.

Apesar da diferença em relação às remunerações que se pagam na matriz, os salários dessas filiais são tentadores para os técnicos, engenheiros e programadores dos países pobres. E não são só os profissionais africanos que recebem esse tipo de proposta. Segundo o relatório da OIT, profissionais de países como a Índia, Irlanda, Israel, México e Singapura, da área de informática, são recrutados em massa mediante essas ofertas.

O estudo, que foi coordenado por Swatsti Mitter e Ruth Pearson, das universidades britânicas de Brighton e East Anglia, destaca além disso que nem sempre as empresas que contratam esses especialistas lhes oferecem condições dignas de trabalho e moradia.

Empresas dos Estados Unidos, um dos países líderes no setor de informática de ponta, conseguiram baixar o custo de *software* nacionais em até 50%, mas mantêm, em alguns casos, "seis programadores vivendo no mesmo cômodo", destaca o relatório.

Outra prática comum na área da informática, também denunciada no informe do organismo internacional, é que as empresas levem as tarefas de digitação de dados – que não exigem conhecimentos especializados – para os países pobres, principalmente africanos e caribenhos, formando os chamados "digi-portos".

"As empresas têm suas matrizes nos países ricos e seus 'digi-portos' no Terceiro Mundo: por um lado, dão a trabalhadores sem qualificação a possibilidade de conseguir alguma especialização. Mas, por outro, pagam salários baixos sem oferecer nenhum benefício de previdência social, enquanto tratam de identificar os melhores cérebros para depois transferi-los para as matrizes", conclui o relatório. ■



Os "Digi-portos" no Terceiro Mundo são utilizados para reduzir custos e detectar "cérebros"

IRLANDA DO NORTE

Adeus às armas?



Belfast: pela primeira vez em décadas, soldados britânicos são abordados sem hostilidade pelos católicos irlandeses

Depois de lutar 25 anos contra a ocupação britânica da Irlanda do Norte, o IRA oferece uma possibilidade de paz ao decidir, unilateralmente, depor armas

Bugnicourt O'Hara

Quando, em 31 de agosto passado, o Exército Republicano Irlandês (cuja sigla em inglês é IRA) anunciou um "completo cessar das operações militares", milhares de pessoas foram festejar nas ruas de Belfast, capital da Irlanda do Norte, e Londonberry, duas cidades desgastadas por 25 anos de violência entre católicos, protestantes e tropas inglesas de ocupação. Naquele noite, pela primeira vez em muito tempo, não se escutaram os estrondos de bombas, nem rajadas de metralhadora, nem sirenes de viaturas policiais.

Em Belfast, os manifestantes lotaram a rua Falls Road, bastião do IRA no gueto católico. Nos andares mais altos dos edifícios se viam bandeiras da vizinha República da Irlanda (Eire), colocadas também nas antenas

de caminhões, táxis e carros particulares, que tocavam ruidosamente suas buzinas. Os cautelosos soldados britânicos que costumam patrulhar a zona eram amigavelmente abordados por católicos que desejavam dialogar. Poucas horas antes, esses gestos eram impensáveis.

Em Shankill Road, o gueto protestante, o clima era bem diferente. Entre os pró-britânicos, o sentimento era de ansiedade e raiva. Ao se divulgar a decisão do IRA, os dois principais grupos armados protestantes, os Combatentes da Liberdade de Ulster e a Força de Voluntários de Ulster, conhecidos como "unionistas", emitiram um comunicado conjunto. "Não dançaremos ao som da música nacionalista", afirmaram. Para eles, a possibilidade de que a Grã-Bretanha os obrigue a uma união com a República da Irlanda é, simplesmente, "uma receita para a guerra civil".

Luta de independência, guerra de religiões - As tensões religiosas na Irlanda remontam ao século XVII, quando o rei Henrique VIII fomentou a emigração de protestantes escoceses, que se instalaram na região noroeste da ilha. Em 1800, o Reino Unido incorporou a Irlanda sem levar em conta a vontade de seus habitantes originais, celtas convertidos ao cristianismo durante a conquista romana. Ao longo do século XIX, foi se gestando um forte movimento nacionalista católico que explodiu em Dublin durante a Páscoa de 1916.

Em 1920, Londres outorgou a independência à Irlanda, que passou a ser uma região autônoma dentro do Reino Unido, com capital em Dublin. A Coroa, porém, reservou para si os seis condados do noroeste (Ulster), com capital em Belfast e representação no Parlamento britânico. A população católica nesses condados fi-

IRLANDA DO NORTE



Gerry Adams: passo histórico rumo à paz

cou em minoria, foi excluída dos assuntos políticos internos e começou a sofrer diversas formas de discriminação.

Em fins da década de 60, veio o caos. Os católicos saíram às ruas para exigir o fim da segregação e os extremistas protestantes recorreram à repressão ilegal. Um grupo de jovens re fundou o legendário Exército Republicano Irlandês, que começou a operar novamente. Os "unionistas", por sua vez, criaram seus próprios grupos paramilitares: os Combatentes da Liberdade do Ulster e a Força de Voluntários do Ulster, com uma estrutura clandestina semelhante à do IRA.

Dois décadas e meia de violência — A incapacidade do governo regional e o reduzido contingente policial da "província" (cerca de três milhões) para deter os confrontos levaram Londres a enviar tropas em agosto de 1969 para "garantir a segurança" da comunidade católica. Os primeiros soldados que pisaram solo irlandês foram aclamados pelos católicos, que os consideravam uma força neutra que os protegeria dos extremistas protestantes.

O otimismo durou pouco. Os militares foram usados para reprimir as marchas de paz e o movimento de defesa dos direitos civis. O IRA — que até então era uma facção menor — ganhou força e escolheu como seu alvo de ataque as tropas de ocupação.

Em 1970, a organização se dividiu em duas: os "históricos" inclinados a uma solução política, e os "provisórios" ou *provos*, partidários do militarismo. Começou então uma *guerra suja* que transformou os soldados de sua majestade em torturadores e os *provos* em extremistas que não diferenciavam entre ataques a quartéis e a colocação de bombas em supermercados cheios de civis.

Os dois grupos paramilitares protestantes, enquanto isso, se uniram e nos últimos quatro anos superaram o IRA na macabra contabilidade de vítimas mortais. Desde o seu início, em 1969, os confrontos deixaram um saldo de 3 mil mortos e 30 mil feridos.

Uma esperança de paz — Em dezembro do ano passado, a Grã-Bretanha e a República da Irlanda assina-

ram a Declaração de Downing Street e decidiram buscar uma saída pacífica para o conflito. O primeiro-ministro inglês, John Major, declarou que aceitaria uma decisão de "consenso" dos protagonistas do conflito. Seu colega irlandês, Alberto Reynolds, prometeu retirar da Constituição do Eire dois artigos que reivindicavam a soberania sobre o Ulster. Segundo o documento, o Sinn Féin, braço político do IRA, seria incluído nas negociações se mantivesse uma trégua de 90 dias.

Existe a possibilidade de converter os seus condados em uma região autônoma sob a supervisão conjunta de Londres e Dublin. Esta solução convence, no momento, os 650 mil católicos que sonham um dia unir-se à Irlanda do Sul, mas desagrada os 950 mil protestantes que preferem continuar subordinados ao Reino Unido.

"Trabalharemos com tanta rapidez quanto seja possível para consolidar esse passo gigantesco em direção à paz", disse Reynolds ao se tornar público o anúncio do IRA. O chanceler da República da Irlanda, Richard Spring, viajou imediatamente para Washington com o objetivo de gestionar o apoio do presidente Bill Clinton para revitalizar as negociações. Posteriormente, Spring se reuniu em Nova Iorque com políticos de origem irlandesa — entre eles o senador Edward Kennedy — que apoiam as iniciativas de paz no Eire.

Major, em compensação, se mostrou cético diante do anúncio do IRA. Embora tenha dito se sentir "alentado" pela decisão, afirmou que faltava esclarecer "se se trata de uma renúncia permanente e definitiva à violência".

Gerry Adams, presidente do Sinn Féin, tentou tranquilizar Londres. "Demos um passo enorme ao eliminar as armas da política irlandesa", disse diante de nacionalistas reunidos no bairro católico de Andersontown e exortou Major e os "unionistas" a compreender a importância do momento. Adams instou o governo britânico a iniciar um "processo de desmilitarização", retirando os soldados ingleses destacados no Ulster.

Em setembro, num claro sinal do novo clima criado com a decisão do IRA, Gerry Adams obteve o visto de entrada para os Estados Unidos, diversas vezes negado. A viagem do líder do Sinn Féin recebeu ampla cobertura da imprensa local e lhe permitiu expor diretamente à opinião pública norte-americana a posição do seu partido no conflito.

O último muro — Atualmente, a província do Ulster representa um peso econômico e político para o Reino Unido. O Tesouro inglês desembolsa 5 bilhões de dólares anuais em subsídios, gastos com defesa e na manutenção de quase 30 mil soldados. Essa cifra, em última instância, provém dos bolsos dos contribuintes. A maioria dos ingleses, por outro lado, vê o conflito como algo longínquo, "externo" e sem possibilidade de solução.

Ainda é cedo para saber como evoluirão as negociações. Porém, uma década que assistiu à queda do Muro de Berlim e a progressos em conflitos que pareciam historicamente "insolúveis", como os do Oriente Médio e da África do Sul, pode reservar surpresas positivas. O IRA e o Sinn Féin têm demonstrado uma audácia política semelhante às de Nelson Mandela e Yasser Arafat. Falta ver se entre os britânicos e os irlandeses existe uma vontade parecida à do ex-presidente Frederick De Klerk ou do primeiro-ministro Yitzhak Rabin.

O paredão de concreto e metal que separa os guetos católico e protestante em Belfast foi imediatamente batizado pelos cristãos de "Linha da Paz". Sem contar as barreiras invisíveis que dividem a ex-Iugoslávia, essa linha é, na essência, o último muro que falta derrubar na Europa. ■

CAPA

A aplicação dos planos de ajuste estrutural da economia na América Latina derrubou a inflação, mas em compensação trouxe a recessão, o desemprego e o empobrecimento maciço das classes médias e populares. O que explica, então, a flagrante contradição entre os planos antipopulares e o apoio que recebem dos eleitores?
Pag. 18

2 CARTAS

EDUCAÇÃO

4 O saber indígena

INFÂNCIA

8 Discriminação antiga

11 Informática popular

COMPORTAMENTO

13 A direita proletária

16 PINGUE-PONGUE

17 PUNTO DE VISTA: O jovem e a droga

CAPA

18 O custo dos planos econômicos

19 **Brasil:** O futuro do real

23 **Argentina:** O governismo e seus cúmplices

27 **Peru:** As duas faces de Fujimori

30 **México:** De novo, o PRI

AMÉRICA LATINA

32 Grupo do Rio: Frágil consenso

36 **Cuba:** Um princípio de solução

ÁFRICA

39 **República Centro-Africana:** Um exemplo de colonialismo moderno

ÁSIA

41 **Índia/Paquistão:** O drama da Cachemira

□ SUPLEMENTO

MULHER

2 Momento de decisão

10 A difícil convivência com a opressão

ECONOMIA

8 Negócios da China

CIÊNCIA

13 África: O retorno dos cérebros

EUROPA

15 Irlanda: Adeus às armas?

SUMÁRIO

▶ *Experiências inovadoras estão mudando a maneira de educar o índio brasileiro, preservando conhecimentos e tradições através da sua afirmação como grupo étnico, ao mesmo tempo em que o prepara para ser cidadão, inserido na sociedade moderna*



4

▶ *Os acordos sobre comércio, transferência de tecnologia, direitos humanos e a defesa da democracia, obtidos na reunião do Grupo do Rio, não impediram que ficassem em evidência as divergências em temas como Cuba e Haiti*



32

▶ *Há cinco anos, a Cachemira vive um dos piores dramas de sua história: a guerra pela independência, que guerrilheiros islâmicos travam contra o exército indiano*



41

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)
REDAÇÃO: Marcelo Monteiro e Patrícia Costa (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e Rosângela Vicenle Ferreira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes
PUBLICIDADE: Ari J. Silva

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎(021)252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inler Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Itel-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baplista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. PABX: (021)221-7511
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (042) 224182, Recife - (081) 224-9609 / 224-0936, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061) 226-6644 e 225-0683, Aracaju - (079) 211-1912, Rio - (021) 252-7440/232-3372, SP - (011) 573-8562/571-9871, Porto Alegre - (051) 228-8636, Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041) 264-9969, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034) 333-1635, Campina Grande - (083) 322-7536, Macapá - (096) 222-0855, Maceló - (082) 326-4922, Salvador - (071) 242-2077

Plano Real

A economia brasileira entrou no vácuo de um plano econômico político e eleitoral, mas com efeitos devastadores a médio prazo. Até o 1º e 2º turnos das eleições não haverá grandes mudanças no desenvolvimento do clima econômico de mistificação, abafamento pela mídia de qualquer contestação do verdadeiro caráter do Plano Real, para não atrapalhar a vitória eleitoral do bloco conservador e de direita que se aglutinou em torno de Fernando Henrique Cardoso, indicado pelo consenso de Washington para representar o ajuste econômico e as reformas neoliberais no Brasil.

Mas a bomba do Plano Real explodirá nos primeiros meses de 1995. O câmbio, por exemplo. O congelamento e a valorização artificial da moeda nacional vão provocar enorme desequilíbrio nas contas externas. O preço das exportações subirá e as consequências serão a diminuição da produção dos setores exportadores, fechamento de fábricas e aumento do desemprego, além de uma queima muito rápida das reservas internacionais, a pontando para uma catastrófica crise cambial.

A saída neoliberal para essa crise será uma nova Constituição, aprovando a privatização e a liquidação dos monopólios estatais estratégicos, como telecomunicações, petróleo e energia elétrica. Isso aumentará a especulação internacional e o ingresso de recursos externos.

A dependência quase absoluta da economia nacional à entrada de recursos externos vai exigir uma dolarização duradoura da moeda, ou seja, vai impor uma política econômica voltada para os interesses do capital financeiro especulativo estrangeiro. Aí a moeda nacional deixa praticamente de existir.

Num período de quatro a cinco anos, haverá uma efetiva liquidação do trabalho e das riquezas nacionais, e a sociedade brasileira estará sem moeda nacional, sem política econômica interna, com produção localizada apenas em alguns grandes grupos econômicos importadores e em zonas especiais de exportação. A população estará sem escola, sem saúde, sem alimentação, sem moradia. Foi assim na Argentina, na Venezuela e no México.

Deve acontecer também no Brasil caso FHC vença as próximas eleições.

Programa Educativo Dívida Externa
São Paulo - SP

Drogas

Sou professor de História e parabeno pelas brilhantes reportagens desenvolvidas por esta revista. Atualmente, estou interessado em estudar temas relacionados com o crescimento das organizações criminosas que dominam o comércio da contravenção.

Uma das reportagens que mais chamou a atenção foi a do nº 169, "Uma Corporação Chamada Máfia". Gostaria de saber onde posso obter mais informações sobre este assunto e quais os livros que poderiam ser indicados para uma melhor compreensão do tema.

Dentro dessa temática, a edição de nº 176 sobre "Drogas" revela novas informações sobre as grandes fortunas acumuladas pelo tráfico de drogas. Na página 27 deste número, foi publicado um pequeno documentário histórico com o tema "Os primeiros traficantes", abordando especificamente a guerra do ópio. Tenho o máximo interesse em saber quais foram as fontes literárias consultadas para a produção desta pequena matéria.

William Vitorino de Souza
São Paulo - SP

A Editora Terceiro Mundo possui um Centro de Documentação onde você pode encontrar outras informações sobre esses assuntos que chamaram sua atenção. Podemos indicar, ainda, sobre as drogas no Brasil, os livros da antropóloga Alba Zaluar, chamados *A máquina e a revolta*, *Cidadãos não vão ao Paraíso* e *O condomínio do diabo*. Sobre a contravenção, indicamos o livro de Carlos Amorim, *Comando Vermelho*. O escritor José Louzeiro escreveu *Lúcio Flávio, passageiro da agonia*, que trata da vida de um personagem real do mundo do crime. A Universidade de São Paulo mantém um Núcleo de Estudos Sobre a Violência, cujo diretor é o professor Paulo Sérgio Pinheiro. O telefone de contato é (011) 211-0011.

Ricuperol

Não acreditei no real... / Não acreditei no PSDB... / Não acredito no FHC. / Fui ofendido, desrespeitado enquanto cidadão. / Mas e você? / Você, que acreditou no real enquanto plano econômico? Você, que acredita no FHC. / Você, como diz o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, "é ingênuo, é inocente", para não dizer medíocre, alienado etc.

Afinal... "o que é bom agente fatu- ra; o que é ruim, a gente esconde"

Júlio César Rosa

São Paulo - SP

Ricupero II

No emocionado discurso em que o ex-ministro Rubens Ricupero se despediu do cargo de ministro da Fazenda e de eleitor nº 1 do candidato oficial FHC, ele pediu desculpas à nação. Mas pediu desculpas pelo quê? Por não ter tido escrí pulos? Por terescondido da nação fatos desagradáveis a respeito do Plano Real? Por ter "faturado" os fatos positivos para a candidatura de FHC? Por ter ficado 24 horas por dia no ar falando do Plano Real, evitando assim que a Globo precisasse explicitar seu apoio ostensivo ao candidato oficial "como da outra vez"?

Não! O ex-ministro não se arrepende nem se desculpa por nada disso. Seu discurso de despedida registra seu arrependimento por apenas dois atos: ter permitido à nação brasileira conhecer sua verdadeira face, face esta que o próprio ex-ministro alega não reconhecer mas que todos os brasileiros politizados e em dia com os fatos políticos recentes do país reconhecem perfeitamente como sendo a face do mesmo ministro que, durante as inaugurações de grandes obras públicas, fez ostensivamente com a mão o símbolo da cam panha do candidato oficial e, finalmente, arrepende-se o ex-ministro de ter chamado todos os em presários brasileiros de "bandidos".

Nenhuma outra falta é digna de menção no mea culpa do ex-ministro, no que é incondicionalmente apoiado por todos os grandes meios de comunicação de massa brasileiros.

O discurso de despedida do ex-mi-



nistro, mais do que suas confidências ao repórter da Globo, mostra de modo inequívoco a maquiavélica armação existente no sentido de se impingir à nação, por qualquer meio, a candidatura oficial, armação essa que envolve não somente o uso da máquina oficial, mas também os principais meios de comunicação.

Ciente e de acordo com a transmissão de seu discurso, o ex-ministro escancarou à nação que nada do que confessou ter feito lhe parece errado ou criminoso. Seu erro, segundo sua visão e a dos grandes meios de comunicação, foi apenas e tão-somente dar a conhecer ao povo brasileiro os atos de que não se arrepende de ter cometido.

Como "punição", o Presidente retira-lhe o cargo de ministro e cabo eleitoral, para em seguida nomeá-lo embaixador na embaixada que ele escolher! Triste o destino de nosso pobre Brasil: ser representado perante um importante país pelo inescrupuloso ex-ministro.

Mario Barbosa Villas Boas

Rio de Janeiro - RJ

Desafio

Há algum tempo estava à procura do endereço de cadernos do terceiro mundo. Já acompanhei alguns trabalhos de vocês e admirei a postura ideológica e o reforço numa informação autêntica.

Gostaria de obter informações de como fazer assinatura, pois curso Direito e sinto necessidade de material alternativo que ajude a refletir e elaborar um pensamento jurídico conforme a necessidade e a realidade em que vivemos. É um desafio.

Maria Brendalí Costa

Pinhais - PR

Você pode fazer sua assinatura pelo telefone ou pelo correio. No expediente desta revista estão o nosso número e endereço. Pode pagar a assinatura à vista, com cartão de crédito ou cheque pré-datado, de acordo com a sua conveniência.

INTERCÂMBIO

• **Ivan S. Farias**

R. Marquês de Caxias, 30, c/ 11
Centro
24030-050 Niterói - RJ

• **Rhonner Marcilio Uvhôa**

Av. Mister Hull, 2992, BL. 17/ 102
60356-000 Fortaleza - CE

• **José Rodrigues da Silva Neto**

Caixa Postal 505
58001-970 João Pessoa - PB

• **Valquíria J. Macêdo**

R. Júlio Silva, 347
Cidade Salvador
12300-000 Jacareí - SP

• **Ana Paula Machado Abreu**

Córrego da Prata
28642-000 Carmo - RJ

• **Idolidia Valdivia Maria**

Apartado Postal 21
Ciego de Avila 1
65100 Prov. Ciego de Avila - Cuba

• **Reidel Manero Sánchez**

Calle F # 36 e 3ªth y H
Cumanayagua
57600 Cienfuegos - Cuba

• **Edson Nogueira Nonato**

Conj. Sr. do Bonfim, R.C - nº 101
Plataforma
40715-100 Salvador - BA

• **Antônio Eduardo Zumbua**

Cx. Postal 18442
Luanda - República de Angola

• **Solange Bispo**

R. Buique, 17 - Pina
51110-080 Recife - CE

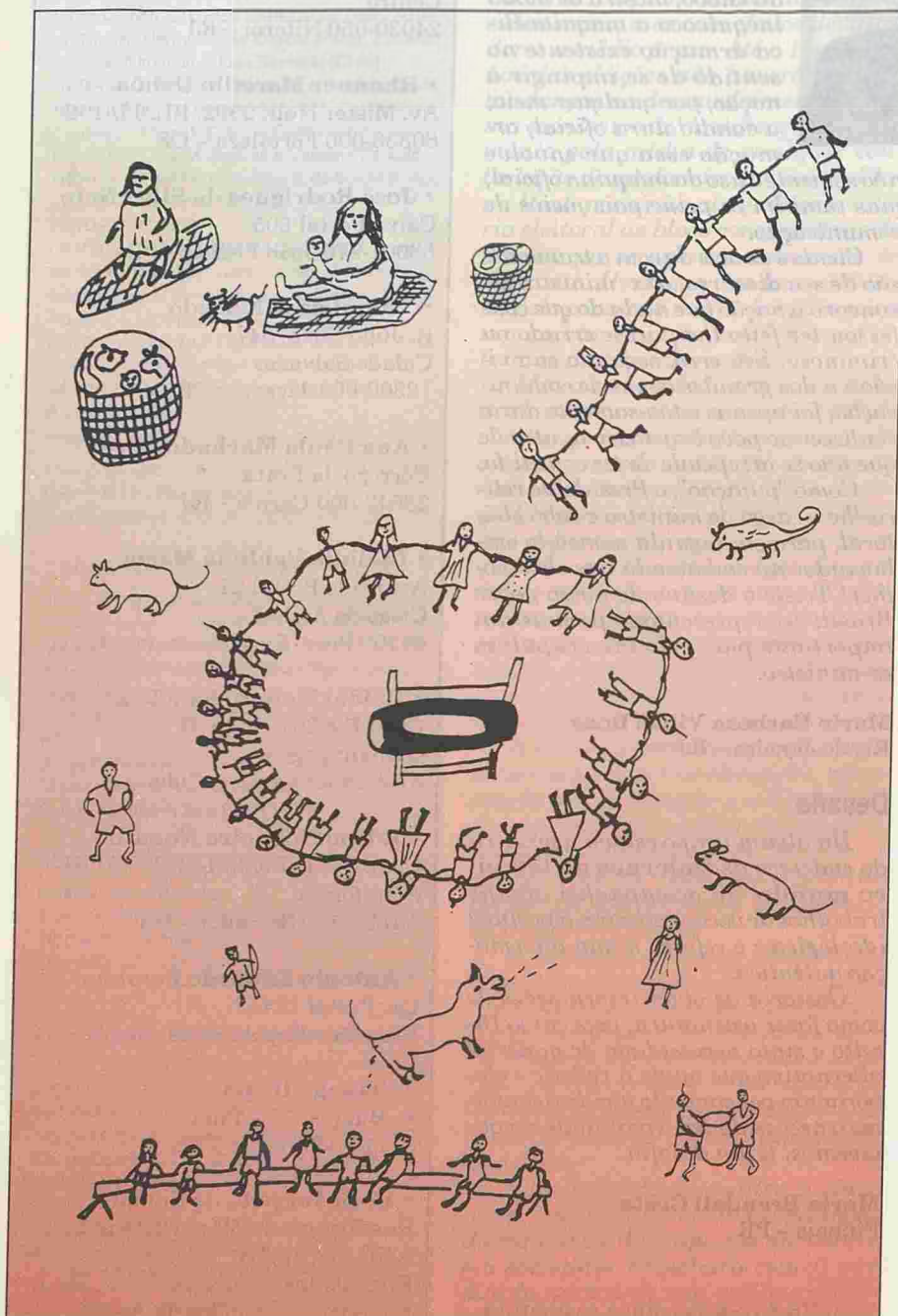
• **Rosa Jorge F. de Sousa**

Rua Tipografia Mama Tita nº 27
Andar 2º, aptº A
Engonhotas
Luanda - República de Angola

• **María Florido Sánchez**

Calle 125 nº 27211
e/ 272 y 274
P. Nuevo
40200 Matanzas - Cuba

O saber indígena



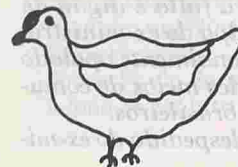
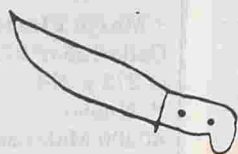
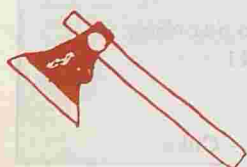
Experiências inovadoras estão mudando a maneira de educar o índio brasileiro, preservando conhecimentos e tradições através da sua afirmação como grupo étnico, ao mesmo tempo em que o preparam para ser cidadão, inserido na sociedade moderna

Sandra Almada

“Um país com mais de 200 línguas e culturas – mesmo que escondidas no interior de pequenas minorias étnicas – deveria estar descobrindo caminhos inexplorados para a criação artística, literária, musical, mas não é assim. Os vastos mundos do imaginário indígena convivem conosco desprezados, ignorados. Quase ninguém se aventura por eles.”

O depoimento de Betty Middlin, doutora em Antropologia e coordenadora de um programa de formação de professores indígenas em Rondônia, é parte de um conjunto de testemunhos pungentes que revelam os dramas, contrasensos e também as importantes conquistas de uma luta que quase nenhuma ressonância tem na sociedade brasileira.

Tal luta acontece nas aldeias, nas reservas indígenas e vem sendo travada por índios, professores-índios, pesquisadores, organizações não-governamentais (ONGs) e o governo, que defendem um projeto ousado – uma educação



indígena “específica e diferenciada”, que rompa com a tutela tradicional e comprovadamente ineficaz de instituições religiosas e das escolas da Fundação Nacional do Índio (Funai), e insira os grupos étnicos como gestores da própria educação.

Betty Middlin explica que, a exemplo de outro programa educacional bem-sucedido realizado no Acre, o projeto que coordena vem formando há dois anos educadores índios que passam a dar aulas em suas aldeias para crianças e adultos. O ponto de partida para todo o conteúdo a ser ensinado é a sua própria cultura, através da valorização do que são, fazendo deles pesquisadores do próprio mundo e do saber dos mais velhos, e extraindo os fios antigos de um conhecimento e de formas de vida que estão sendo abandonados.

Esse procedimento dentro da prática escolar, com a idéia de afirmação étnica e diferença cultural de adultos e crianças, tem como objetivo fazer com que estes grupos adquiram um novo olhar sobre si mesmos, como um povo que há séculos tem o que ensinar, diferente do da sociedade branca, que os despreza como ignorantes e analfabetos.

O novo modelo de educação traz a necessidade que estes povos têm de reverter a dramática situação em que se encontram, buscando melhores condições para a defesa de suas terras, seus direitos à educação e saúde – cuja garantia sob a responsabilidade do Estado brasileiro é negligenciada – e sua sobrevivência.

O alicerce fundamental desta proposta de educação é muito antigo e eminentemente político. Conhecer é, em todas as sociedades humanas, uma forma de afirmação pessoal e de poder. Neste caso, o poder do conhecimento pode lhes mudar um destino premeditadamente injusto.

Conflitos políticos – O antropólogo Terry Valle de Aquino, presidente da Comissão Pró-Índio (CPI) do Acre, ONG que há mais de uma década vem desenvolvendo projetos econômicos e sociais com as comunidades indígenas –



Através da educação, índios tentam reverter o processo de dominação

com cerca de 8.500 a 10.000 índios – deste estado, diz que grupos como os poianaua, os nuquini, os jaminauá, por exemplo, foram incorporados desde o fim do século passado como trabalhadores nas frentes extrativistas de seringa, castanha, madeira, peles de animais, entre outras. “Eles mantiveram, durante esses quase 100 anos, suas próprias línguas, rituais, mitologias e organização social. Mas foram também transformados em seringueiros, barraqueiros, diaristas, colonos de periferia das vilas e cidades da região, além de mateiros, varejadores, caçadores e peões nas fazendas agropecuárias”, explica o antropólogo.

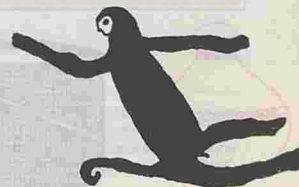
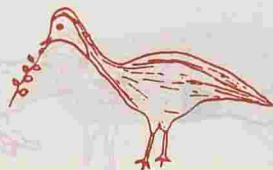
Foram sobretudo dolorosas as experiências com os donos dos seringais, na década de 70, que sustentavam e pagavam a mateiros profissionais que se especializavam na organização das “correrias”, caçando índios como se fossem bichos. O chefe caxinauá Alfredo de Sueiro, do rio Jordão, narra o drama dos índios acreanos: “Felizardo Cerqueira amansava caboclo pra trabalhar pra ele e depois botava a marca FC pra saber que o caboclo era só dele. Nós tudo aqui trabalhamos pro Felizardo. Ele teve pra mais de 80 filhos com as caboclas.”

Terry Aquino acrescenta que, para muitos grupos, esse engajamento como força de trabalho nos seringais significou a destruição de antigas aldeias, da vida cerimonial e de rituais, manipula-

ções de antigas regras de parentesco e casamento e o esquecimento de parte de suas culturas materiais e o abandono da língua materna pela do homem branco.

Imposições da escola formal

Nietta Lindenberg Monte é pedagoga, sócio-lingüista e coordena uma equipe multidisciplinar que vem desmontando esta relação viciada entre educação, cultura e índios no Brasil. O trabalho do qual está à frente chama-se *Uma experiência de autoria (ver quadro)* e já é referência da corrente ousada e inovadora do pensamento pedagógico brasileiro na formação de professores indígenas. Há 12 anos trabalhando na Comissão Pró-Índio do Acre, ela conta que a escola Poianaua – criada por Mâncio Lima em 1916 com o nome de Escola Cândido Rondon, destinada a alfabetizar esta nação em língua portuguesa –, tinha também a finalidade de “treinar os índios para votar nas eleições municipais. Como consequência desta escola formal, hoje somente os índios mais idosos do grupo conhecem a língua poianaua, sua mitologia e suas técnicas artesanais. O processo educativo, neste caso, foi um veículo eficaz para o etnocídio deste grupo”. Nietta lembra que, a partir de 1983, quando a comunidade poianaua inteirou-se de seus direitos, uma série de conflitos entre brancos e índios ocorreram, inclusive através da escola, que passou a ser dirigida por uma mo-



Nietta Monte:
valorizar as
diferenças



União de interesses

Um dos mais inovadores caminhos educacionais é o projeto Uma Experiência de Autoria, da CPI/Acre, que abrange 40 aldeias em 17 áreas indígenas, e do qual participam nove nações: caxinauá, catuquina, manchineri, jaminauá, iauanauá, poianauá, xauanauá, axaninka, apurinã.

A coordenadora do projeto, Nietta Lindenberg Monte, explica que os cursos de formação de professores índios, fio condutor do trabalho pedagógico, foram iniciados em 1983, a partir do interesse demonstrado por eles de que seus jovens se alfabetizassem em língua portuguesa, adquirissem noções básicas em aritmética para administrar por conta própria suas cooperativas de borracha e castanha, e transmitissem então para seus parentes nas aldeias os conhecimentos aprendidos nos cursos.

De lá para cá, 13 cursos de formação foram realizados e muitas cartilhas e livros didáticos criados num processo de co- autoria (são os professores e seus alunos os responsáveis pela elaboração de mais de 30 livros publicados). Desenvolveu-se, assim, um processo de ensino e pesquisa aplicada, em que interagem índios e não-índios, simultaneamente professores e pesquisadores de um novo modo de fazer educação, buscando um currículo diferenciado do que rege o sistema educacional. Hoje o projeto tem também um corpo de colaboradores de várias universidades brasileiras que produz conhecimentos aplicados de história, geografia, ciências, línguas indígenas e matemática.

O treinamento de professores reúne, durante os cursos, diferentes etnias num mesmo espaço. Nietta acrescenta: "Aidéia do 'outro' é importante na formação humana, no aspecto social e no individual. É preciso compreender e respeitar a diferença entre culturas indígenas diversas e entre essas e a cultura do 'branco'. Tal encontro entre culturas não deve ser uma colisão desestruturante, mas um diálogo, no qual eles fazem escolhas e tomam decisões sobre o que deve ser apropriado, rejeitado ou superado."

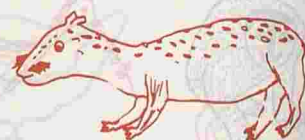
Os grupos do Acre e muitos outros hoje envolvidos em processos de alfabetização usam a língua escrita, seja sua própria ou a portuguesa, com funções importantes para o fortalecimento e renovação da identidade étnica. Por exemplo, passam a registrar em documentos escritos estas culturas em seus muitos saberes, como os mitos de origem, formas particulares e complexas de explicação dos fenômenos físicos como o sol, a lua, o trovão. Neste encontro cultural, os mitos são preservados, ganham novos sentidos e são indicadores dos processos dinâmicos que movem as culturas.

nitora índia formada pelo curso da CPI do Acre, marcando a mudança nas relações entre as empresas seringalistas e aquela comunidade.

Conscientização – Reverter esse processo de dominação é sinônimo de uma luta que extrapolou os limites deste grupo étnico e mobilizou várias nações indígenas em todo o país. Um esforço político que, a despeito de enormes entraves, faz com que, na década de 90, as relações de subserviência estejam profundamente abaladas.

Terra, saúde, educação e projetos que lhes assegurem possibilidades de desenvolvimento sustentável são tópicos de uma pauta de reivindicações que, já no final dos anos 70, impulsionou os movimentos sociais indígenas – com a participação de indigenistas –, marcando a atuação destas "minorias" nas lutas dentro do processo de redemocratização do país.

"As lideranças indígenas que, àquela época, participavam das reuniões de chefes das tribos, promovidas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão subordinado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), utilizavam o Português como língua de comunicação e começaram a perceber que, além de tupirapés, xavantes etc., eles constituíam etnias, culturas e sociedades diferentes entre si, e diferentes em relação à cultura do branco", explica Ruth Montserrat, lingüista e professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela afirma que o Brasil passou a ser percebido por estes grupos como um país plurinacional, com cerca de duas centenas de nações indígenas minoritárias e uma massa majoritária chamada de povo brasileiro, constituído pelas mais variadas procedências étnicas, geográficas e sócio-econômicas, ligadas por uma língua (o Português), uma economia e um território comuns. "Veio em seguida a consciência de que as comunidades indígenas, queiram ou não, integram o sistema econômico dominante, dele dependem e não podem dele prescindir", completa Montserrat.



A lingüista também esclarece que, até então, se o conceito genérico de "índios" não existia para estes grupos, sendo utilizado apenas por nós, eles passaram a partir daí a dar uma forma real ao conceito, atribuindo-lhe um sentido político. "No início da década de 80, se formou a União das Nações Indígenas (UNI) e depois dela vieram várias outras entidades criadas por diferentes grupos étnicos. Hoje, já existe a Federação das Organizações e Associações Indígenas de Roraima e da Amazônia. Os índios já há algum tempo começaram a falar em nome de si mesmos", informa a lingüista.

Diálogo – A população indígena não passa hoje de cerca de 250 mil brasileiros historicamente discriminados. Parcela ínfima – 0,2% do total de 450 milhões de habitantes do país – principalmente se lembrarmos de que eles eram estimados em 6 milhões de indivíduos à época do "descobrimento" do Brasil e que, só na primeira metade deste século, mais de 90 sociedades e línguas foram destruídas. Talvez por isso os povos embrenhados nas florestas, resistentes ao contato, não devam tentar estreitar os laços de aproximação.

"No caso dos índios", comenta a antropóloga Betty Middlin, "o massacre não é apenas físico. O grande número de mortos nos últimos anos, principalmente em 1988 e 1993, entre os ianomâmi, os ticuna, os índios isolados do Igarapé Omeré, os uru-eu-au-au significa uma tragédia espiritual, como se existissem almas roubadas pelos missionários, pelas madeireiras, pela mineração, por um governo incapaz".

O pensamento de um número crescente de profissionais voltados para a especificidade da educação indígena defende uma prática escolar baseada não somente na afirmação étnica destes povos mas também no "diálogo" – e não no domínio – entre suas culturas milenares e ameaçadas e a civilização ocidental moderna.

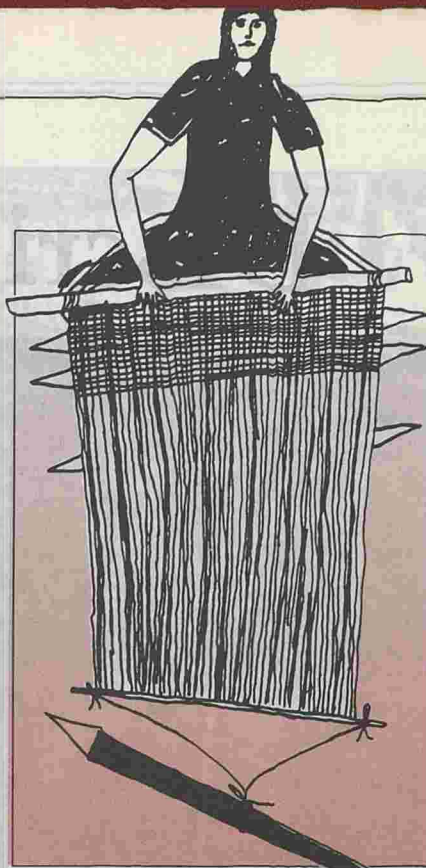
Na prática, eles estão criando currículos bilíngües – voltados tanto para o

ensino do Português quanto para a alfabetização também na língua materna dos grupos – e intercultural – o saber, os *etnoconhecimentos* das nações indígenas se somam aos saberes historicamente acumulados e transmitidos pela escola tradicional do "branco".

O senso comum – Se esta pedagogia trafega na contramão da história tradicional da educação indígena, ela esbarra, ainda, naquilo que o senso comum e o imaginário social brasileiros forjaram para justificar o etnocídio dos grupos indígenas.

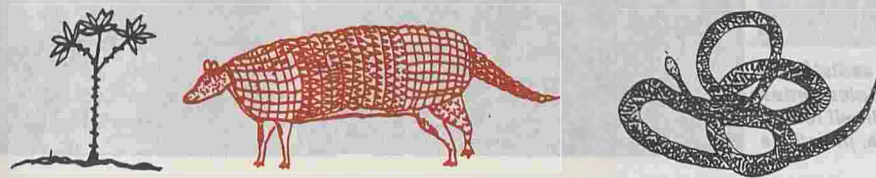
Segundo a lingüista Ruth Montserrat, desde 1500 já se dizia o que se diz hoje: "Os índios estão atrasados, em estágio primitivo da civilização. Mas como eles têm alma, são seres humanos, têm o direito de subir até nossa cultura. Então vamos lhes dar leis, roupas, religião para que eles se transformem em cidadãos como nós, deixando estas línguas bárbaras e assimilando o Português." E dá um exemplo atualíssimo desta forma de pensar secular, discriminatória e etnocêntrica: "Recentemente, o ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, declarou que, até o final deste século, os índios não mais existiriam, estariam integrados, teriam assimilado a nós, a sociedade nacional. Impossível realizar em tão curto espaço de tempo o que em cinco séculos não se conseguiu." A assimilação total, segundo ela, é uma tentativa ingênua e historicamente frustrada, atrás da qual se esconde o pensamento de que, se não houver índios, se todos se tornarem cidadãos brasileiros, não haverá terras indígenas, não haverá territórios imemoriais para se defender. Então toda a riqueza que há nestas terras pode ser dividida.

Novos rumos – Se por um lado a "civilização", há séculos, invade as terras indígenas e estabelece um contato desgovernado, também é capaz de, numa contrapartida ideológica, a judar a reverter o quadro que ela mesma criou. Pelo menos é assim que pensa a antropóloga Maria Araci Lopes da Silva, re-



presentante da Sociedade Brasileira de Antropologia no Comitê de Educação Escolar Indígena – criado pelo Ministério da Educação no ano passado e composto por representantes de ONGs, universidades e grupos indígenas que assessoram o órgão na implantação de uma política nacional de educação escolar indígena, que mobilizará secretarias estaduais e prefeituras para que sejam instaladas escolas indígenas em todo o país, em atendimento à Constituição e às reivindicações dos índios.

Para Maria Araci, esse tipo específico de educação avançou muito pouco no âmbito governamental, mas encontrou caminhos seguros em experiências variadas levadas a efeito pela atuação conjunta de grupos indígenas e de assessores não-indígenas ligados principalmente a ONGs e algumas universidades. A avaliação da antropóloga mostra que já existem sistematizações críticas, materiais didáticos, práticas pedagógicas construídas, testadas e aprovadas que devem ser a base de qualquer política pública de educação nesse âmbito. Uma ótica que contrariaria tudo o que foi feito, até hoje, para se integrar o índio, através da escolarização, à sociedade do país. ■



Os desenhos destas páginas foram retirados de duas cartilhas de geografia ilustradas e escritas em caxinauá e em manchineri pelos índios, organizadas pelo geógrafo Renato Gavazzl, da equipe de educação da CPVAC

Discriminação antiga



Fotos: Divulgação

Exposição mostra como crianças abandonadas eram tratadas pelas instituições governamentais no passado

Instituições voltadas para os jovens não aceitavam portadores de deficiência física ou com doenças contagiosas



As políticas de assistência a crianças e adolescentes implementadas no Brasil foram, na maioria, paliativas

Aura Pinheiro

A história dos meninos de rua no Brasil não é nova. Que o diga a exposição Memória da Infância e da Adolescência, apresentada na Fundação Progresso, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. Ela documenta nuances das políticas de assistência à criança desde o início do século passado. São fotografias e documentos sempre chocantes e acusadores. Mas, para a assistente social Cecília Rezend, uma das organizadoras da exposição, pouca coisa mudou no tratamento aos "desvalidos" ou "transviados", como eram conhecidos na época.

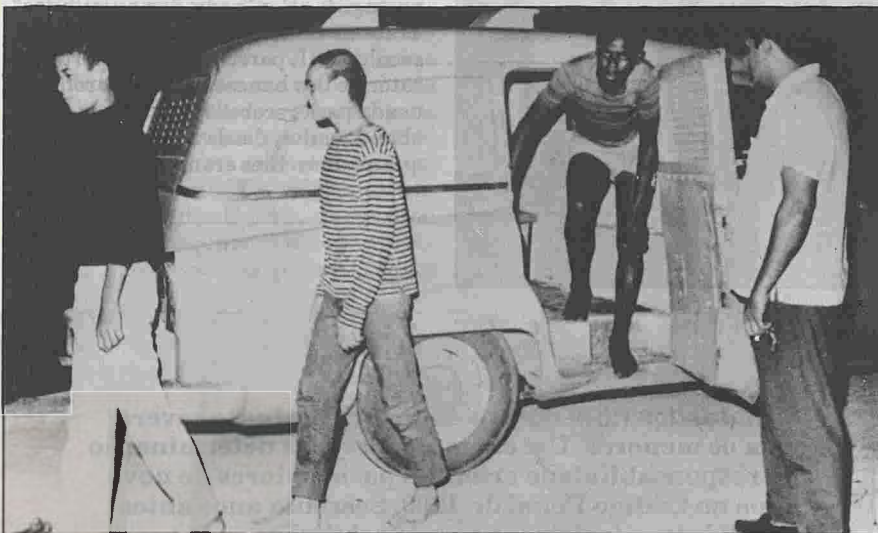
"A exposição foi mais um alerta para o problema no país. Desde o século passado, o que observamos são políticas de assistência funcionando apenas como paliativos, discriminatórias e sem resultados duradouros", diz Cecília, que é também diretora do Departamento Geral de Ação Sócio-Educativa (De-gase) da Secretaria Estadual de Justiça. Há 15 anos trabalhando com esta área, Cecília acha que, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente ter garantido o direito de a criança desprotegida ser assistida pelo Estado, "isso, na prática, ainda está longe de acontecer, pois os órgãos governamentais ainda se comportam como se fosse um favor cada medida tomada para a recuperação social delas e não como uma obrigação do Estado".

Como está esta questão hoje no Brasil? Segundo a socióloga Vera Malaguti Batista, coordenadora das políticas públicas para a criança do governo do estado do Rio de Janeiro, a estrutura econômica e social brasileira é tão distorcida no sentido de desigualdade de oportunidades que se transforma "numa verdadeira fábrica de abandono de crianças pobres. Neste sentido, o papel do Estado é fundamental, pois é atribuição constitucional dele tratar do problema. Quanto às organizações não-governamentais que se dedicam ao setor, elas têm pouca unidade de ação e muita disputa de mercado".

A socióloga considera que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação valiosa que precisa ser posta em prática, pois prevê o atendimento através de medidas protetivas (acesso da criança à saúde, educação e cultura), realizado pelos municípios de forma



Fotos: Divulgação



A criação do Serviço de Assistência do Menor (SAM) foi um marco na política do setor

descentralizada. E prevê ainda medidas sócio-educativas, tomadas pelos estados para as crianças infratoras (que incluem liberdade assistida, semiliberdade e privação de liberdade). "Quanto mais local for o tratamento dado ao menino, maior a inserção dele com a família, a escola e a comunidade onde vive. Não se pode deixar que perca suas referências, e isto se faz mais eficientemente numa esfera local. Os municípios precisam assumir esta responsabilidade, para que o menino não se desloque do interior e da periferia para os centros das grandes cidades, marginalizando-se", continua ela. Vera advoga ainda a instalação dos conselhos tutelares (com representantes das comunidades e dos órgãos oficiais) para encaminhar soluções para o problema.

O governo federal repassou ao estado do Rio de Janeiro toda a sua infraestrutura de atendimento a crianças e adolescentes infratores e não-infratores. Como os municípios ainda não assumiram o atendimento que lhes cabe, o governo do estado concentra hoje toda a demanda deste setor. Vera Malaguti diz que a prefeitura carioca precisa assumir logo a parte que lhe cabe para que a situação no Rio comece a melhorar. Um outro passo no sentido de reverter este processo é o programa Alunos Residentes, instaurado nos Cieps do estado do Rio e que atende hoje a 4.711 crianças. "Ele é preventivo, pois atinge a criança no momento em que inicia o processo de marginalização. É dada a ela casa, educação e apoio familiar através de um casal selecionado em cada

O Código Penal de 1890 previa a responsabilização criminal dos maiores de nove anos, muitas vezes presas com adultos na mesma cela



Ciep, e, além disso, ela não perde o contato com sua família original. Os resultados são a recuperação da quase totalidade dos alunos residentes, o que não é alcançado em nenhum orfanato ou instituição semelhante." Vera ressalta ainda que o programa especial de educação, com mais de 500 Cieps funcionando no estado, na verdade é a prevenção mais ampla que dá dignidade e condições de estudo e acesso à cultura a milhares de fluminenses.

Brasil colônia – No período colonial e imperial, existia um objeto que acabou se transformando num símbolo do modo como se tratava a criança desprotegida. É a "roda dos enjeitados". Trata-se de uma invenção francesa do século XVII, parecida com as portas giratórias dos bancos de hoje. A roda era usada para receber meninos e meninas abandonados, desde bebês até cerca de quatro anos. Eles eram colocados senta-

dos em uma cadeira e, em seguida, depois que a roda fosse acionada, eles entravam nos orfanatos e assim seus pais não eram mais vistos pelos funcionários da entidade, mantendo o anonimato exigido por uma era preconceituosa e discriminatória. A maioria das crianças abandonadas na "roda dos enjeitados" era órfã de parto, filha de escravos ou ilegítima. Ao serem recolhidas, eram amamentadas por escravas alugadas de fazendeiros que cobravam aos orfanatos o custo da amamentação por hora ou período. Uma dessas rodas ainda pode ser vista na Fundação Romão Duarte, no Flamengo.

O funcionamento do recolhimento de jovens no Instituto Profissional João Alfredo (que existiu em Vila Isabel até o século passado), mostrado na exposição através de fotografias, ilustra a tese de que os órgãos públicos acabaram criando sistemas que agravaram o problema da discriminação das crianças. Fundado em 1875, o Instituto tinha como meta a educação de crianças pobres, preparando-as para o trabalho artesanal e nas fábricas. No entanto, a admissão no João Alfredo era feita só sob a comprovação de completa indigência, sendo proibida a entrada de portadores de moléstias contagiosas e deficientes físicos. Apesar da infra-estrutura e das fotos da época mostrando institutos muito bem cuidados, alguns deles acabaram fechando por falta de clientela, provando que a questão da criança pobre não teve um encaminhamento que resolvesse realmente o problema.

Memória em banco de dados – O resultado do trabalho desenvolvido para apresentar a exposição Memória da Infância e da Adolescência está documentado em um banco de dados. De acordo com a diretora do Arquivo Público Estadual, Eliane Furtado, também responsável pela organização da mostra, a idéia é criar uma rede informatizada reunindo dados sobre a história da criança abandonada no país, que ficará interligada nos arquivos públicos, bibliotecas e outras instituições de pesquisa. Todas estas informações estão à disposição de pessoas e instituições interessadas em lidar com o problema. "O banco de dados servirá também para compreendermos melhor o problema das crianças abandonadas", diz Eliane.

A história

A Justiça do século passado era bastante severa com os menores. Um exemplo disso é a determinação da responsabilidade criminal para maiores de nove anos no Código Penal de 1890. Sessenta anos antes desta data, a legislação responsabilizava criminalmente as crianças com mais de 14 anos. Esse rigor pode ser ilustrado com a história de Michel Loprel Filho, de cinco anos, preso em 1871, juntamente com seu pai, sob a acusação de vagabundagem e mendicância. Os dados estão registrados no Arquivo Público Estadual.

Ir à praia durante a noite na época do Império também dava cadeia. As crianças que cometiam esse "delito" eram acusadas de vadiagem e presas na mesma cela de adultos delinquentes, o que era permitido legalmente até o início dos anos 50.

Outro fato surpreendente da história do menor do século passado, confirmado na exposição, é um livro de observação dos órgãos sexuais femininos do acervo do Instituto Médico Legal, de 1915. Os legistas desenhavam os órgãos a bico de pena para registrar a gravidade de estupro cometido contra as menores.

Informática popular

Projeto ensina adolescentes de comunidades carentes do Rio de Janeiro a trabalhar com computadores, aumentando suas possibilidades de emprego

Paulo Marinho

Criado pela Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, o projeto Atelier de Informática ensinou técnicas de edição de texto e planilha eletrônica de dados a 15 adolescentes moradores de favelas e bairros periféricos cariocas. Desenvolvido com o apoio técnico da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), a iniciativa já conta com recursos do governo do estado para ir adiante: até o final do ano, os alunos formados em dezembro de 1993 vão se tornar instrutores das próximas turmas.

Inspirada em experiências que o ex-

secretário do Trabalho, Carlos Alberto de Oliveira, presenciou em bairros pobres de Nova Iorque, o *atelier* é um salto na formação profissional da população menos favorecida — a quem tradicionalmente são oferecidos apenas cursos de mão-de-obra não-especializada.

O ex-secretário Carlos Alberto de Oliveira, o Caó, hoje secretário executivo da Campanha Contra a Miséria e Pelo Emprego, levou para a Secretaria Estadual do Trabalho a segunda fase do processo que o sociólogo Herbert de Souza, Betinho, vem desenvolvendo em favor da cidadania. Em viagem de trabalho aos Estados Unidos, Caó visitou o bairro novaioquina do Brooklin, e conheceu iniciativas nas quais a popula-

ção aproveita computadores doados pelo poder público e empresas privadas para elaborar trabalhos escolares, jogos, projetos comunitários e prestar serviços à comunidade. Após conseguir o apoio da CPRM, a Secretaria criou o Atelier de Informática, usando o cadastro de que já dispunha para formar a primeira turma.

“Já praticávamos a educação pelo trabalho, encaminhando menores a instituições como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, onde eles desempenham as funções de *office-boy*. Com a oficina, no entanto, passamos a pensar grande e rompemos as amarras do preconceito, que associam o pobre com a chamada mão-de-obra barata, e

Fotos: Loricé



limitam o leque de oportunidades desta camada da população”, afirma o atual secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social do Rio, Renato Simões.

Metodologia – Assinado em junho de 1993, o convênio inicial previa a formação de técnicos em hidrologia e geoprocessamento, recurso utilizado no mapeamento de jazidas minerais – atividade-fim da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais. Com a utilização das instalações da companhia, três microcomputadores, sete instrutores e dois profissionais da área de recursos humanos, o projeto acabou evoluindo.

Segundo o coordenador do *atelier* e chefe do Departamento de Geoprocessamento da CPRM, Ricardo Vasconcelos, como a intenção do projeto é ampliar o leque de oportunidades dos adolescentes, a prioridade foi dada à área de edição de textos, que abre um campo maior de trabalho para os jovens. Com isso, apenas três dos 13 inscritos se especializaram na digitação de mapas. O curso durou seis meses e os alunos, divididos em dois grupos que se revezavam nos dias da semana, ganharam 1/3 do salário mínimo, vale-transporte e tíquete refeição durante o aprendizado.

Com carga horária de quatro horas, os aprendizes das favelas da Rocinha e Pavão-Pavãozinho, Ilha do Governador,

A meta do projeto é formar, em 1995, 450 jovens moradores em favelas e bairros periféricos do Rio em Informática

Santa Cruz, Vila Isabel, Penha e Morro do Estado, em Niterói, tiveram aulas de Noções de Informática, Frame Work II (editoração), noções de Cartografia, Lotus 123, Sistema Maxi-CAD, D-Base Interativo, Wordstar 5 e Treinamento Prático, além de Introdução à Informática, com a finalidade de contextualizar o assunto.

Ministrado com o mesmo rigor exigido nas escolas que trabalham com esta disciplina, o curso superou as expectativas iniciais dos organizadores. O

analista de sistemas Paulo Roberto Bastos, um dos instrutores, lembra que os alunos, de 14 a 18 anos, apresentavam um perfil de classe média baixa, mas compunham um grupo heterogêneo, já que alguns tinham apenas o ginasial, outros haviam concluído o científico e havia até uma universitária. “Optamos por não divulgar as notas dos testes e aproveitávamos os resultados para voltar aos assuntos que não tinham sido bem compreendidos. No final das aulas, em dezembro do ano passado, não houve diferença no aproveitamento de cada um deles e hoje dispomos de um projeto-piloto que pode muito bem ser aproveitado no futuro por outras instituições e órgãos públicos”, afirma o analista.

Recursos – Com a meta de formar 450 jovens em informática em 1995, o projeto obteve a primeira liberação de recursos em junho último. Os R\$ 40 mil que o governo do estado do Rio destinou ao *atelier* serão aplicados na aquisição de equipamentos e mobiliário das três primeiras oficinas, que funcionam nas comunidades do Pavão-Pavãozinho (Zona Sul), Morro da Mineira, no bairro do Catumbi (Centro), e Nova Aliança, em Bangu (Zona Oeste). Para superar a escassez de recursos, a coordenadora do projeto na Secretaria do Trabalho, Ruth Pinheiro, busca a colaboração de outros parceiros para instalar os 14 núcleos previstos: “A Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) acenou com a possibilidade de cobrir parte das despesas com os instrutores; a Coca-Cola pode doar equipamentos e ainda não desistimos da ajuda da Fundação Friedrich Ebert, instituição alemã de fomento ao Terceiro Mundo.”

Entusiasmada com a possibilidade de transformar as oficinas em microempresas geridas pela própria comunidade, Ruth Pinheiro lembra que os alunos tiveram uma solenidade de formatura na própria CPRM quando encerraram o curso. O formando Irapuan Macedo da Silva, de 16 anos, aluno da 6ª série da Escola Municipal Eurico Gaspar Dutra, na Penha, expressou bem o estado de espírito dos estudantes que vão trabalhar como instrutores na segunda fase do projeto. Ex-jogador da escolinha de futebol do Fluminense, ele disse aos colegas e professores que “a partir de agora vou jogar no campo da informática”.

Computadores nas prisões

Concebido para ampliar as oportunidades de trabalho de jovens entre 14 e 18 anos, o *Atelier* de Informática vem gerando novas iniciativas: inspirado nas oficinas de editoração, o Instituto Palmares de Direitos Humanos procurou a Secretaria do Trabalho e deu início ao projeto Renovação, que utiliza o aprendizado em computadores para ressocializar os egressos do sistema penal.

O projeto prevê a utilização de 16 terminais da IBM existentes no Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro (Proderj). Antigos e desativados, os computadores, sem utilidade para o órgão, passam a receber uma destinação social, já que as máquinas processam lenta-

mente, facilitando o aprendizado de digitação.

Com a liberação de recursos prevista para o final do ano, o projeto Renovação dispõe que os internos com bom comportamento e próximos da soltura recebam treinamento no interior da prisão. O processo de ensino terá seqüência no período de liberdade condicional, usando-se como espaço físico as instalações que o Conselho Nacional de Entorpecentes (Conen) mantém no bairro de São Cristóvão (Zona Norte do Rio).

A princípio, os gastos no interior do sistema penal ficariam a cargo da Secretaria de Justiça e a manutenção do núcleo externo seria assumida pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro.

A direita proletária

Violentos, com cabeças raspadas ou cabelos espetados, jovens brasileiros se unem em grupos neonazistas, refletindo o fenômeno que vem ocorrendo na Europa

José Messias Xavier

“**O**s imundos querem dominar o mundo com o poder de suas armas, sob a sua estrela maldita. Fanáticos religiosos, assassinos malditos, filhos de Israel, eu quero matá-los.” Esta música estourou no *under ground* paulista nos anos 80. Seus autores são os integrantes da banda Garotos Podres, que conseguiu obter um êxito de vendas suficiente para reunir suas obras em um LP. Eles são Carecas, a versão tupiniquim dos violentos *skinheads* europeus, uma tribo urbana formada, fundamentalmente, por jovens operários, que passam o tempo de folga espancando judeus, mestiços e negros em geral.

No Brasil, os Carecas ganharam as páginas dos jornais a partir de 1977, quando a imprensa começou a detectar um novo tipo de comportamento na periferia dos grandes centros urbanos. Ao lado dos *punks*, eles passaram a compor a fauna das metrópoles se destacando pelo visual exótico, onde se ressaltam símbolos nazistas, como a suástica e a Cruz de Ferro – condecoração dos soldados alemães na Segunda Guerra –, e militares, como o coturno e a calça de campanha das Forças Armadas. Outra característica fundamental dos Carecas, como o próprio nome do movimento diz, é a cabeça raspada de seus integrantes.

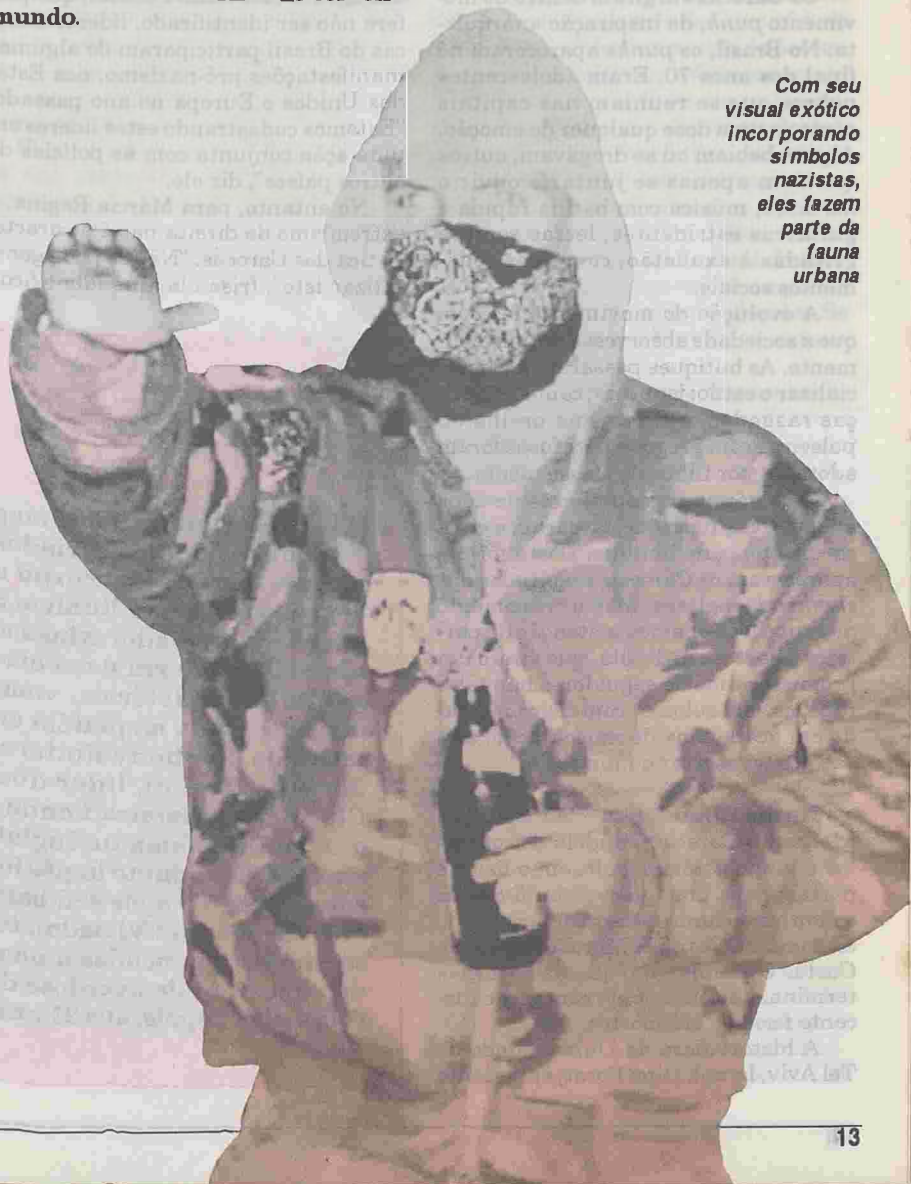
Para entender a forma de organização política dos Carecas no Brasil, a antropóloga Márcia Regina da Costa, da PUC-SP, passou um ano convivendo com os vários grupos que tomaram a frente do movimento, além de reunir documentos, como recortes de jornais e *anzines* (publicações de membros do grupo). O resultado desta pesquisa chega agora às livrarias sob o título “Os Carecas do Subúrbio – Caminhos de um Nomadismo Moderno”.

Lançado pela editora Vozes, o livro, que é uma tese de mestrado, conta, em 232 páginas, todo o histórico do movi-

mento dos Carecas e dos *punks* no Brasil, suas características básicas e formas de organização. Os nomes dos integrantes dos diversos grupos foram omitidos, pois muitos deles são procurados pela polícia. “Todos os grupos são violentos, isto é um fato”, revela Márcia, em entrevista a *cadernos do terceiro mundo*.

Vários grupos – Um dos pontos detectados pela pesquisa da antropóloga é a diversidade ideológica do movimento dos Carecas. Embora usem o mesmo tipo de roupa e também tenham a mes-

Com seu visual exótico incorporando símbolos nazistas, eles fazem parte da fauna urbana



ma forma de manifestação, que é a violência, os Carecas são compostos, hoje, por vários grupos ideológicos. Existem os que se autodefinem como nazistas, há ainda os nacionalistas, mas também atuam no movimento os socialistas e até anarquistas.

"Há uma diversidade muito grande do ponto de vista ideológico. Ao mesmo tempo que existem os White Power (Poder Branco), de inspiração racista, existem também os Carecas Contra o Racismo", informa ela. Esses grupos, que atuam basicamente nas grandes capitais, têm antagonismos profundos e suas diferenças são resolvidas em brigas.

Os Carecas surgiram dentro do movimento *punk*, de inspiração anarquista. No Brasil, os *punks* apareceram no final dos anos 70. Eram adolescentes pobres que se reuniam nas capitais atrás de uma dose qualquer de emoção. Alguns bebiam ou se drogavam, outros queriam apenas se juntar e ouvir o *hardcore*, música com batida rápida e guitarras estridentes, letras sempre gritadas à exaustão, com questionamentos sociais.

A evolução do movimento fez com que a sociedade absorvesse o *punk* facilmente. As butiques passaram a comercializar o estilo: jaquetas, camisas e calças rasgadas, alfinetes na orelha ou pulseiras com pregos e parafusos foram adotados por filhos da classe média.

O comércio irritou alguns de seus adeptos originais, que passaram a criticar os *punks* de butique. Desta forma, apareceram os Carecas, inspirados nos *skinheads* ingleses. Mas o crescimento do grupo logo chamou a atenção de partidos de extrema-direita, que viram um promissor filão de seguidores naqueles rapazes musculosos, com físico moldado em academias de musculação, ávidos por "consertar o mundo".

Nazismo moderno— "A inspiração básica dos Carecas é a idéia de consertar o mundo. Assim, cultuam o físico e partem para uma guerra santa contra tudo o que acham que está deteriorando este mundo", explica Márcia Regina da Costa. O problema é que as batalhas terminam normalmente com gente inocente ferida e até mortes.

A historiadora da Universidade de Tel Aviv, Israel, Dina Porat, em recente

visita ao Brasil, alertou as autoridades ocidentais de que existe uma articulação mundial do extremismo de direita. A seu ver, o neonazismo está, hoje, muito mais articulado do que sua versão original, o nazismo: "O neonazismo é um movimento internacional, com veteranos no comando, muitos dos quais da época de Hitler, especialmente na América Latina, Canadá e Estados Unidos. Eles usam *fix* e outros recursos modernos para divulgar suas idéias, transferem dinheiro de um país para o outro e trocam informações."

A ala nazista dos Carecas brasileiros sabe disto e está integrada a este sistema internacional. De acordo com um agente da Polícia Federal, que prefere não ser identificado, líderes Carecas do Brasil participaram de algumas manifestações pró-nazismo, nos Estados Unidos e Europa no ano passado. "Estamos cadastrando estes líderes em uma ação conjunta com as polícias de outros países", diz ele.

No entanto, para Márcia Regina, o extremismo de direita não é a característica dos Carecas. "Não se pode generalizar isto", frisa ela, que identificou

Carecas checos protestam contra os ciganos nas ruas de Praga

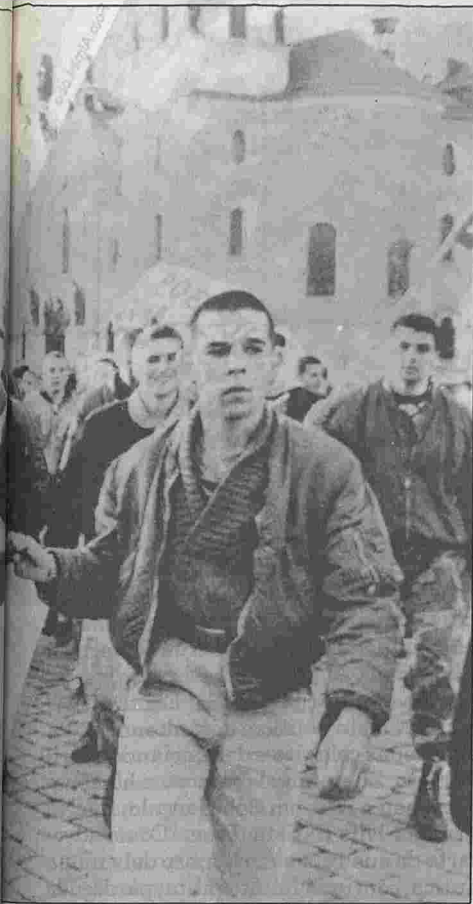


Violência

Ocantor, um sujeito magro e com os dentes cariados, começa a contorcer o corpo como em um transe mediúnico. Solta um berro aterrador, xinga a Rainha da Inglaterra e cai em uma gargalhada histérica, vomitando em seguida na platéia em êxtase. Ele é Johnny Rotten (Joãozinho Podre), líder dos Sex Pistols, a primeira banda punk que ganhou fama na Inglaterra em 1976. O conjunto inglês foi dissolvido em 77, após seu baixista, Sid Vicious (Sid Viciado), ter assassinado a namorada e morrido de overdose de heroína dias depois, aos 21 anos.

As cenas descritas acima parecem chocantes, mas elas atualmente, não espelham o que é um show *hardcore*, onde se encontram punks e Carecas, ou *skinheads*. Chamados de *gigs*, esses shows, muito mais "pesados" do que os de seus predecessores, os Sex Pistols, são, antes de tudo, uma forma de expressão das tribos urbanas. É a violência inscrita nas letras, na dança e no relacionamento dos integrantes dos vários grupos.

Opróprios nomes dos conjuntos dão uma amostra da proposta: dos Tropa Suicida, Desequilibrado, Fogo Cruzado, Lixo



um grupo do movimento em São Paulo chamado Carecas Contra o Racismo. Esta facção surgiu inspirada no grupo homônimo norte-americano, Skinheads Against Racial Prejudice (Sharp), e é formada por negros e mulatos. Sua proposta é combater os Carecas nazistas.

Contudo, o que mais chamou a atenção das autoridades policiais brasileiras para os Carecas foi a sua facção neonazista. No ano passado, em São Paulo, desencadeou-se um surto de agressões a migrantes nordestinos, com espancamentos e até tentativas de assassinatos. Esta ação, que perdura até hoje, levou a assinatura dos Carecas paulistas, ou, pelo menos, daqueles que integraram a ala neonazista do movimento. Vários deles foram presos e confessaram a ação planejada contra nordestinos, que consideram responsáveis pelo caos social daquela capital.

O que a imprensa não deixou claro, em sua cobertura do fato, é que os agressores dos nordestinos pertenciam à facção White Power dos Carecas, composta, fundamentalmente, por jovens da classe média/alta. Moram em boas

casas e um de seus líderes, hoje procurado pela polícia, estuda História em uma universidade de São Paulo.

Faxina racial — A violência desencadeada pelos Carecas neonazistas brasileiros contra nordestinos é, na realidade, um eco das manifestações dos *skinheads* europeus. Naquele continente, várias ações planejadas contra judeus, negros e mestiços ganharam dimensões preocupantes. Na Alemanha, no dia 30 de agosto último, três *skinheads* neonazistas foram condenados pela Justiça a penas de três anos de prisão por organizarem uma noite de “caça aos negros” em maio passado.

“A situação na Europa está muito difícil. A reorganização da Comunidade Européia provocou uma onda de desemprego, o que favoreceu o fortalecimento de grupos radicais. Para um estrangeiro, andar nas ruas é muito perigoso”, sustenta Fábio Vossfinkel, jornalista brasileiro, filho de alemães, que mora, desde 88, na Alemanha com sua mulher, também brasileira. Fábio afirma que escapou por pouco da fúria dos *skinheads* alemães. “Só me saí porque tenho sobrenome e cara de alemão. Se soubessem que sou brasileiro, estava frito”, conta.

Em seu livro, Márcia Regina analisa a atuação dos Carecas brasileiros e dos *skinheads* como reflexo da violência social, generalizada hoje no mundo. “No fundo, o que nos fascina, nos horroriza no caso dos Carecas, é que eles desejam, mais do que só identificar, encarnar o mal. Eles sabem que, em nossa sociedade, o mal é fonte de realizações, de energia, de poder. Portanto, não é à toa o fascínio pelo nazismo, por Hitler”, escreveu.

O fato é que os Carecas e *skinheads* espelham uma fase da violência deste final de século. Como os famigerados Corpos Livres, da Alemanha pré-nazista (grupos paramilitares que originaram os não menos temíveis SS), eles espalham a violência por onde passam, dentro de uma visão maniqueísta, portanto limitada, da sociedade. Sua lógica é a mesma do personagem Cobra, vivido no cinema por Sylvester Stallone em filme homônimo, diante de um ladrão de supermercados: “Você é a doença e eu sou a cura”, bang-bang-bang! O assaltante morre crivado de balas. ■

e hardcore

nia, Juízo Final, Guerrilha Urbana, Cólera, Setembro Negro.

Uma das características principais dos Carecas, refletida em suas músicas, é a permanente atitude de confronto. Seja com um grupo inimigo ou com pessoas que não estão “ligadas em sua onda”, eles estão sempre prontos a dar o primeiro soco.

Vários conflitos ocorridos em São Paulo tiveram registradas as presenças de Carecas e punks. Foi o caso do comício do 1º de maio de 88, na Praça da Sé, quando um choque entre Carecas, integralistas e membros de

organizações de esquerda levou várias pessoas para o hospital. Em maio de 89, ocorreu outro conflito no mesmo local, quando punks antinazistas atacaram Carecas que comemoravam os 100 anos de nascimento de Hitler.

Apesar dos confrontos, algumas lideranças Carecas e punks tentam mudar a imagem de seus respectivos movimentos, alegando que nem todos os componentes são violentos. Em alguns fanzines, há preocupação em condenar qualquer atitude violenta que ocorra envolvendo membros do movimento.

Igualdade no trabalho

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) está exigindo do governo brasileiro ações que reduzam a discriminação contra mulheres, negros e mulatos no trabalho, cujos salários são quase sempre menores do que os de brancos e homens. Segundo a OIT, empresas brasileiras continuam impunemente a condicionar contratação ou permanência de funcionárias à apresentação de comprovante de que não estão grávidas ou exigem mesmo a esterilização.

Tais fatos constituem uma violação da convenção internacional contra a discriminação, ratificada pelo Brasil em 1965. O governo brasileiro argumentou, em relatório enviado à OIT, que tem dificuldades para punir empresas porque a maioria dos prejudicados não apresenta queixas.

Na resposta ao governo, a organização afirma que as vítimas "não se identificam pois têm medo de represálias ou dúvidas quanto à eficácia ou imparcialidade das autoridades". A OIT recomenda que o governo crie "uma política nacional de igualdade no trabalho" e lute por nova legislação contra discriminação de mulheres no emprego.

Consórcio na favela



Moradores do morro Dona Marta, em Botafogo (Zona Sul do Rio), formaram um consórcio para aquisição de antenas parabólicas. Um ano depois, o acordo fez com que mais de 60 parabólicas enfeitem as lajes das residências.

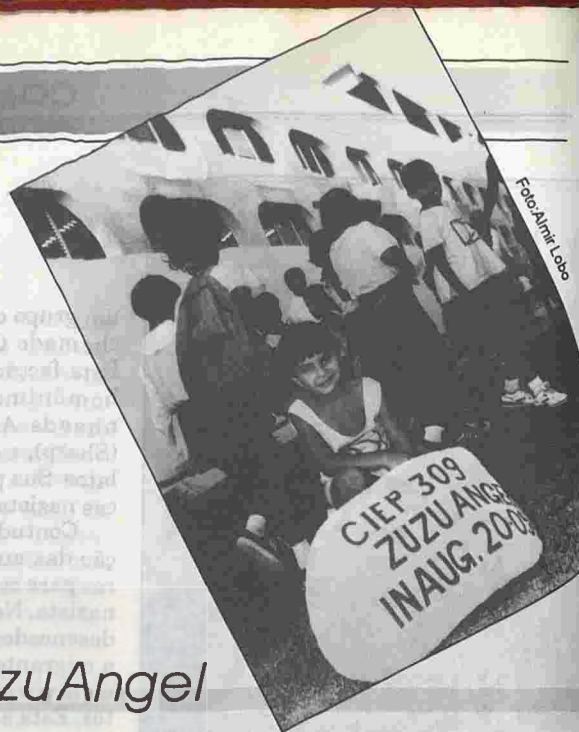
A idéia da formação do consórcio foi do morador Luís Kléber Alves de Oliveira, que decidiu adquirir coletivamente uma parabólica. Cada grupo é formado por dez pessoas, que dividem igualmente o preço da antena. A cada mês, um integrante é sorteado.

Os problemas de transmissão no Dona Marta são crônicos devido à localização do morro, no lado contrário ao Sumaré, de onde são retransmitidas as ondas para os aparelhos de TV do Rio de Janeiro.

Cadernos' na Bahia

Em Salvador, a Editora Terceiro Mundo tem novo ponto de venda e assinaturas de suas publicações. Trata-se da Jhana Livros, no shopping Itaigara, loja 16, primeiro andar, avenida ACM, 656, Itaigara, CEP 41857-900. Telefone e fax (071) 359-7416.

A livraria é especializada em educação, psicologia, organização, ecologia e mitologia. Os interessados poderão assinar ou comprar **cadernos do terceiro mundo**, *cuadernos del tercer mundo*, *Ecologia e Desenvolvimento*, *Mercosul*, *Almanaque Brasil* e a agenda da editora.



Zuzu Angel

Ela nasceu em Curvelo (MG), brincava com as pedras roladas dos rios e fazia roupas de bonecas. Transformou-se num dos maiores nomes brasileiros da moda, com fama internacional e clientes como Joan Crawford e Kim Novak. Na década de 70, seu filho Stuart Angel Jones foi preso, torturado e morto pela ditadura militar brasileira. Ela transformou a dor de mãe num protesto político, desenhando anjos torturados e tanques em suas coleções e denunciando os crimes dos militares. Por isto, Zuzu Angel mereceu a homenagem de ter um Ciep com seu nome, em São Gonçalo, RJ. Na inauguração, o governador Nilo Batista disse: "Como advogado, ajudei-a em parte de sua luta e me lembro dela numa auditoria da Aeronáutica, com uma manta preta, parecendo um personagem de Garcia Lorca. Ela tinha uma coragem que vinha de suas entranhas de mãe e de sua consciência de cidadã. Zuzu Angel viveu dignamente sua tragédia pessoal e deu a ela dimensão artística. Por isso, dá nome a essa escola do futuro."

Alcoolismo

O Núcleo Especializado em Dependência Química (Nedep), de Unai (MG) trata alcoólatras, toxicômanos e farmacodependentes pelo método usado no Jonhson Institute de Minnesota, EUA. O primeiro passo é reconhecer a doença, e o tratamento dura em média seis semanas com rotina diária de nove horas sem repressão. A terapeuta familiar Eliane Durães, do Nedep, diz que a sociedade não aponta o vício da bebida como defeito no homem, desde que ele sustente a família. Já a mulher que bebe é considerada até incapaz de criar seu filho. "Esse preconceito a juda a mulher a esconder que tem o vício e, portanto, a não se tratar", diz ela.

Mesmo bebendo menos que o homem, a mulher alcoólatra é mais chegada às doenças do fígado. Ela também se arrisca a ter compulsão pela comida causada pelo álcool e problemas ginecológicos, com riscos de vida para o bebê no caso de gravidez. Eliane lembra que a mulher, assim como o homem, deve superar preconceitos e se tratar, pois o alcoolismo é uma doença crônica, física e emocional, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde. O telefone do Nedep é 061-6763838

O jovem e a droga

É preciso lutar contra a destruição da juventude, que a poderosa lei do mercado lançou no círculo viciado da violência urbana

Vera Malaguti Batista*

A economia liberal é a força motriz do desenvolvimento do mercado de drogas legais e ilegais. O consumo delas é regulado pela lei da oferta e da demanda. Mas, além disso, há uma carga ideológica e emocional em torno do assunto, que criou o mito da droga, disseminado pela mídia e acolhido pelo imaginário social, a partir de uma estratégia dos países capitalistas, responsáveis pela demanda por drogas no mercado internacional.

Segundo a criminóloga venezuelana Rosa del Olmo, nos Estados Unidos, questões econômicas têm sido transformadas em problemas sociais que se expressam em conflitos sobre drogas. A primeira lei federal contra a maconha tinha como carga ideológica a sua associação com imigrantes mexicanos que ameaçavam a oferta de mão-de-obra na depressão de 1929. O mesmo ocorreu com a migração chinesa na Califórnia, que se tornou desnecessária após a construção das estradas de ferro. Assim, os chineses foram associados ao ópio. No sul do país, trabalhadores negros do algodão foram vinculados à cocaína, criminalidade e estupro, no momento de sua luta por emancipação. O medo do negro drogado coincidiu com o auge dos linchamentos e da segregação social legalizada. Esses três grupos étnicos disputavam mercado de trabalho, e se mostravam dispostos a tra-

balhar por menores salários do que os brancos.

Na verdade, o problema da droga é econômico e ideológico. Com a transnacionalização da economia, materializam-se novas formas de controle. Foi criado um sistema jurídico-penal com o fim de criminalizar e penalizar determinadas drogas. É curioso observar que se penaliza sobretudo aquelas vindas das economias periféricas (maconha e cocaína produzidas na América Latina) en-

A rentável cocaína passa a contar com um sistema de divisão de trabalho. Algumas regiões da América Latina se especializam na produção de folhas, outras na fabricação da pasta e refino, outras na comercialização.

No Rio de Janeiro, que não produz cocaína, a partir dos anos 70 houve o fortalecimento gradual do seu consumo. A disseminação traz como contrapartida a especialização da mão-de-obra das comunidades periféricas

grande imprensa consolidam o estereótipo político-criminal. Na medida em que se enuncia a transição democrática, este novo inimigo interno justifica investimentos maiores no controle social.

Na América Latina, os meios de comunicação disseminam o pânico e as leis de mercado se encarregam de recrutar a juventude pobre para os riscos do trabalho no comércio ilegal. Sobre os habitantes das favelas difunde-se o estereótipo criminal; a violência decorrente da disputa pelos pontos de venda aumenta paulatinamente. A desorganização do varejo no mercado de drogas vai intensificando esta disputa e o fortalecimento dos núcleos de força, principalmente nas comunidades próximas aos bairros de classe média.

Num contexto de aprofundamento de uma economia recessiva e de enfraquecimento das políticas sociais básicas, um contingente cada vez maior de jovens pobres vai sendo recrutado a cumprir sua triste sina, seu papel trágico na nova divisão internacional do trabalho. A cocaína — a droga neoliberal, símbolo de êxito e de *status* entre seus consumidores (*yuppies high-tech*, jovens empresários, executivos de bolsa de valores) tem como contrapartida a destruição da juventude pobre das nossas favelas, lançada pela lei de mercado, à criminalização e ao círculo viciado da violência urbana. ■

Um contingente cada vez maior de jovens pobres está sendo recrutado para vender drogas, um papel trágico na nova divisão internacional do trabalho

quanto se permite as ligadas à grande indústria (álcool e anfetaminas).

O sistema neoliberal produz uma visão esquizofrênica das drogas, especialmente a cocaína. Por um lado, estimula a produção e circulação dela; e por outro lado constrói um arsenal jurídico e ideológico de demonização e criminalização desta mercadoria.

Para compreender o impacto da cocaína dos anos 70 em diante, é importante mencionar a crise mundial a partir de 1967 e o modelo recessivo que se segue até 1982, com o aumento de inflação e desemprego gerando uma reestruturação da economia mundial.

na venda ilegal. Começam a aumentar nas delegacias, no juizado de menores, nas unidades de atendimento ao jovem as infrações relacionadas à sua posse, consumo ou venda.

São criados juridicamente dois estereótipos. Aos jovens de classe média que a consomem aplica-se o estereótipo médico, e aos jovens pobres que a comercializam, o estereótipo criminal.

No final dos anos 60, aparecem as primeiras campanhas tratando a droga como inimigo interno. Formou-se um discurso político transformando a droga em ameaça à ordem e às instituições. As ações governamentais e a

* Socióloga, mestranda em História na Universidade Federal Fluminense



O CUSTO DOS PLANOS

Com o recém-lançado Plano Real no Brasil se fechou o círculo de países latino-americanos que aceitaram o *Washington Consensus*, expressão que o economista John Williamson usou para referir-se às imposições do Banco Mundial e do FMI aos países endividados do Terceiro Mundo. As linhas mestras da proposta contemplam a estabilização macroeconômica, a desregulação dos mercados (privatizações incluídas) e a abertura dos países ao investimento estrangeiro. A aplicação destes planos de ajuste estrutural derrubou a inflação mas em compensação trouxe a recessão, o desemprego e o empobrecimento maciço das classes médias e populares.

No México, o PRI, arquiteto do ajuste estrutural, depois de assinar o Tratado de Livre Comércio com Estados Unidos e Canadá, voltou a ganhar as eleições presidenciais marcando o recorde, para um partido latino-americano, de 65 anos de permanência no poder.

No Brasil, o candidato do governo Fernando Henrique Cardoso, pai da nova moeda, será o próximo presidente se se confirmarem os resultados das principais pesquisas de opinião. Cardoso deve ganhar a eleição apoiado pela máquina governamental e na ilusão que desperta a queda da inflação.

No Peru, o chinês Fujimori, depois de fechar o Congresso e inter-



O futuro do real

Não é novidade no Brasil o uso eleitoral de planos econômicos: o caso do cruzado ainda está vivo na memória da população e contribui, ao lado de outras evidências, para a desconfiança com que alguns segmentos encaram o Plano Real, que praticamente monopolizou a campanha, restringindo o debate de temas relevantes

Marcelo Monteiro

As revelações indiscretas do ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, afirmando que seria o principal eleitor de Fernando Henrique Cardoso e que divulgava informações que interessavam ao governo e escondia as ruínas, deram força às suspeitas de que o Plano Real seria eleitoireiro, e teria como objetivo principal eleger o candidato do governo à Presidência da República.

Esse temor tem relação com o que aconteceu nas eleições para os governos dos estados, Senado, Câmara Federal e Assembléias Legislativas em 1986. Influenciado pelo Plano Cruzado, que permitiu aumento do consumo – apesar dos salários terem sido congelados pela média de 12 meses enquanto os preços o foram pelo pico – o eleitorado elegeu em massa os partidários do governo, especialmente os candidatos do PMDB. O partido elegeu a maior bancada do Congresso Constituinte e 22 dos 23 governadores. Perdeu apenas em Sergipe, onde o governo foi ganho pelo PFL, que, apesar de ser considerado de oposição, tinha representantes no governo Sarney, como o então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Dias após a eleição, o governo liberou aumentos de preços, decretando a sentença de morte do plano econômico.

Componente eleitoral– O Plano Real foi lançado no momento correto ou foi direcionado para que seus reflexos alcançassem as eleições? Esta questão divide economistas e analistas políticos. Se por um lado há dúvidas se o Real chega a ser “eleitório”, por outro lado percebe-se que o programa de estabilização econômica tem um componente eleitoral extremamente importante.

Fernando Henrique que antes do lançamento do plano tinha 17% das intenções de voto, fez do Real sua principal bandeira na campanha e o comportamento do eleitorado foi nitidamente alterado pela criação da nova moeda. Pesquisas de opinião que avaliam qualitativamente as tendências do eleitorado confirmam que a maioria dos que votam em Fernando Henrique Car-

ECONÔMICOS

vir no Poder Judiciário, mantém o apoio popular montado nas derrotas do Sendero Luminoso e do MRTA, enquanto aplica as rigorosas metas de austeridade econômica que lhe exigem os organismos internacionais.

Na Argentina, no momento, tudo parece indicar que o formidável aparato que ainda conserva o Estado depois do furacão neoliberal servirá para que Carlos Menem realize seus projetos de reeleição, dos quais seus opositores são cúmplices pois, os que no afã de ganhar a presidência, têm apoiado uma fictícia estabilidade. O que é que explica a flagrante contradição que existe entre os planos antipopulares e o apoio que recebem dos eleitores?



Fernando Henrique fez do Real a principal bandeira de campanha

doso o fazem pela confiança na moeda forte. A influência do plano na tendência de voto foi reforçada pela insistência da mídia na defesa do programa econômico, especialmente a Rede Globo, e pela estratégia do governo de promover intensamente as benesses do plano.

A partir do lançamento do real em 1º de julho, o ex-ministro da Fazenda teve seus índices em ascensão contínua, até alcançar 45% na pesquisa do DataFolha concluída em 30 de agosto, três dias antes da divulgação do *affair* Ricupero. Em contrapartida, Lula despençou de 42% para 23% no mesmo período. Levando-se em conta as pesquisas, a indiscrição de Ricupero não alterou as intenções de voto.

Pacto até o primeiro turno— Para a cientista política Vânia Bambirra, o plano de estabilização econômica em vigor no Brasil pode ser traduzido como um “estelionato eleitoral”. O fato pode ser comprovado, segundo ela, pelas declarações de Ricupero e pelos bilhetes do ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, relacionando a inauguração de obras do governo federal com o “nosso candidato”, Fernando Henrique.

Vânia afirma que Fernando Henrique permaneceu no Ministério da Fazenda durante sete meses sem tomar qualquer providência contra a inflação, que cresceu continuamente até ultrapassar os 40% mensais. O início do plano teria sido protelado para manter seus efeitos até a época da eleição e teria a vigência garan-

tida apenas até o pleito. Ela cita o pacto entre os empresários de manter os preços pelo menos até 3 de outubro, data do primeiro turno das eleições. Por sua vez, o candidato do PMDB à Presidência, Orestes Quércia, denunciou de forma insistente na TV que o próprio programa de governo de Fernando Henrique Cardoso fala que o Plano Real estaria garantido *até as eleições*.

O Plano Real estaria dentro do figurino de programas de estabilização de cunho neoliberal implantados na América Latina por “imposição do Fundo Monetário Internacional” (FMI)? Para Vânia Bambirra a resposta é *sim*. O preço do combate à inflação seria o desmonte do Estado, com o aumento das privatizações, “ferindo a soberania nacional”, e a paridade “artificial” entre o real e o dólar, causando o sucateamento do parque industrial nacional.

Esse equilíbrio cambial estaria sendo conseguido às custas da queima das reservas em dólar do país e causaria o encarecimento dos produtos de exportação brasileiros no mercado internacional, a falência de exportadores e agricultores, e o conseqüente “aumento do desemprego, fome e miséria”.

A cientista política acredita que os planos econômicos de cunho neoliberal poderão levar o “caos social” aos países latino-americanos, “particularmente no Brasil”, onde o número de miseráveis já é de 32 milhões de pessoas. Ela cita como conseqüências dos programas neoliberais a rebelião dos Chiapas no México em janeiro deste ano e os conflitos em Santiago del Estero, Argentina, no final de 1993.

O cientista político José Luís Fiori, professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma não ter dúvidas de que o Plano Real incorpora as teses do chamado Consenso de Washington, expressão criada em 1990 pelo economista inglês John Williamson e que reúne as diretrizes econômicas defendidas pelo FMI e o Banco Mundial para a estabilização das economias dos países periféricos.

As linhas mestras dessa proposta seriam três: a estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta a obtenção de um superávit fiscal primário (segundo José Luís Fiori, com a reformulação do sistema fiscal e dos sistemas de Previdência estatal); em segundo lugar, a realização de reformas estruturais, como a desregulamentação dos mercados, o incremento das privatizações, liberalização financeira e comercial; e, por fim, o incentivo a investimentos estrangeiros para a retomada do desenvolvimento.

Projetos de ajuste econômico segundo esta receita já receberam a chancela do FMI e do Banco Mundial em mais de 60 países, afirma Fiori. Esse tipo de ajuste traz embutido um custo social alto, caracterizado pelo aumento da recessão, das taxas de desemprego e da marginalização dos extratos sociais mais baixos da população. O cientista político cita como exemplo de planos econômicos que seguem essa doutrina o da Argentina, concebido pelo ministro Domingo Cavallo; o do México, impulsionado durante o governo de Carlos Salinas; e da Rússia, do ministro Yegor Gaidar; e o plano

de Zélia Cardoso de Mello e Antônio Kandir, que vigorou durante a primeira fase do governo Collor de Mello.

O Plano Real segue também as diretrizes do Consenso de Washington, na opinião de Fiori, com seus elaboradores citando os pontos da cartilha neoliberal: ajuste fiscal, desestatização, reforma monetária.

José Luís Fiori afirma que "o Plano Real não foi concebido para eleger Fernando Henrique, mas sim FHC é que foi escolhido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI e dar viabilidade política para as reformas preconizadas pelo Banco Mundial".

Ele teria como um dos fatores principais a seu favor o passado de intelectual de esquerda e de opositor da ditadura militar, que foge do perfil tradicional dos candidatos conservadores no Brasil. Mais importante ainda é o fato dele hoje ter passado a defender os preceitos econômicos neoliberais.

Mas mesmo assim existe o temor de que o real tenha seus efeitos preservados somente para eleger o candidato do governo. Para o economista da Universidade de Campinas (Unicamp), Luciano Coutinho, o plano só tem condições de se sustentar sem alterações de rumo até janeiro. Coutinho acredita que o IPC-R, que até o final de agosto acumulou 11,87%, poderá causar aumentos de custos tanto aos exportadores quanto aos setores que empregam mão-de-obra massiva, como automotivo, têxtil, entre outros. Se os empresários alegarem que os possíveis aumentos salariais precisam ser repassados, pode haver uma elevação das importações, que teria dois efeitos: a redução inicial dos preços no mercado interno e o aumento do consumo e da demanda; e o segundo poderia anular o primeiro, fazendo com que os preços voltassem a subir.

Marketing – Na opinião do cientista político Edson Nunes, diretor do instituto de pesquisa DataBrasil, a estratégia usada para que o real se tornasse uma peça de marketing de Fernando Henrique foi o tempo de lançamento. "Antes do plano entrar em vigor, o governo estimulou a remarcação de preços, permitindo que os empresários tivessem gordura para queimar."

Na virada da URV para o real, o aumento de preços foi visível, sendo que a grande maioria ainda estava estipulada em cruzeiros reais, facilitando os aumentos dias antes do 1º de julho, data de entrada em vigor do real. O próprio Fernando Henrique admite que ocorreu grande remarcação na véspera do real e alega que as perdas dos trabalhadores serão compensadas na data-base.

O assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, acredita que os dissídios salariais não ameaçam o plano exatamente porque ocorreram "aumentos de preços na virada da URV para o real", não existindo motivo para o repasse dos reajustes salariais para os preços.

Um dos principais integrantes da equipe econômica, Bacha afirma que, mesmo que houvesse esse tipo de repasse, "ele não seria validado pelo mercado, porque estamos numa economia aberta, com concorrência efetiva de importações e uma política cambial ativa, que

A sensação de estabilidade dos preços fez com que boa parte da população aprovasse o plano econômico



não mais repassa automaticamente para o câmbio o aumento dos preços internos". Os limites "rígidos" de emissão de moeda também seriam um fator a favor da manutenção do plano, na opinião do economista. "Não existe mais um regime de moeda remunerada, como antes do real, no qual a quantidade de moeda crescia automaticamente quando aumentavam os preços."

Confirmando indiretamente a opinião de que o plano econômico brasileiro segue o chamado Consenso de Washington, Bacha garante que o objetivo do plano era reduzir a inflação e agora, para que o país volte a crescer, são necessários o incremento das privatizações e alterações na Constituição, nos artigos relativos à Previdência, funcionalismo público e relações no trabalho.

Dentro do modelo neoliberal, ele defende a Previdência pública até um determinado patamar (ainda não-definido, mas que poderia ser de três salários mínimos) e daí em diante, Previdência complementar privada. A mesma afirmação faz o presidente nacional do PSDB, Pimenta da Veiga, um dos coordenadores da campanha de Fernando Henrique.

Em relação ao funcionalismo, seriam eliminadas as restrições legais que impedem o "enxugamento da máquina", afirma Edmar Bacha, e a melhor remuneração para os mais qualificados. Na área trabalhista, seria criado o contrato coletivo e a livre negociação seria incentivada. Dependendo dos resultados do primeiro turno, comenta-se que a equipe econômica poderia enviar propostas de alterações da Carta Magna ainda nesta legislatura do Congresso Nacional. ■

PESQUISAS

Reflexo ou manipulação da realidade?

Critérios usados pelos institutos são questionáveis, podendo causar a distorção dos resultados eleitorais

Sempre em época de eleição no Brasil, a polêmica ressurgiu: as pesquisas eleitorais refletem realmente a intenção de voto ou manipulam, através de resultados deturpados, a opção de eleitorado?

Os institutos e os defensores da realização ampla de enquetes eleitorais procuram se defender das acusações de manipulação afirmando que os números das pesquisas normalmente coincidem com os resultados das urnas. Mas os críticos afirmam, em resposta, que a tendência apontada pelas pesquisas acaba influenciando o eleitorado, alterando o resultado final.

O fenômeno principal dessa influência sobre os eleitores seria o chamado "voto útil". Segundo o jornalista Procópio Mineiro — que participou da cobertura de várias apurações e desmontou o esquema Proconsult^(*) nas eleições para o governo do Rio de Janeiro em 1982 — o voto útil teve papel importante na eleição presidencial de 94.

Procópio lembra que o DataFolha mediu a rejeição ao candidato Luís Inácio Lula da Silva um mês antes da eleição em 38%, mais que o dobro do índice de Fernando Henrique Cardoso (17%). "Quem não queria a vitória do candidato do PT, pode ter escolhido o líder das pesquisas (FHC) para evitar um 2º turno."

Para o jornalista, a influência das pesquisas no Brasil é grande porque a maioria do eleitorado é despolitizada e acaba definindo o voto em cima da eleição. "Muitos votam em quem as pesquisas dizem que está ganhando."

Uma das limitações mais sérias das pesquisas é a forma como são escolhidos os eleitores a serem entrevistados, segundo Eduardo Costa, professor titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (RJ). "Os participantes não são escolhidos ao acaso, e sim entre os que parecem

abordáveis ao entrevistador e que se dispõem a responder." Isso faria com que a proporção de votos nulos ou de indecisos ficasse subestimada. A escolha do entrevistado pelo entrevistador faz com que a pesquisa fique vulnerável a fraudes, conclui.

Para a cientista política Vânia Bambirra, as pesquisas eleitorais falham ao desprezar o alto número de indecisos. Segundo ela, a eleição presidencial desse ano foi caracterizada pelo fato dos eleitores não expressarem sua intenção de voto claramente, como ocorreu no pleito de 1989. "Não se viu quase adesivos afixados em carros ou pessoas com *bottons* na camisa."

Manipulação — Em setembro, o Tribunal Superior Eleitoral determinou ao TRE do Rio de Janeiro a abertura de um inquérito contra o Ibope para investigar o uso do questionário preparado pelo instituto para a realização de um "teste de argumentação". O questionário descrevia o candidato do PT à presidência, Luís Inácio Lula da Silva, como um candidato sem condições de assumir o cargo, por não possuir sequer o diploma de 2º grau, ao contrário de Fernando Henrique, sociólogo que tinha como um dos méritos, segundo o questionário, a paternidade do Plano Real.

O Ibope argumentou em sua defesa prévia que os dados resultantes do questionário não seriam divulgados publicamente, tendo uso exclusivamente interno. A direção do instituto de pesquisa não revelou o nome do cliente que contratou o teste, alegando razões éticas. (Marcelo Monteiro)

(*) Nas eleições de 82 para o governo do Rio, a apuração paralela realizada pela rádio JB AM revelou resultados opostos à oficial, processada pela empresa Proconsult. O programa totalizava de maneira errada os votos nulos e brancos. Os totais dos votos para senador, deputados federais e estaduais também não coincidiam. Antes da verificação das falhas, um dos diretores da Proconsult, Arcádio Vieira, garantia a vitória do candidato do PDS ao governo, Moreira Franco, por 60 mil votos. O vencedor foi Leonel Brizola.



O governismo e seus cúmplices

Tudo parece indicar que o enorme aparelho ainda em mãos do Estado, mesmo depois da onda neoliberal, ajudará Menem a realizar seu sonho de reeleição. Seus opositores, por outro lado, no afã de ganhar a presidência, apoiaram uma estabilidade fictícia

Marcelo Erico

Durante 141 anos, desde o juramento da primeira Constituição, a tantas vezes interrompida democracia argentina considerou que, para evitar que o autoritarismo civil viesse se somar à longa lista de ditaduras militares, o mais conveniente era não permitir a reeleição presidencial. Em um país organizado como federação, onde o presidente acumula poderes, a sábia cláusula constitucional procurava afastar a tentação do poder.

Carlos Menem, do Partido Justicialista (PJ), presidente desde 8 de julho de 1989, considerou que sua presença no Poder Executivo era imprescindível para o país. Aproveitando a debilidade do maior partido de oposição, a União Cívica Radical (UCR), e as ambições de seu líder, o ex-presidente Raúl Alfonsín, Menem conseguiu montar o cenário perfeito para atingir o seu objetivo: introduzir na Constituição argentina um dispositivo que permitisse a reeleição presidencial.

Em um tempo recorde de apenas 120 dias, foram convocadas eleições, instalou-se uma Assembléia Constituinte e reformou-se a Carta Magna. Como resultado, a partir do dia 14 de maio de 1995, quando se realizarão as próximas eleições, os presidentes argentinos poderão concorrer à reeleição.

Enfraquecimento da UCR – A idéia de reformar a Constituição adquiriu força depois de 3 outubro do ano passa-

do, quando nas eleições legislativas, a UCR foi esmagada pelo PJ. Foi então que, aproveitando a decadência do partido de Alfonsín – e, principalmente, de seu líder – Menem foi montando um cerco à UCR. Conseguiu, finalmente, que Alfonsín se prestasse a esse jogo espúrio, mesmo correndo o risco de se transformar num definitivo cadáver político.

Menem pretendia reformar a Constituição, de tal forma que tudo continuasse como havia sido durante 141 anos, salvo em um aspecto: que o presidente da República pudesse ser reeleito. Por isso, aceitou a proposta de Alfonsín de incluir na nova Constituição que está em vigor desde 25 de agosto passado, a cláusula da eleição em dois turnos, convencidos ambos de que o predomínio do PJ e da UCR na vida política argentina duraria séculos.

A nova Carta estabeleceu, porém, que o segundo turno não será necessário se o candidato mais votado obtiver 45% dos votos no primeiro turno ou conseguir um mínimo de 40%, superando o segundo colocado em pelo menos 10%.



Alfonsín (esq.) e Menem: acordo garantiu introduzir a reeleição para presidente na Constituição



"Chacho"
Alvarez, da
coalizão de
centro-esquerda
Frente Grande,
abandonou o
discurso que o
levou a
conquistar
milhares de
eleitores e tenta
se tornar
"digerível" para o
establishment

Porém, de acordo com as novas pesquisas, em 14 de maio Menem não conseguiria 45% dos votos, nem 40% com dez pontos de vantagem sobre o segundo colocado, devendo ir para o segundo turno. Mas não com a UCR – como ele previa – e sim com a Frente Grande (FG).

Indicadores preocupantes—As eleições de 14 de maio se realizarão com um pano de fundo de indicadores sócio-econômicos mais preocupantes, provocados pelo plano neoliberal que criou a ficção da estabilidade econômica.

Nos 41 meses do chamado "plano de conversibilidade", que fixou por lei uma paridade de um a um na relação peso-dólar, a inflação foi de quase 57%. As estatísticas oficiais semestrais revelam que estão sem trabalho 10,9% da população economicamente ativa. Há, além disso, 10,8% de subempregados (pessoas que na semana em que foram entrevistadas trabalharam um mínimo de cinco horas e afirmaram estar à procura de trabalho). O total alcança 21,7%, o que, em números absolutos, significa que há quase três milhões de argentinos expulsos do mercado de trabalho.

O governo vem dando várias explicações para o fenômeno, mas a mais cínica assinala que "não são desempregados, mas uma massa de jovens e mulheres que antes não desejavam trabalhar, e agora saturam o mercado atraídos pelos bons salários e o desejo de se transformar em consumidores dentro de uma economia estável". Essa foi a explicação oficial do ministro da Economia, Domingo Cavallo, repetida em coro por Menem e seus ministros.

A socióloga Susana Torrado, pesquisadora da Uni-

versidade de Buenos Aires e uma das estudiosas mais conceituadas do país, afirma que "a política econômica atual cria mais pobres" e que, se também se levar em conta os desempregados e subempregados que não aparecem nas estatísticas, o índice beira os 40%.

Aos quase 3 milhões de desempregados se somam, segundo o também oficial "Mapa da Pobreza", divulgado em abril deste ano, mais de 9 milhões de argentinos (em uma população total de 32,4 milhões) que não têm suas necessidades básicas satisfeitas.

Na Grande Buenos Aires, a zona industrial por excelência, há 1,6 milhão de pessoas com suas necessidades básicas insatisfeitas. Para determinar essa situação, se consideram vinte indicadores que medem a capacidade de subsistência, condições de moradia, serviços de água e esgoto, e acesso à educação e saúde, entre outros.

Quatro vezes mais pobres — Susana Torrado analisa as estatísticas do último meio século e afirma que "nas duas últimas décadas a pobreza quadruplicou". Reapareceram nos últimos três anos doenças que se consideravam erradicadas, como a tuberculose, e há epidemias que nunca tinham entrado na Argentina, como o cólera e a meningite.

O diretor do Escritório Internacional para Migrações (OIM) das Nações Unidas apresentou estatísticas mostrando que o modelo neoliberal expulsou um número maior de argentinos para o Uruguai, Brasil, Paraguai e Bolívia em relação à quantidade de estrangeiros que entrou no país. Porém, o governo insiste em afirmar que "as ótimas condições do país atraem os estrangeiros", que chegam para "tirar" o trabalho dos argentinos e distorcer os índices de desemprego".

Dessa forma, o próprio governo promove a xenofobia que nos últimos tempos está levando à expulsão de centenas de trabalhadores dos países limítrofes.

A imigração afeta um conjunto de pessoas que entra legalmente e depois permanece no país sem a necessária documentação. Existe também a prática dos empresários, preocupados em otimizar seus lucros, de "importar" um trabalhador durante um curto tempo em condições legais porque sai mais barato.

O governo confundiu deliberadamente os dois fenômenos. O *Financial Times* (Grã-Bretanha) e os jornais *Wall Street Journal* e *The Washington Post* (EUA) se referiram nos últimos meses à crise econômica argentina, dizendo que a política de privatizações colocou no país uma "etiqueta de produto à venda". Assinalaram também que a paridade peso-dólar, em vigor desde abril de 1991, é falsa e que neste momento o dólar deveria estar cotado a 1,57 pesos.

Na avaliação dessas publicações, mais de 60% das empresas argentinas estão endividadadas em dólares e sem garantias reais, "o que provocará a sua quebra quando chegar o necessário, e não longínquo, momento da desvalorização da moeda".

Segundo estatísticas das Câmaras de Comércio, nos primeiros seis meses deste ano foram à falência mais de 30 mil pequenas e médias empresas.

As eleições presidenciais de 95 – Há vários concorrentes na corrida presidencial e é provável que – como ocorreu há 25 anos no Uruguai, com o surgimento da Frente Ampla – o bipartidarismo seja rompido com o aparecimento da Frente Grande (FG).

Até o nascimento da FG, tudo corria bem para o governismo porque a UCR não tinha nada para oferecer. Seus candidatos, velhos conhecidos, também defendem o resultado do plano neoliberal. Eduardo Angeloz, governador da província de Córdoba, a segunda mais importante do país, já enfrentou Menem nas eleições presidenciais de 1989 e desde que perdeu feio não faz outra coisa senão trocar gentilezas com o vencedor.

A equipe econômica de Angeloz é tão furiosamente liberal quanto a de Menem, a ponto de o ministro Cavallo convidar alguns de seus membros a integrar-se a ela.

Na UCR existem alguns grupos internos que questionam a política econômica do governo, mas defendem a estabilidade, como se o custo social do plano econômico não fosse produto da pseudo-estabilidade. Tudo o que eles têm para oferecer é um novo estilo, no qual a corrupção será combatida.

A FG, que havia nascido como uma alternativa ao *menemismo*, foi perdendo o seu perfil. Enquanto um de seus fundadores, o cineasta Fernando *Pino Solanas*, se diferencia com um programa que questiona toda a política econômica, *Carlos Chacho Álvarez* procura desesperadamente transformar-se em um candidato “digerível” para o *establishment*, apoiando a estabilidade do plano.

Atualmente, Álvarez cai em contradição com o discurso que o levou a conquistar eleitores e garante que não vai rever a política de privatizações, inclusive nos casos mais irregulares (a da companhia estatal de telefones e da Aerolíneas Argentinas).

Desprovido da habilidade política de seu aliado, Solanas parece condenado a uma marginalização dentro da FG, e só deverá obter o reconhecimento dos setores que admiram sua integridade, coerência ideológica e discurso contra a corrupção.

Álvarez, que aprendeu as piores artimanhas quando ainda pertencia ao PJ, deu uma guinada que desestimulou os primeiros eleitores da FG. E diante da perspectiva que indicam as pesquisas de opinião – de disputar o segundo turno com Menem – se lançou à busca de aliados que inclui todos os opositores do *menemismo*.

Chacho, inebriado pelos resultados das enquetes, é mirrado pelos grupos de poder, principalmente pela direção do *Clarín*, um conglomerado de empresas de comunicação que inclui uma agência de notícias associada à inglesa *Reuters*. Estes grupos abriram as portas



No cartaz de um grupo de sem-teto da capital, lê-se: “Temos fome igual a vocês”

para Álvarez e agora ele parece disposto a tudo para vencer a corrida presidencial.

Percebe-se claramente uma mudança em suas posições (“uma marcada guinada para a social-democracia”, diz Solanas) e concessões feitas às grandes multinacionais e aos bancos. No último mês, ele reuniu representantes de ambos os setores em longos almoços para lhes garantir que “a FG não deve ser vista como um grupo de zulus”, mas sim como uma frente eleitoral que “não tem uma idéia de sociedade que possa intranquilizar os empresários”.

Experiência alternativa em perigo – Além disso, lhe atribuem a responsabilidade de pôr em risco uma nova experiência alternativa. Álvarez não tem se preocupado em dar à frente uma estrutura partidária que ofereça a possibilidade do debate e intercâmbio de idéias a seus simpatizantes. Ao contrário, dirige a frente verticalmente, impondo sua visão pessoal da política.

A Argentina passou pelo fracasso de quatro experiências alternativas nas duas últimas décadas: a Aliança Popular Revolucionária (1973), a Frente do Povo (1985), a Frente Ampla de Libertação (1987) e a Esquerda Unida (1989). Álvarez pode ser agora responsável de que a Argentina ingresse no terceiro milênio sendo o único dos países do Cone Sul sem uma opção para enfrentar o neoliberalismo dominante.

Ninguém sabe o que vai ocorrer nas eleições de maio de 1995, nem quem governará até o final do século XX. No momento, tudo parece indicar que o formidável aparelho ainda em mãos do Estado, mesmo depois da onda neoliberal, ajudaria Menem a realizar o sonho da reeleição presidencial.

Seus opositores, porém, não estão à margem desse processo; pelo contrário, terminam sendo cúmplices de Menem. No seu afã de chegar à presidência, eles apoiam uma estabilidade fictícia que tem servido para que certos setores da sociedade vivam uma verdadeira orgia consumista, enquanto um terço da população se debate entre a fome, o desemprego e a desinformação. ■

A integração ao alcance de todos



As oportunidades de exportação e importação, joint ventures, investimentos e acordos de produção. Todas as informações para compreender a implantação, o funcionamento e a expansão do MERCOSUL. Revista do Mercosul. Uma revista mensal bilingüe de integração latino-americana.

ASSINATURA ANUAL - ARGENTINA: \$ 48,00 - PARAGUAI: G 72,00- URUGUAI: \$ 218,40 - BRASIL: R\$ 48,00

Correspondência para:

Rua da Glória, 122/105 - Rio de Janeiro - CEP 20.241-180 - Brasil - Fax: 252-8455 - Tel.: 221-7511

As duas faces de Fujimori

Por que um povo como o peruano, tão castigado pela crise econômica e pelo programa de a juste, continua apoiando Fujimori? Como é que ele conseguiu o que todos acreditavam impossível: capturar Abimael Guzmán, derrotar o Sendero Luminoso e liquidar o MRTA?



O apoio popular a Fujimori é muito grande, mas diminui quando se fala de sua reeleição

Héctor Bejar

Como pode manter um índice tão alto de popularidade um homem que, através de um golpe de estado, dissolveu um Parlamento democraticamente eleito? Há muitos fatores que explicam isso. Assinalemos primeiro os fatores que amortecem a crise econômica e que tornam possível ao povo peruano sobreviver.

Em que trabalham os peruanos? Cerca de 400 mil vendedores ambulantes e 300 mil microempresários ganham a vida como podem em Lima, e dezenas de milhares em outras cidades, "inventando" seu emprego e conseguindo seu capital mediante empréstimos com agiotes. Cerca de 600 mil pessoas vivem direta ou indiretamente do narcotráfico em todo o país. Não menos de 100 mil trabalham como segurança particular contra roubos e seqüestros. Além disso, um milhão de peruanos emigraram para Estados Unidos, Europa e Japão e desses lugares enviam aproximadamente 400 milhões de dólares anuais para suas famílias.

Por outro lado, só na Grande Lima existem mais de 5.800 lugares onde se servem gratuitamente 746 mil refeições diárias sem nenhuma ajuda do governo. Durante os momentos mais graves da crise, de cada 100 habitantes de Lima, 12 se alimentavam dessa forma. As famílias numerosas juntam a exigua renda de seus membros num "fundo comum" pa-

ra poder sobreviver e colocam as crianças para trabalhar.

Todas essas pessoas não fazem manifestações públicas, não batem nas portas das fábricas pedindo emprego, não vão aos bancos nem pedem nada ao governo. Em sua grande maioria, sabendo que ali nada se pode conseguir, a população peruana não conta com o Estado na hora de solucionar seus problemas econômicos.

Isto criou uma nova atitude frente ao governo. Diferentemente do que ocorria no passado, a população sabe que sua sorte não depende de quem está no poder e, portanto, a política e o governo não estão no centro de suas preocupações.

Além disso, ao lado da economia formal em recessão, existe uma ativa economia ilegal e informal dolarizada. É composta pelo contrabando de importações, pelas indústrias clandestinas e pelo tráfico de drogas, que se calcula em 1,5 bilhão de dólares anuais.

Durante certo tempo também entraram os capitais atraídos pelas altas taxas de juros oferecidas pelos bancos peruanos. As contas em dólares correspondem a 84% dos depósitos bancários totais. Este volátil financiamento explica também o fato do Peru poder comprar no mercado internacional mais do que pode vender.

Também prosperam aqueles que estão importando milhões de dólares anuais em alimentos, em





**mais de 400 mil
amelôs disputam os
ossíveis compradores
as ruas de Lima**

carros novos e usados de todas as marcas, e produtos sofisticados de todos os preços e para todos os gostos, aproveitando as baixas taxas de importação e seguindo a nova fase de uma economia recentemente aberta.

Na prática, não há oposição a este modelo econômico. Os pobres ficam encantados de ver os mercados do contrabando abarrotados de artigos baratos da Ásia, embora só possam comprar coisas pequenas. A todos convém estar abastecidos de muitas coisas e ainda por cima, baratas. O tempo do desabastecimento já passou e ninguém quer que ele volte.

Sem alternativas à vista - Depois do golpe de 5 de abril, uma parte da direita política se li-

mita a pedir o retorno da democracia e a esquerda se cala, desconcertada. Mas ninguém se atreve a sugerir caminhos alternativos. Principalmente se a opinião geral é de que o pior do ajuste já passou e é melhor esquecê-lo.

A população prefere não pensar e tem opiniões parecidas em relação ao regime embora, com a diminuição do terrorismo, a violência comum se incrementa. Os crimes e a defesa contra eles alimentam um círculo corrupto de violência privada e estatal, que também é negócio e dá empregos. Mais de 100 mil delitos são registrados anualmente e outros milhares não chegam ao conhecimento da polícia. São quase 87 mil roubos por ano, 238 por dia, e 9 por hora.

Para combatê-los, o sistema comercial de segurança envolve chaveiros, vendedores e instaladores de alarmes e mecanismos detectores, empresas especializadas em segurança, academias de defesa pessoal, guarda-costas e seguranças particulares de todas as categorias. Esse é também um mercado em crescimento onde é comum que ladrões e seguranças se entendam para manter o negócio.

No entanto, cabe supor que, se não fosse o terrorismo, o protesto do povo contra uma parte do programa liberal - as demissões em massa e a falência dos bancos, cooperativas e caixas de assistência mútua, por exemplo - teria sido muito maior. O terrorismo inibiu o protesto contra o choque.

Mas nada disso pode diminuir os méritos de um

homem que, subestimado por políticos e empresários brancos, assumiu um país que em 1990 estava em ruínas. Esse é um mérito que o povo reconhece e agradece: tê-los salvo do terrorismo e da inflação. Ao contrário dos seus antecessores, Fujimori conduziu com pulso firme a guerra contra o terrorismo, obtendo êxitos tão notáveis como a captura do líder do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, e o fato de ter praticamente liquidado o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA).

É evidente agora que os terroristas puderam avançar por falta de decisão política dos governantes anteriores, mais preocupados em usufruir do poder do que com os problemas nacionais.

O povo apóia Fujimori nessa luta e reconhece a sua coragem. Por outro lado, sua estratégia foi mais inteligente e global que a burra repressão aplicada em doze anos de democracia. Seus componentes são: o uso de instrumentos psicossociais de propaganda, a constante realização de batidas policiais nos bairros populares de Lima, o controle militar da ordem nas universidades, apoiado pela maioria dos estudantes, e a organização de milícias urbanas e rurais de autodefesa.

A sociedade peruana finalmente se colocou contra o terrorismo e por isso também tem um mérito nessa história. Não teria reagido se não tivesse encontrado um firme respaldo no governo e nas Forças Armadas.

O outro lado da moeda - A outra face do regime são os terríveis atentados contra os direitos humanos como o que se cometeu contra os estudantes de La Cantuta, os assassinatos em massa de população civil indefesa, como os recentes episódios em Huallaga, a submissão às regras do Fundo Monetário Internacional (FMI), a insensibilidade diante da tragédia dos desempregados, a associação com as multinacionais que voltam para saquear o país.

Mas o governo esconde esses fatos, amenizados pelos meios de comunicação controlados pelo serviço de informação e pelos grandes empresários, e subestimados pela opinião pública que, farta de violência e sangue, prefere ignorá-los e se entrega a uma nova esperança: a reativação econômica mediante o ingresso de capitais estrangeiros.

Tudo lentamente vai voltando ao normal na vida urbana e a população respira aliviada. Mas o país está longe de haver superado seus males. O processo de utilização da selva para a produção da coca continua ao norte da Amazônia e começa a introduzir-se o cultivo da papoula. A rede do narcotráfico continua sendo próspera: inclui os plantadores de coca, os que fazem a pasta básica, os bancos que lavam dólares, os transportadores de insumos e produtos, os distribuidores de droga a varejo nos bairros das cidades importantes e os cambistas que põem em circulação o dinheiro procedente do tráfico. Todo esse negócio gera uma grande massa de dinheiro, milhares de

empregos e um círculo corrupto que se entrelaça com os da violência terrorista e os delitos.

Mercado livre e pena de morte—A nova Constituição de 1993 tem como principais características um regime econômico de livre mercado e propriedade privada, a pena de morte para os terroristas e a possibilidade de reeleger o atual presidente. Surge um modelo de "liberalismo" autoritário: liberal para os credores internacionais e os grupos financeiros nacionais; formalmente democrático perante a opinião pública internacional; autoritário e ameaçador para os setores internos que contestem o *status quo*. É promovido por Fujimori e um grupo de generais, apoiado por uma parte importante dos oficiais, um setor dos empresários, a ala conservadora da Igreja católica, o *Opus Dei*, os organismos financeiros internacionais e recebe a simpatia ou, no pior dos casos, a tolerância da população.

O medo latente ao senequismo, o desprestígio da classe política, os êxitos na luta antiterrorista e a satisfação pela abertura econômica explicam o respaldo popular ao golpe de estado de 5 de abril e o modelo que o perpetua.

Assim, a sociedade peruana pagará o preço da guerra não só com 25 mil mortos, como também com a submissão dos juizes ao Poder Executivo, os direitos humanos relegados a um plano secundário da consciência nacional, a consolidação do poder militar, a manipulação dos meios de comunicação por organismos de formação e a organização de 300 mil milicianos civis conduzidos pelos chefes militares em diferentes regiões e cidades.

Tem este modelo político possibilidades de sobreviver depois de 1995? Estão contra ele o Departamento de Estado norte-americano, os intelectuais, os setores progressistas da Igreja e todos os partidos políticos, da direita à esquerda. E agora também, a parte do povo que começa a ficar insatisfeita com a falta de empregos, o mal estado dos serviços públicos e a corrupção de algumas personalidades civis e militares.

O respaldo a Fujimori continua sendo muito grande, mas é menor quando se fala de sua reeleição. Segundo as últimas pesquisas de opinião, sua gestão conta com o apoio de 63% do eleitorado, mas só 45,6% declaram estar dispostos a votar nele novamente. A candidatura alternativa do ex-secretário geral da ONU, Pérez de Cuéllar, goza também de apoio e portanto ainda é cedo para fazer qualquer prognóstico.

Novo quadro social—Mas um fato deve ser entendido: há um novo Peru. A velha oligarquia que os partidos de esquerda combateram de 1930 a 1970 é agora coisa de museu. Os novos ricos têm o cuidado de não ostentar por medo de seqüestros. Antes personagem majoritário, o campesinato se transformou em um elemento minoritário e sem maior importância no conjunto da população peruana. A recessão na indústria e na mineiração tem diminuído o peso dos setores operários na vida nacional. A classe média se amplia, mas se empobrece a cada dia.

A aplicação do ajuste econômico radicalizou estas mudanças sociais. De 23 milhões de peruanos, 8 milhões são economicamente ativos. Em 1987, antes do primeiro ajuste, quase 50% desta população — 3 milhões e 250 mil — tinham uma remuneração superior à necessária para comprar a cesta básica. Depois do programa de ajuste, só 19%, ou seja cerca de 200 mil, estão adequadamente empregados, enquanto que 73% estão subempregados. O denominado setor informal urbano, que antes beirava 30% da população economicamente ativa, chega agora à metade: cinco milhões de pessoas.

O pragmatismo da nova geração — A escola e a Universidade tradicionais já não são, como no passado, um caminho de ascensão social. Agora a rua e os meios de comunicação é que educam, com outras imagens e conteúdos. A solução dos jovens é a migração para o exterior ou a educação rápida em carreiras curtas.

Os peruanos que em 1990 tinham 18 anos, nasceram em 1972 e tinham apenas 8 anos quando foi reinstaurada a democracia, em 1980. Eles ignoram os mitos conservadores ou revolucionários dos anos 70, só se guiam por seu pragmatismo: simpatizam com Fujimori porque temem a inflação e querem estabilidade e tranqüilidade. Gostam do livre mercado, querem se livrar dos terroristas, temem os militares, desconfiam dos políticos. Destes, querem resultados, não discursos.

Aceitam a desigualdade, não a discriminação. Os novos mitos são o progresso individual, o trabalho independente ou a vida no exterior. Eles têm novas necessidades: emprego, alimentação, segurança, paz, moradia. A democracia perdeu o prestígio por não dar respostas a estas necessidades. Não existiu comunicação entre estas gerações e os líderes formados nos anos 60 ou 70. Os partidos políticos não foram escola de cidadania.

O programa liberal é apoiado globalmente — embora se rejeitem a recessão e o desemprego — porque aparece como a única possibilidade, o escuro túnel em cujo final todos acreditam ver a saída. ■

*A democracia se
desprestigiou por
não dar resposta
às demandas da
população:
emprego, paz,
alimentação,
moradia, segurança*

Para a maioria dos analistas, é difícil explicar a vitória de Zedillo em um ano tão desfavorável para o PRI



De novo, o PRI

Mais uma vez, o PRI – que detém o recorde latino-americano de 65 anos no governo – ganhou as eleições presidenciais. O curioso é que o candidato do governo é um inexpressivo economista sem experiência política e que o governo atravessa a crise mais grave dos últimos anos



Roberto Bardini

Depois de sua vitória nas eleições de 21 de agosto passado, o presidente eleito Ernesto Zedillo Ponce, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), conclamou seus adversários nas eleições a participar de um diálogo nacional para buscar uma plataforma comum de governo que permita construir um México “unido e em paz para o século XXI”. Se os cronogramas políticos não sofrerem alterações, quando Zedillo Ponce passar a faixa presidencial a seu sucessor em 2001, o PRI terá batido um recorde mundial: 72 anos no poder, mais tempo que o Partido Comunista na extinta União Soviética.

Desconfiança – “Dita dura perfeita”, como assegurou em 1992 o escritor peruano Mario Vargas Llosa? Ou “democracia imperfeita”, como rebateu seu colega mexicano Carlos Fuentes, um homem que apesar de pertencer ao *establishment* adota posições críticas?

CAPA

MÉXICO

A apenas 24 horas das eleições, o México — um país que desde 1929 instaurou um estilo eleitoral que não é excessivamente transparente — era o “império da desconfiança”, como definiu o enviado especial do jornal argentino *Clarín*. E isso apesar de terem sido as eleições mais fiscalizadas de toda a sua história. Pela primeira vez nos últimos 65 anos, cerca de 30 mil observadores nacionais e centenas de estrangeiros estiveram atentos ao desenrolar do pleito. O próprio presidente Carlos Salinas de Gortari reuniu nos últimos meses em pelo menos três oportunidades os governadores — a

maioria ligada ao governo — e disse que não toleraria irregularidades.

Segundo a contagem oficial, Zedillo Ponce obteve 51% dos votos. O conservador Partido Autêntico Nacional (PAN) obteve 26% e o Partido Revolucionário Democrático (PRD), de

centro-esquerda, atingiu 17%. O PRI também conseguiu uma cômoda maioria no Congresso. No Senado, terá 64 cadeiras contra 23 do PAN e 17 do PRD. Na Câmara dos Deputados, contará com 278 cadeiras (de um total de 500), contra 17 do PAN e apenas cinco do PRD. Além disso, 29 dos 31 governadores eleitos pertencem ao PRI.

A maioria dos observadores locais e estrangeiros admitiu a existência de irregularidades em várias mesas eleitorais, mas minimizou sua influência no resultado final. O Departamento de Estado norte-americano considerou cautelosamente que o pleito “parece ter se transcorrido de maneira ordenada e pacífica, apesar de algumas anormalidades”.

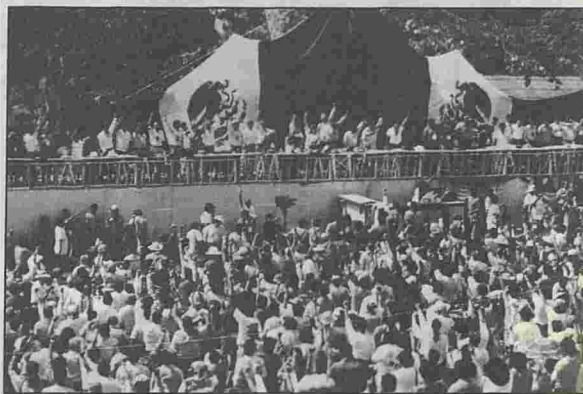
As suscetibilidades aumentaram quando a contagem demorou devido a um misterioso “vírus” que se instalou nos computadores do Instituto Federal Eleitoral (IFE). Este órgão — no qual a administração de Salinas investiu milhões de dólares — foi o único que divulgou os resultados parciais e os números definitivos. Embora estivesse supervisionado por uma comissão de 14 cidadãos independentes, as tarefas específicas do IFE se concentraram nas mãos da burocracia estatal, cuja lealdade — sincera ou forçada — é para com o PRI.

Dúvidas — O que uma boa parte dos analistas não explica é como Zedillo Ponce, um inexpressivo economista de 42 anos, sem antecedentes políticos nem carisma pessoal, indicado “a dedo” por Carlos Salinas de Gortari e com restrições dentro das próprias fileiras do PRI, pode ter ganho por uma margem tão grande com apenas cinco meses de campanha.

A situação do México desde que se iniciou 1994 não podia ser mais desfavorável para o partido governante. Em primeiro de janeiro eclodiu a revolta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no estado de Chiapas, o mais pobre do país. Pouco depois, em 23 de março, foi assassinado o candidato presidencial originalmente escolhido pelo PRI, Luis Donald Colosio, uma figura discutível mas com inegável experiência política.

Por outro lado, o país atravessa uma dura recessão que nem sequer o Tratado de Livre Comércio da América do Norte — em vigor desde princípios do ano — consegue reduzir. E, em geral, o governo enfrenta a crise de credibilidade mais grave dos últimos anos, pior inclusive que a de 1988, quando Salinas chegou ao poder depois de eleições não muito transparentes.

Uma coisa já é possível prever: um aumento da violência política no esquecido estado indígena de Chiapas. Lá, os números oficiais deram um duvidoso triunfo a Eduardo Robledo Rincón, candidato do PRI ao governo do estado, por 500 mil votos contra 250 mil do candidato do Partido Revolucionário Democrático. Esta duvidosa proporção de dois a um em uma região onde o PRI não tem o menor prestígio, não só exacerbou os ânimos do PRD e do Exército Zapatista de Libertação Nacional: já surgiu uma nova guerrilha, o Exército Insurgente Revolucionário do Sudeste (EIRS), que, embora busque diferenciar-se do EZLN, no geral compartilha os mesmos ideais e propósitos. ■



Reunião de zapatistas em Chiapas: o descontentamento volta a crescer



Ernesto Zedillo: uma incógnita



O Grupo do Rio representa o mais importante foro político da América Latina

Frágil consenso

Os acordos sobre comércio, transferência de tecnologia, direitos humanos e a defesa da democracia, obtidos na reunião presidencial, não impediram que ficassem em evidência as divergências que existem em temas como Cuba e Haiti

Marcelo Montenegro

No momento em que ocorriam as deliberações da VIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em 10 de setembro passado, no Rio de Janeiro, as agências internacionais noticiavam a intensificação das manobras militares norte-americanas no Caribe para uma iminente invasão ao Haiti. Um fato que colocava em evidência a fragilidade do consenso obtido no Grupo do Rio, no aspecto político da reunião.

Foram unânimes e fáceis de serem logrados os acordos em matéria de liberalização do comércio regional, cooperação científica e transferência de tecnologia. A promoção dos regimes democráticos de governo e a necessidade de aprofundar o desenvolvimento econômico e social da América Latina foram também tópicos cuja inclusão no documento final não ofereceu maiores dificuldades.

Mas a invocação dos princípios de não-intervenção nos assuntos internos de cada país e de *autodeterminação dos povos*, ambos incluídos no documento

final, denominado "Declaração do Rio", soou a retórica. Principalmente pelos acontecimentos que se sucederam depois da reunião.

A presença dos funcionários do governo norte-americano, Alexander Watson, secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, e Ted McNamara, secretário Adjunto para Assuntos Político-Militares, não prevista na agenda original, foi o aviso de que haveria um pedido explícito dos Estados Unidos à reunião para que se pronunciasse sobre os temas de Cuba e Haiti. Mais que explícita, a mensagem norte-americana foi "de uma total transparência", segundo disse um diplomata presente nas deliberações a portas fechadas.

Os norte-americanos revelaram que tinham tudo preparado para invadir o Haiti e pediram um pronunciamento favorável do principal foro político latino-americano e do Caribe. *Time is finished* ("O tempo se esgotou"), teria advertido McNamara.

Segundo essa e outras fontes coincidentes, os discursos de ambos os secre-



GRUPO DO RIO



Clinton e Aristide: "A democracia deve ser restaurada"

tários de Estado norte-americanos na Reunião de Cúpula do Rio, somados aos telefonemas do presidente Bill Clinton para vários dos líderes presentes, foram decisivos para romper a primeira frente de países que estava sendo construída às vésperas do encontro. Chile, Argentina e Brasil haviam tentado aproximar-se, antes da reunião, para unificar algumas posições em relação ao Haiti e chegar a um documento preliminar que seria apresentado aos demais países.

No entanto, devido à decisão de Washington de efetuar a invasão, Uru-

guai, Venezuela, México e Colômbia adotaram uma ostensiva posição contrária e que logo depois teve a adesão do Brasil. O argumento decisivo foi dado pela Venezuela: "Amanhã usam como pretexto o meio ambiente e invadem a Amazônia."

A posição da Argentina, a mesma de Trinidad-Tobago, de apoiar a invasão norte-americana no contexto da Resolução 940 da ONU, indicou a existência

de uma percepção oposta à maioria dos países do Grupo do Rio. Esta percepção diferente foi também extensiva ao caso de Cuba.

Declaração do Grupo do Rio sobre a situação no Haiti

1 Os chefes de Estado e de Governo, reunidos na VIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, expressam sua inequívoca solidariedade com o povo haitiano neste momento de grande sofrimento e renovam seu firme compromisso na busca de uma solução duradoura – de acordo com os princípios das Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos – para a crise naquele país.

2 Manifestam sua enérgica condenação e rejeição à obcecada e intransigente atitude daqueles que ostentam ilegítimamente

o poder no Haiti, e lhes formulam um veemente apelo no sentido de que restituam imediatamente a autoridade aos governantes legítimos e democraticamente eleitos, segundo a vontade da comunidade internacional várias vezes manifestada.

3 Os chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio estão convencidos de que a aceitação deste apelo evitará situações mais graves e permitirá, com o esforço e compromisso do Hemisfério, cooperar para a restauração das instituições democráticas dessa Nação Irmã.

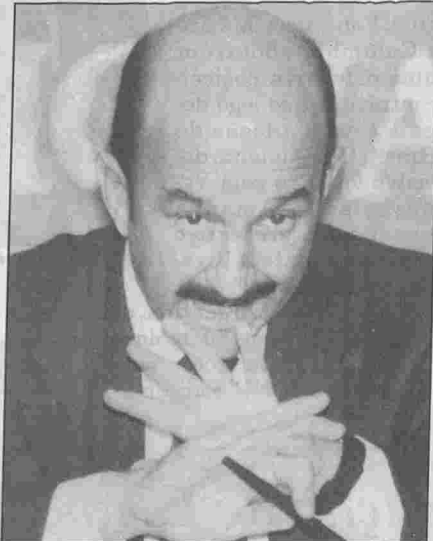
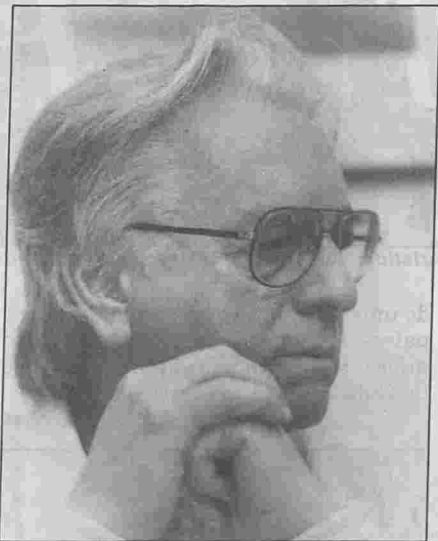
4 Os chefes de Estado e de Governo esperam que se chegue a uma solução pacífica desta crise.



As manobras dos marines no Caribe foram o sinal de que a invasão era iminente



GRUPO DO RIO



Itamar Franco e Salinas de Gortari: posições coincidentes em diversas questões

Sobre o Haiti, o chanceler argentino Guido Di Tella disse que seu governo já havia manifestado sua posição no Conselho de Segurança, quando votou a Resolução 940, que apoiou o envio de tropas a Porto Príncipe. "Acreditamos que todas as alternativas têm que se utilizadas, inclusive as mais complexas. E pensamos que sempre que se abra o leque de alternativas, incluindo a intervenção militar, pode evitar-se que isso ocorra."

Referindo-se ao caso cubano, Di Tella declarou: "Têm que ser democráticos e introduzir reformas econômicas mínimas. Se não fizerem, não vão entrar (à comunidade americana de nações). E se não fizerem isso vai ser péssimo para eles."

A posição Argentina em relação a Cuba foi definida por Di Tella como "franca". "Colocar as coisas claramente às vezes ajuda", disse, diferenciando-se "daqueles que aparentemente são amigos porque emitem declarações ambíguas".

Em matéria econômica, segundo o ministro argentino, "Cuba deve entender que dois mais dois são quatro, menos um três. Quero dizer que devem admitir-se regras elementares do mercado, como a de que os bens escassos são mais valiosos do que aqueles que são mais abundantes".

Em relação ao pouco apoio que tiveram essas posições da Argentina dentro do Grupo do Rio, uma fonte diplomática

disse que, em alguns momentos, "dava a impressão de que os problemas não eram nem Haiti nem Cuba, mas sim a Argentina, que a todo o momento ameaçava retirar sua delegação da reunião". O mesmo diplomata comentou que "a ameaça não se concretizava, mas servia para arrancar mais concessões".

Estender as mãos a Cuba—O Brasil, quase sempre com posições opostas à da Argentina, ratificou sua proposta de manter uma "política de amigos" no caso cubano. No discurso de boas-vindas aos seus colegas, o presidente Itamar Franco disse que o governo brasileiro via com preocupação o recrudescimento das tensões nas relações entre Cuba e Estados Unidos. "Temos a esperança de que estas dificuldades possam se resolver através do diálogo. O Grupo do Rio saberá contribuir, com amizade e sentido construtivo, para a gradual reinserção de Cuba à convivência regional", afirmou.

O presidente brasileiro se distanciou da posição argentina que exigia mais e maiores mudanças na política interna cubana. Itamar afirmou que "o progresso das reformas econômicas e o avanço da abertura política são de exclusiva responsabilidade do povo de Cuba". E acrescentou que o processo deveria ser apoiado por uma "política de mãos estendidas". "Não ganharemos nada se continuarmos com o isolamento político e econômico daquele país", concluiu.

Por sua parte, o presidente Carlos Menem, ao retirar-se da reunião, insistiu, em declarações à TV brasileira, em sua posição original. Disse que estava satisfeito com os acordos logrados, mas reiterou que o embargo norte-americano devia ser levantado somente depois da democratização do regime político cubano.

Ao chefe da diplomacia uruguaia, chanceler Sergio Abreu, se atribuiu o fato de ter salvo o acordo sobre Cuba na madrugada de sábado, dia 9, na volta do banquete no Palácio Itamaraty. Abreu teria impedido o virtual rompimento da delegação da Argentina, por um lado, e México e Brasil, por outro. Estes dois últimos países defendiam posições mais favoráveis à não-intervenção nas questões internas da ilha.

A solução apresentada por Abreu foi desvincular o texto que fazia referência

Declaração do G

1 Os chefes de Estado e de Governo, reunidos na VIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, depois de examinar a situação atual na República de Cuba e expressar sua preocupação pelos riscos que implica uma evolução indesejável da crise cubana.

2 Tendo presentes os princípios de não-intervenção e de autodeterminação, consideram que para evitar um maior sofrimento do povo ir mão, é indispensável uma transição pacífica para um regime democrático e pluralista em Cuba, que respeite os direitos humanos e a liberdade de opinião, de acordo com a vontade popular.

3 Os chefes de Estado e de Governo consideram que, neste momento crítico, podem e devem encaminhar um diálogo construtivo com Cuba, que contribua para o processo interno de democratização do país irmão. Aspiram dessa forma a



GRUPO DO RIO



Guido Di Tella: "Colocar as coisas claramente (no caso de Cuba) às vezes ajuda"

ao levantamento do embargo do trecho que falava da necessidade de aprofundar as reformas democráticas e econômicas em Cuba. Assim, o levantamento do embargo ficou como um item separado, no parágrafo 4 da declaração (ver quadro).

No caso do Haiti, existem divergências notórias entre os que assinaram a declaração, mas ao final todos acatarem a resolução que foi votada no Conselho de Segurança da ONU, que inclui a opção militar para a retirada da junta que usurpou o poder em Porto Príncipe. Embora muitos países se neguem a apoiar a ação militar, reconhecem este instrumento como um acordo votado no mais importante organismo de segurança mundial.

Os chefes de Estado e de Governo manifestaram sua enérgica condenação à atitude daqueles que ocupam ilegalmente o poder no Haiti. "Os chefes

de Estado e de Governo desejam que se chegue a uma solução pacífica em relação a esta crise", assinala a declaração.

Observações de diplomatas uruguaios, enfatizando o caráter não-intervencionista da "Declaração sobre a situação no Haiti" (ver quadro), chamaram a atenção para a menção "dos princípios da (...) Carta da Organização de Estados Americanos (OEA)", o que indiretamente alude à não-intervenção e autodeterminação dos povos.

O presidente uruguaio Luis Alberto Lacalle, expressando uma idéia comum a vários de seus colegas presentes, afirmou que a invasão militar ao Haiti, por forças multinacionais dirigidas pelos Estados Unidos, poria um claro limite à agenda da Cúpula de Miami, convocada para dezembro pelo presidente Bill Clinton. Lacalle disse que a invasão inibe o tratamento de questões políticas nessa reunião, restringindo-se as discussões aos temas de comércio e economia.

A afirmação do subsecretário de Estado para Assuntos Político-Militares, Ted McNamara, de que "uma ação militar seria uma boa forma de mostrar a consolidação de um sistema de defesa americano", arrepiou muitos dos líderes latino-americanos presentes. Eles temem que possam ocorrer no futuro novas intervenções por outros motivos.

Mais divergências - O tema do Conselho de Segurança foi um último ponto de discórdia entre Argentina e Brasil. Enquanto o governo brasileiro anunciou que defenderá "a democratização do Conselho de Segurança da ONU" e se postulará para ocupar uma cadeira entre os membros permanentes desse organismo, Buenos Aires evita o uso do termo "democratização" e preferir dar ênfase aos aspectos operacionais.

Os argentinos, ao mesmo tempo, não escondem que reivindicarão um lu-

gar permanente no principal organismo de segurança mundial. "Pensamos que o Conselho de Segurança reflete uma posição de acordo com a situação geopolítica do mundo nos anos 40", disse o chanceler argentino ao comentar o assunto. "Desde então, passamos de 50 países para 190", acrescentou. "Alguns que eram secundários passaram a ser centrais e outros, totalmente marginais como Japão, agora estão entre os mais importantes do mundo", observou.

Na sua opinião, "o Conselho de Segurança deve adequar-se a estas novas realidades e a América Latina, como zona emergente, deve incrementar sua participação". Mas enfatizou: "Tudo deve ser feito harmoniosamente, porque se aumentamos o Conselho de Segurança para 40 membros, ele deixa de funcionar. A pergunta deve ser se o Conselho é mais idôneo por sua representatividade ou não", concluiu Guido Di Tella.

Comentando essa posição, o chefe da diplomacia brasileira, embaixador Celso Amorim, disse que o Brasil apoiaria a Argentina em sua postulação a uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança, se por sua vez esta declarasse seu voto a favor do Brasil. "Se há dois lugares, entram os dois; caso contrário entrará o que tenha mais possibilidades. (...) O que é inconcebível é que um país como a Argentina, ligado ao Brasil por laços de amizade e de integração, apóie outros aspirantes", afirmou Amorim, em alusão ao apoio que a Argentina declarou à candidatura do Japão. ■

1 Os quatro documentos aprovados na VIII Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio foram: Declaração do Rio; a Declaração sobre a situação no Haiti; a Declaração sobre a situação em Cuba; e assinada só por Bolívia, Colômbia e Peru, a Declaração sobre o combate ao narcotráfico

do Rio sobre Cuba

uma maior aproximação de Cuba com os países latino-americanos e caribenhos, assim como à sua plena reincorporação à convivência hemisférica.

4 Neste contexto, reiteram a necessidade de que se levante o embargo a Cuba.

5 Assinalam, por outro lado, a importância que atribuem à decisão do governo de Cuba de convidar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a que visite em breve este país, assim como sua decisão de aderir ao Tratado de Trateloico.

6 Consideram que as negociações diretas entre os Estados Unidos da América e Cuba constituem um fato auspicioso; os resultados que já se anunciam dessas conversações confirmam a necessidade de prosseguir o diálogo.



Cuba e Estados Unidos decidem reativar um acordo de 1984 para resolver a crise gerada pela onda de imigrantes cubanos rumo à Flórida

Cubanos resgatados em alto mar pedem a oficiais norte-americanos para não serem enviados à base militar de Guantánamo

Um princípio de solução

Aldo Gamboa

A reunião que autoridades cubanas e norte-americanas realizaram em Nova Iorque na primeira semana de setembro para discutir a questão migratória foi a segunda de alto nível que ambos os países fizeram em uma década. E — por mais paradoxal que seja — a saída encontrada foi a mesma de há dez anos atrás.

Cubanos e norte-americanos se reuniram para discutir uma solução política para a crise nas relações bilaterais, detonada depois que dezenas de milhares de habitantes da ilha se lançaram ao mar tentando alcançar o litoral da Flórida, para terminar encerrados no único pedaço de sua pátria sobre o qual não têm controle: a base militar dos Estados Unidos em Guantánamo, na parte oriental de Cuba.

Pelos novos acordos, Washington concordou em liberar 20 mil vistos anuais para imigrantes cubanos, enquanto que Havana assumiu o compromisso de evitar a saída desordenada e suicida de emigrantes em balsas impro-

visadas. Fontes norte-americanas estimam que entre julho e setembro pelo menos 30 mil cubanos saíram da ilha nessas condições.

Desde o começo das negociações, a parte norte-americana, encabeçada



Para Fidel, a saída em massa revela o lado mais cruel do embargo econômico

pelo subsecretário de Estado Michael Skol, deixou claro que não estava disposta nem autorizada a discutir um único item além da questão migratória, em uma alusão ao tema subjacente em toda a crise: o bloqueio econômico dos Estados Unidos contra Cuba.

É verdade que a delegação cubana — chefiada pelo presidente da Assembléia Nacional (Parlamento), Ricardo Alarcón — tratou de introduzir o tema na agenda de negociações. Porém, essa tentativa deve ser entendida mais como uma iniciativa para deixar clara a negativa da Casa Branca em negociar o assunto e distanciar o governo Clinton da opinião pública, que pede o fim das sanções.

Desse ponto de vista, pode se considerar que a necessidade de retomar uma solução decidida há dez anos é uma aceitação do fato de que, enquanto não se discutir o fim das sanções econômicas e comerciais dos Estados Unidos contra Cuba, não é possível encontrar uma solução definitiva para as deterioradas relações entre os dois países.

O papel de cada um — Para Washington, a rodada de negociações com

Cuba sobre a questão migratória serviu como um termômetro para medir o nível de rejeição interna e externa à política norte-americana em relação à ilha caribenha.

Em primeiro lugar, porque gerou uma profunda divisão em um dos grupos de opinião mais radicais dentro dos Estados Unidos: os exilados cubanos. As manifestações em Nova Iorque e outras cidades norte-americanas a favor e contra as negociações

bilaterais deixou em evidência que há muito tempo acabaram os pontos em comum dentro da comunidade cubana, e que inclusive parte importante dela já não apóia — pelo menos tão abertamente — o bloqueio econômico contra a ilha.

Pela primeira vez em três décadas, os furiosos anticomunistas que foram protestar contra a “claudicação” de negociar com a delegação oficial de Havana sentiram na própria pele a repressão policial.

É possível, inclusive, prever que a negociação bilateral sobre o problema migratório afete as delicadas relações entre a comunidade cubana e o Partido Democrata, cuidadosamente construídas ao longo da última década, depois de muitos anos de laços privilegiados com os republicanos.

A rejeição ao bloqueio — Diante da opinião pública interna, Bill Clinton tentou demonstrar firmeza em não “ceder” um milímetro na questão do bloqueio. Porém, essa opinião pública — dentro e fora dos Estados Unidos — parece um pouco cansada de um anacrônico cerco contra Cuba enquanto as autoridades norte-americanas fazem negócios com a China e o Vietnã.

Os 14 países latino-americanos membros do Grupo do Rio, reunidos em setembro no Rio de Janeiro, participaram de uma cúpula de presidentes na qual Itamar Franco pronunciou um veemente apelo para que Cuba seja reintegrada à convivência regional. O próprio grupo emitiu um documento fi-

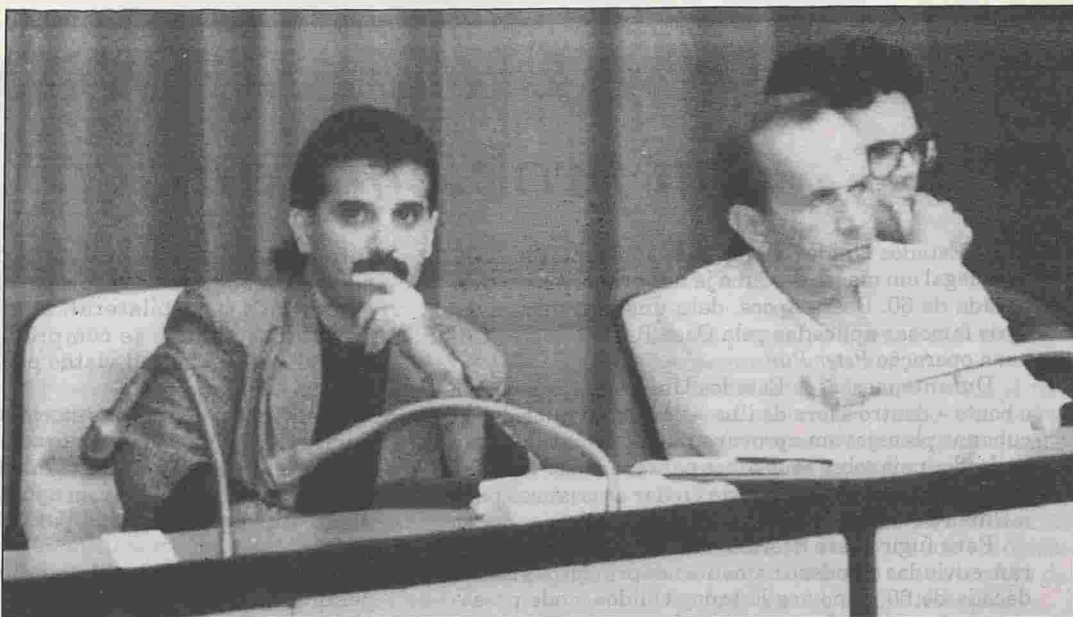
nal no qual pede a suspensão incondicional do embargo econômico.

É praticamente certo que quando se encontre com seus colegas latino-americanos na cúpula hemisférica em Miami, em dezembro próximo, Clinton deverá escutar dos presidentes ali reunidos um apelo em coro para pôr fim a essa política arbitrária e anacrônica.

O governo cubano, por seu lado, está procurando abrir novos canais de diálogo com representantes da comunidade cubana no exílio, mantendo com eles reuniões que têm contado com a presença do jovem chanceler Roberto Robaina.

Um avanço real? — A pergunta que resta após as conversações realizadas em Nova Iorque é: os acordos constituem uma solução para o problema dos imigrantes cubanos? Parece evidente que o problema requer uma saída urgente, embora a base acordada agora

entre Washington e Havana tenha sido negociada e assinada há uma década, em 1984. Mas, se os acordos de 1994 são praticamente os mesmos, o que deu errado nessa década?



O chanceler Roberto Robaina (esq.) e Ricardo Alarcón: diálogo promissor com Washington e os exilados



Entre julho e setembro 30 mil cubanos se lançaram ao mar

Um problema antigo

Os Estados Unidos começaram a fomentar a saída ilegal em massa de Cuba já nos primeiros anos da década de 60. Dessa época, data uma das iniciativas mais famosas aplicadas pela Casa Branca contra Cuba: a operação *Peter Pan*.

Durante meses, os Estados Unidos fizeram correr o boato — dentro e fora da ilha — de que as autoridades cubanas planejavam aprovar uma lei tirando o *pátrio poder* dos pais sobre seus filhos para transferi-lo ao Estado, que dessa forma poderia enviar as crianças para a União Soviética.

Para fugir desse destino, milhares de crianças foram enviadas clandestinamente nos primeiros anos da década de 60 rumo aos Estados Unidos, onde passaram a viver em orfanatos e hospitais.

Nesses anos, Cuba abriu o porto de Camarioca para quem quisesse abandonar a ilha.

Mas o ponto mais crítico na questão migratória entre Havana e Washington explodiu em 1980, quando mais de 100 mil cubanos abandonaram a ilha a partir do porto de Mariel, na periferia da capital. O governo cubano estabeleceu que poderia abandonar o país todo aquele que conhecesse alguém em condições de ir buscá-lo de barco em Cuba.

No mar de pessoas que entraram naqueles dias nos Estados Unidos estavam milhares de desempregados, dependentes de drogas e até doentes mentais.

Achegada abrupta desse contingente de cubanos levou as autoridades norte-americanas à convicção de que estavam



Operação Peter Pan: um boato levou milhares de crianças para o exterior

Os acordos de dez anos atrás fracassaram basicamente por duas razões. Primeiro, porque os Estados Unidos sempre afirmaram que os 20 mil vistos eram um número *máximo* e não *mínimo*. Segundo a Casa Branca, o tratado permitia ao governo liberar *até* 20 mil vistos, mas nada impedia que outorgasse apenas 20, como ocorreu em todos esses anos.

Em segundo lugar, porque em 1985 o governo norte-americano ofereceu a

enfrentando uma bomba de tempo, e quatro anos depois representantes dos dois governos decidiram negociar um acordo bilateral. Mediante esse acerto, os Estados Unidos se comprometiam a conceder um máximo de 20 mil vistos por ano a emigrantes cubanos.

De 1984 em diante, as autoridades de Havana se limitaram a solicitar a quem deseje sair do país unicamente três coisas: que pague sua passagem aérea, que não tenham dívidas com a justiça local e que obtenham um visto de entrada para o país onde desejam residir.

É notório o caso de cubanos que viveram anos esperando que outros países, principalmente os Estados Unidos, se dispusessem a recebê-los. Milhares de compatriotas residentes em Miami compraram as passagens para seus parentes em Havana, mas os vistos nunca saíram.

Porém, em todo esse período, as autoridades dos Estados Unidos continuaram recebendo como heróis os cubanos que se arriscavam a lançar-se no mar do Caribe para alcançar o litoral da Flórida em precárias balsas. Ao chegar à terra firme, o cubano recebia asilo político e, em poucos meses, seu *green card* (visto permanente, que autoriza a residir e trabalhar legalmente).

Ao mesmo tempo, todos os imigrantes de outros países capturados ao tentar ingressar ilegalmente nos Estados Unidos, por terra ou mar, eram — e são — tratados como delinqüentes e deportados a seus locais de origem.

estrutura oficial do sistema Voz da América para a entrada em funcionamento da Rádio Martí, com 24 horas de transmissões diretas contra Cuba. Por considerar que o aberto caráter oficial da ajuda à rádio constituía uma grosseira interferência norte-americana em seus assuntos internos, o governo cubano “congelou” os acordos.

As recentes negociações permitiram

à opinião pública descobrir que o bloqueio impediu avanços nas relações bilaterais na última década. Cuba e Estados Unidos já não são os mesmos de 1984. Muitas condições internas e externas mudaram, mas a tentativa de reativar esse acordo bilateral aparece como o primeiro passo para o estabelecimento de uma ponte de alto nível entre Washington e Havana. Se o primeiro passo é sempre o mais difícil, pelo menos nesse caso ele já foi dado. ■

Colonialismo moderno

Nação esquecida e isolada, a República Centro-Africana é um dos pilares da França no continente

Edouard Bailby

A intervenção da França em Ruanda teria sido menos fácil sem a rede de suas bases militares no continente africano. Duas delas estão situadas na República Centro-Africana (RCA), onde mantém em prontidão 1.400 oficiais e soldados que constituem a logística de suas forças operacionais.

Cercada por cinco países (Camarões, Chade, Congo, Sudão e Zaire), a República Centro-Africana não tem, do ponto de vista econômico, uma importância fundamental. A sua agricultura (algodão, café, mandioca, tabaco) e a produção de madeira ocupam 80% da população ativa e representam cerca de 40% de sua fonte de renda em divisas estrangeiras. O essencial de sua riqueza provém, na realidade, de seus diamantes e de outros minérios, mas a metade da produção é exportada de modo ilegal com a cumplicidade das multinacionais.

Resultado: com 3,3 milhões de habitantes espalhados num território de 622.984 km², a República Centro-Africana é um dos países mais pobres do Terceiro Mundo, não ultrapassando seu Produto Nacional Bruto (PNB) os 390 dólares *per capita*.

Seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), os 12 países-membros da União Européia forneceram nos últimos anos uma ajuda financeira e técnica importante, porém insuficiente.

A França, porém, nunca deixou

de se interessar por sua ex-colônia que conquistou a independência em agosto de 1960. Graças aos acordos assinados em 1966, a ex-metrópole dispõe de duas bases militares em Bangui, capital do país, e em Bouar, onde mantém os chamados *Eléments Français d'Assistance Opérationnelle (Efao)* que estão autorizados a intervir nos assuntos internos da RCA como também em outras regiões da África francófona.

Esses acordos, que nunca foram denunciados por nenhuma das partes, garantem à França uma posição privilegiada na defesa de seus interesses geoestratégicos.

Relações perigosas - Apoiado pela antiga metrópole colonial, David Dacko foi o primeiro chefe de estado que se instalou no poder em Bangui. Cinco anos depois, em dezembro de 1965, foi derrubado por Jean-Bedel Bokassa, um desequilibrado mental que acabou se proclamando imperador em dezembro de 1977. Entre as inúmeras personalidades ocidentais convidadas para a sua coroação, estava o então presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, seu

amigo pessoal, a quem Bokassa ofereceu alguns diamantes.

Em setembro de 1979, como já não servia aos interesses da política de Paris, os militares franceses montaram a "Operação Barracuda" e derrubaram o ditador. Bokassa foi substituído de novo por David Dacko, que só permaneceu no poder dois anos, sendo por sua vez derrubado da presidência em setembro de 1981, pelo general André Kolingba.

Durante os doze anos em que esteve na chefia do Estado, o oficial golpista recebeu o apoio dos sucessivos governos franceses, mantendo a seu lado vários "conselheiros" entre os quais o coronel Manton do Serviço de Informação francês (DGSE). Em contrapartida, a República Centro-Africana recebeu cerca de seis milhões de dólares, entre 1982 e 1992, dentro do quadro dos acordos bilaterais.

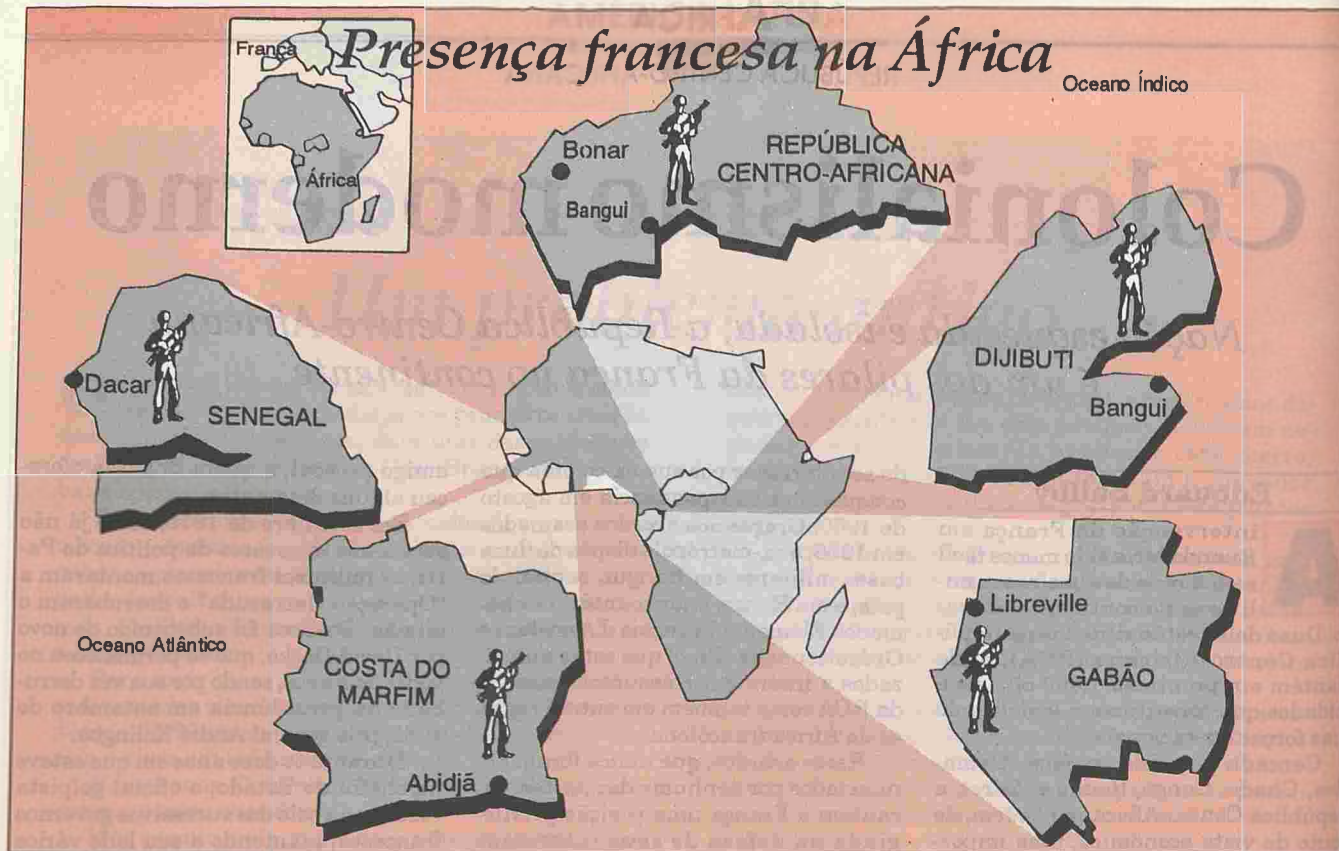
Mas, sendo um ditador sem escrúpulos, indiferente aos direitos humanos, o general Kolingba começou a atrapalhar a diplomacia externa da França na hora em que estava soprando um vento de democratização no mundo, inclusive na África negra. Os dirigentes de Paris resolveram então pressioná-lo para organizar eleições livres em 22 de agosto de 1993. Sete candidatos concorreram ao cargo de presidente da República, entre os quais Ange-Félix Patassé, antigo primeiro-ministro do imperador Bokassa.

Para não ser acusada de impedir a volta às liberdades democráticas, a França se encarregou de bancar e organizar, do princípio até o fim, a campanha eleitoral, gastando para esse fim 1,3 milhão de dólares.

Em princípios de



Bases militares francesas: defendendo os interesses geoestratégicos de seu país



junho, Michel Roussin, ministro francês da Cooperação, pediu oficialmente ao presidente Kolingba a realização de um "escrutínio transparente", chamando de volta o coronel Manton para que não pairasse a menor dúvida sobre a vontade francesa de restabelecer a democracia em Bangui.

Manipulações da cúpula – A partir de julho, os militares franceses da Efao começaram a cumprir a missão que lhes foi pedida, levando para os 80 centros eleitorais do interior do país urnas, carimbos, boletins, tinta indelével, etc. para facilitar o voto dos centro-africanos.

No dia 30 de agosto pela manhã, quando os resultados do escrutínio ainda não eram definitivos, o general-presidente Kolingba teve a certeza de que ia ser derrotado por Ange-Félix Patassé. Não hesitou um segundo: modificou por decretos a composição da Corte Suprema e *a posteriori* o código eleitoral, esperando com estas medidas atrasar ou invalidar o voto popular.

A reação de Paris foi imediata: suspensão de toda forma de cooperação econômica e financeira. Poucas horas depois, no fim da tarde, o chefe de estado anunciou pela televisão que "suspendia" os dois decretos "para manter as tradicionais boas relações com a França". Resultado: Ange-Félix Patassé foi eleito presidente da República com

52,45% dos votos, no segundo turno das eleições, em 27 de setembro, tomando posse em 22 de outubro. Foi o mesmo homem que, dois meses antes, altos funcionários franceses haviam acusado de ser "demagogo" e "irresponsável".

Os desafios do novo governo – No entanto, apesar do choque da desvalorização do franco CFA¹ em janeiro de 1994 (50%), unilateralmente decidido por Paris, a República Centro-Africana conheceu uma relativa melhoria com o novo governo. Os funcionários voltaram a receber os seus salários de maneira mais ou menos pontual, as empresas começaram a aumentar a sua produção e o país inteiro, depois dos longos anos de corrupção e desorganização administrativa do general-presidente Kolingba, se pôs a trabalhar.

Apesar de ser uma das nações mais pobres do mundo, classificada pela ONU no 42º lugar do continente negro em relação ao desenvolvimento humano, a República Centro-Africana goza de uma calma relativa, em comparação com o Senegal, o Mali, o Níger e a tragédia de Ruanda. Houve alguns protestos populares este ano contra o atraso do pagamento dos funcionários e bolsistas do governo. Mas, por enquanto, o novo chefe de estado mantém a situação sob o seu controle.

O principal perigo provém dos antagonismos entre os velhos militantes

que acompanharam Ange-Félix Patassé no seu exílio de 1982 a 1992 – constituem a chamada legião estrangeira – e os seus partidários que permaneceram no país durante a ditadura do general-presidente Kolingba.

O segundo problema é de tipo regional: os partidários do chefe de estado na província de Ouham-Pende, no noroeste da República Centro-Africana, de onde ele é natural, se opõem aos seus seguidores no resto do país. Estes acusam os primeiros de culto à personalidade e falta de abertura política.

É difícil para um país pequeno, pobre, sem riquezas naturais nem técnicos experimentados, resistir às pressões de uma nação industrializada como a França, que pretende manter a África na sua zona de influência política, econômica e estratégica.

O presidente Ange-Félix Patassé não tem muita margem de manobra para resistir a seus amigos "privilegiados" de Paris, mas ele tem certamente um sentimento nacionalista enraizado. Vale lembrar as palavras de Daniel Nditifei Dan Mbona, que ele nomeou diretor geral junto às empresas estatais. "A privatização não é uma panacéia. Entendemos que ela só pode depender da decisão do governo e ser encarada como fonte de lucros para o Estado, isto é, para o povo."

¹Franco da comunidade dos países francófonos



O drama da Cachemira

Há cinco anos, a Cachemira vive um dos piores dramas de sua história: a guerra pela independência, que guerrilheiros islâmicos travam contra o exército indiano

João Vicente Ganzarolli de Oliveira *

Situado entre a China, o Paquistão, o Afeganistão e os estados indianos de Himachal Pradesh e Punjab, Jammu & Cachemira¹ tem uma área de 222.798 km² (pouco menos do que o território de Roraima), onde vivem aproximadamente 8 milhões de pessoas. Apesar da baixa densidade demográfica – em contraste com a grande maioria dos outros estados indianos –, encontra-se aí uma acentuada diversidade étnico-religiosa, herança de muitas culturas que vêm se sucedendo há milênios.

Inicialmente, a Cachemira fez parte de diversos reinos autônomos, compreendendo uma parte do Punjab e do Afeganistão, sendo várias vezes incluída no território indiano, como, por exemplo, durante a época dos imperadores Ashoka (séc. III a.C.) e Kanishka (séc. II d.C.). Do século IX até o começo do século XIV, graças ao isolamento geográfico, a Cachemira não sofreu a expansão islâmica.

Em 1338, Kota Devi, o último soberano da Cachemira, cometeu suicídio e, a partir daí, o país tornou-se um sultanato muçulmano. Foi integrado ao reino do Afeganistão em 1739. Oitenta anos depois, passava para o domínio do marajá *sikh* Ranjit Singh. Um antigo funcionário dele, Gulab Singh, seria re-

conhecido pelos ingleses (que assumiram o controle da região em 1846) como marajá de Jammu & Cachemira. Adotando uma política expansionista, Gulab Singh conseguiu anexar o Ladakh, antigo vassalo do Tibete.

Com a partida dos ingleses, em 1947, o Paquistão sentiu-se no direito de reivindicar as terras da Cachemira, apelando para o fato de ser ali uma área com população predominantemente islâmica. Em oposição aos planos paquistaneses, o marajá da Cachemira preferiu a soberania indiana.

A revolta do vizinho ocidental provocou a atuação de tropas irregulares paquistanesas no sul da região – fato que ocasionou a intervenção do Conselho de Segurança da ONU. Em 1949, este órgão estabeleceu uma linha provisória de demarcação, dividindo a Cachemira entre o Paquistão e a Índia, à espera de um plebiscito.

Quando este foi realizado, os eleitores se pronunciaram a favor da permanência na Índia, tese defendida pelo então primeiro-ministro Jawaharlal Nehru – hindu, nascido na Cachemira e pai de Indira Gandhi, que viria a ser primeira-ministra anos depois.

No ano de 1957, o exército indiano ocupou efetivamente a parte setentrional da Cachemira. A controvérsia indo-

paquistanesa relativa à posse da região alcançou o apogeu em 1965, com os dois países indo à guerra, que teve a Índia por vencedor.

Uma região rica – Até 1989, quando teve início a luta pela libertação, a Cachemira representava uma das mais lucrativas fontes de arrecadação para os cofres da receita indiana. E isto não se devia apenas às riquezas naturais, como o carvão, o ferro, o chumbo, as árvores frutíferas, a madeira, o arroz e a lã.

A região, belíssima por causa de seus lagos e montanhas nevadas, e plena de monumentos de imenso valor histórico (desde antigos templos hindus aos famosos jardins da dinastia mongol), atraía anualmente dezenas de milhares de turistas – cifra que, com a guerra, vem diminuindo drasticamente.

Em verdade, o conflito radica-se principalmente no famoso Vale da Cachemira, que ocupa uma área com cerca de 4.000 km², entre os altos picos da Cordilheira do Himalaia.

“Quando éramos livres, utilizávamos de maneira controlada nossos recursos naturais”, disse Gulam Russul, comerciante muçulmano nascido no Vale, mas que hoje vive em Goa, a mais ocidentalizada cidade indiana. “Somente as árvores já mortas eram abatidas,

apesar de necessitarmos tanto da madeira para a construção de barcos, de casas e para o aquecimento. Desde que o imperialismo indiano fincou raízes na Cachemira, nossas florestas e demais riquezas vêm sendo devastadas.

Atualmente, pelo menos 1 milhão de soldados indianos ocupam a Cachemira; já o número de guerrilheiros não chega a 60 mil. Em contrapartida, a flagrante inferioridade numérica não abala a confiança que o povo cachemire deposita nestes últimos, que os indianos chamam de "militantes rebeldes", e que se autodenominam *mu jahidin*².

Ahmed Ibrahim, muçulmano, professor de História da Faculdade de Srinagar (capital do estado), explicou: "Para nós, *mu jahid* é todo aquele que luta em nome de Alá, ou seja, de Deus, contra os que praticam o mal. O termo já era usado no século VII, quando o Islã começou a se expandir através das terras de Bizâncio, da Pérsia e do norte da África. Segundo a tradição, como graça especial de Alá, o corpo de um *mu jahid* que morre em batalha é mantido intacto no Paraíso. E o mesmo grito de guerra que, outrora, fez desmoronarem grandes impérios, hoje faz com que os soldados da Índia tremam de pavor, pois sabem que se inicia um ataque da guerrilha: *Allahou Akbar* ("só Alá é tão grande")."

Violações aos direitos humanos
- Nas ruas da (ainda) bela cidade de Srinagar, principal foco da resistência islâmica, existe uma barricada indiana a

cada 100 metros. As pessoas evitam sair após o entardecer, quando costumam acontecer os combates.

"Quem mais tem sofrido com a guerra é a população civil", comentou o pai-deiro muçulmano Aslam. "Incapazes de fazer frente à tática de guerrilha dos *mu jahidin*, os soldados indianos têm cometido atrocidades. Muitas vezes, sem o menor motivo, prendem e torturam cidadãos comuns, e atiram a esmo na população, causando a morte de pessoas inocentes, incluindo velhos, mulheres e crianças. Isto sem falar na proibição da presença da Cruz Vermelha e demais associações de âmbito mundial, nos obstáculos à vinda de jornalistas, nos constantes casos de mulheres muçulmanas violentadas por integrantes do exército de ocupação e nos inúmeros feridos aos quais se proíbe o atendimento médico. Há cerca de dois anos, condenaram à morte um médico, ao descobrirem que prestava assistência a muçulmanos vítimas de ferimentos decorrentes da guerra. E note-se que este médico era hindu..."

Devido à rigorosa censura sofrida pelos meios de comunicação na Cachemira, é difícil precisar o número total de mortos desde o início do conflito. Estima-se, porém, que tenham morrido dez mil guerrilheiros; 15 mil militares indianos e 25 mil civis.

"Sabemos quão dolorosa para o nosso povo tem sido esta guerra", afirmou um dos *mu jahidin*. "Os indianos são muito mais numerosos e contam com o apoio de Israel. Mas nós, além de recebermos armas, munições e mantimen-

tos de outros países islâmicos, tais como a Arábia Saudita, o Irã, o Afeganistão e o Paquistão, temos a vantagem de conhecermos melhor a região. Convém lembrar, no entanto, que, embora os paquistaneses encontrem-se entre os nossos aliados, seu país ocupa indevidamente uma parte de nosso território - parte esta que desejamos reaver tão logo nos libertemos da Índia."

Masoumeh Ramezani, nascida em Teerã, vive hoje em Madras, no sul da Índia, onde estuda Filologia. "No Hindi, assim como no Urdu³, a mesma palavra (*kal*) pode significar tanto ontem como amanhã", nos disse.

E explica: "A ação passada ou futura é indicada pelo contexto presente no discurso. É uma das muitas situações em que as palavras adquirem vida própria, falando por si mesmas o que tantos livros não são capazes de expressar com igual precisão. Realmente, o tempo aparenta ser imutável na Índia. No hinduísmo, a rigidez do sistema de castas - em que cada pessoa tem sua posição previamente determinada - e a submissão ao ciclo de reencarnações que rege a vida e a morte confirmam isso. Entre nós, que professamos o Islã, existe a crença no caráter inexorável do destino imposto por Alá. Portanto, não há sentido em buscarmos uma demarcação rígida que separe o passado, o presente e o futuro. Daí, a ausência de uma concepção histórica de matiz evolutiva no mundo islâmico. Mesmo assim, não faltam pessoas de nossa religião que interpretem os sofrimentos da guerra do Ca-

Caldeirão religioso

De acordo com as estimativas baseadas no último censo, realizado em 1981, é a seguinte a distribuição da população em termos de religião:

Muçulmanos	64%
Hindus	32%
Sikhs	2%
Budistas	1%
Cristãos	0,15%
Outros	0,85%



Os mujahidin combatem em nome de Alá para conquistar a sua liberdade



Em Carachi, capital do Paquistão, cachemires refugiados queimam uma bandeira da Índia

chemira como um meio de expiação de nossas faltas.”

A situação piora – Segundo Raza Ahmed Khan, engenheiro paquistanês radicado em Londres e defensor da causa dos cachemires, a situação tende a piorar cada vez mais para a Índia. “O governo de Déli terá dificuldades para sustentar a guerra por muito mais tempo”, afirma.

Para ele, é uma ironia o fato das riquezas naturais e o turismo da Cachemira terem abastecido fartamente os cofres de Déli, enquanto agora, com a guerra, a economia da região está arrasada e o turismo quase não existe mais.

O governo indiano teme que o exemplo da Cachemira seja seguido por outros estados, como o Punjab, por exemplo, que os *sikhs* desejam chamar de Kalistão**4. “Mais cedo ou mais tarde, Déli terá que ceder diante dessas reivindicações. Acontecerá com a Índia o mesmo processo de fragmentação que temos visto na ex-União Soviética e na antiga Iugoslávia – e seria demasiado utópico de minha parte supor que tal coisa venha a ocorrer de forma pacífica. Creio ainda que o envolvimento do Paquistão no conflito é o principal fator responsável pelo fracasso das negociações de paz. Evidentemente, o governo da Índia teme o alargamento da zona de influência paquistanesa na região”, analisa Ahmed Khan.

A situação, contudo, é bem mais complexa do que pode parecer à primeira vista, por causa dos diferentes interesses que a questão envolve. Para Shiamlal Desai, hindu, guia de turismo e morador de Nova Déli, “o verdadeiro objetivo dos cachemires é corroer a unidade da nação indiana. E isso interessa muito aos nossos inimigos, como os paquistaneses, que apóiam a guerrilha

através da fronteira e da parte da Cachemira que eles ocupam”.

A Cachemira é um dos principais produtores mundiais de haxixe, e o principal abastecedor da rota de tráfico que atravessa o território paquistanês a caminho do Afeganistão. Conseqüentemente, os grandes empresários da droga – que também investem na guerrilha – vêem na libertação a possibilidade de obterem o domínio econômico e político do lugar, mediante a instalação de um governo fantoche por eles controlado.

A posição das minorias – Considera-se ainda o fato de que o desejo muçulmano de liberdade não é partilhado pelas minorias pertencentes a outras religiões. “Há muito de fanatismo e desejo de poder da parte do muçulmano cachemires em todo este problema”, disse o monge budista Tenzin Chuklang, residente na cidade de Leh, capital do distrito de Ladakh.

“Embora nós, ladakhis budistas, estejamos ligados racial e culturalmente ao Tibete, preferimos continuar integrados à Índia, já que o espaço tibetano foi invadido pelo exército chinês. Os hindus não interferem em nossos costumes e crenças. Sob a tutela muçulmana, temos medo de que nosso povo seja perseguido e de que nossos mosteiros sejam profanados.”

Declaração análoga foi dada por Elizabeth Gregor, cristã pertencente à paróquia de St. Paul, em Srinagar, que visitava amigos em Leh, e acrescentou: “No mínimo 50% dos muçulmanos na Cachemira não sabem ler nem escrever. O baixíssimo nível cultural da população facilita a crença em promessas ilusórias, garantindo assim o apoio aos guerrilheiros. Seria bom se tivéssemos negociações de paz guiadas por um espírito de paz e cooperação.”

Anseios de paz – A guerra na Cachemira é tema polêmico em toda a Índia. Na cidade no Motihari, em Bihar – um dos estados mais pobres do país, próximo a Bangladesh –, as poucas notícias chegadas através dos refugiados e dos viajantes estrangeiros que se dirigem para o Nepal (o “pequeno vizinho feliz”, como é chamado por alguns indianos) são ouvidas e discutidas com paixão pelos seus habitantes.

Suraj Singh, proprietário de um restaurante em Motihari, declarou: “Apesar de pertencer à religião *sikh* e de nunca ter estado na Cachemira, identifique-me com a causa muçulmana. Aqui em Bihar, o sistema hinduísta de castas, ao mesmo tempo em que assegura a supremacia dos poucos abastados, justifica a miséria da grande maioria do povo. O hinduísmo reduz a zero a diferença entre os homens e as bestas. A miséria é tanta, que a carne dos cachorros e a dos ratos chega a ser disputada pelas pessoas famintas. Entre os islâmicos da Cachemira, segundo ouvi dizer, ninguém passa fome, embora estejam em guerra. O espírito de unidade preconizado no Corão favorece a ajuda mútua.”

Fayaz Ali Shaid, refugiado cachemire freqüentador do restaurante do sr. Singh, completou: “Tudo o que queremos é que os cachemires possam voltar a viver pacificamente em sua própria terra. Nossa grande arma é a fé. O pouco que temos recebido dos homens é compensado pelo muito que recebemos de Alá, Senhor de tudo e de todos. Acrescento ainda que, no caso em questão, os soldados indianos lutam basicamente para cumprir seu dever como militares, ao passo que os *mujaahidîn* lutam para defender famílias e o solo em que nasceram, em nome de Alá – a principal testemunha do drama da Cachemira.”

¹ Apesar do nome composto, o estado é normalmente chamado apenas de “Cachemira”

² Na língua árabe, *mujaahidîn* é o plural do substantivo *mujaahid*, proveniente do verbo *jahada*, que quer dizer, lutar, dedicar-se, esforçar-se, etc.

³ Sob o aspecto puramente lingüístico, o hindi e o urdu são a mesma língua. Porém, no léxico e na escrita, enquanto o hindi segue o sânscrito, o urdu orienta-se pelo árabe e pelo persa

⁴ No hindi, e também no urdu, *sthan* significa país ou lugar. Dai, Kalisthan – País de Kali; Pakhistan – País do Oeste, etc.

* Professor de Filosofia da Faculdade João Paulo II e Doutorando em Ciência da Literatura na UFRJ. Esteve recentemente na Índia, onde visitou a região da Cachemira, na qual entrou e permaneceu clandestinamente



CORCOVADO



CARNAVAL



ARCOS DA LAPA



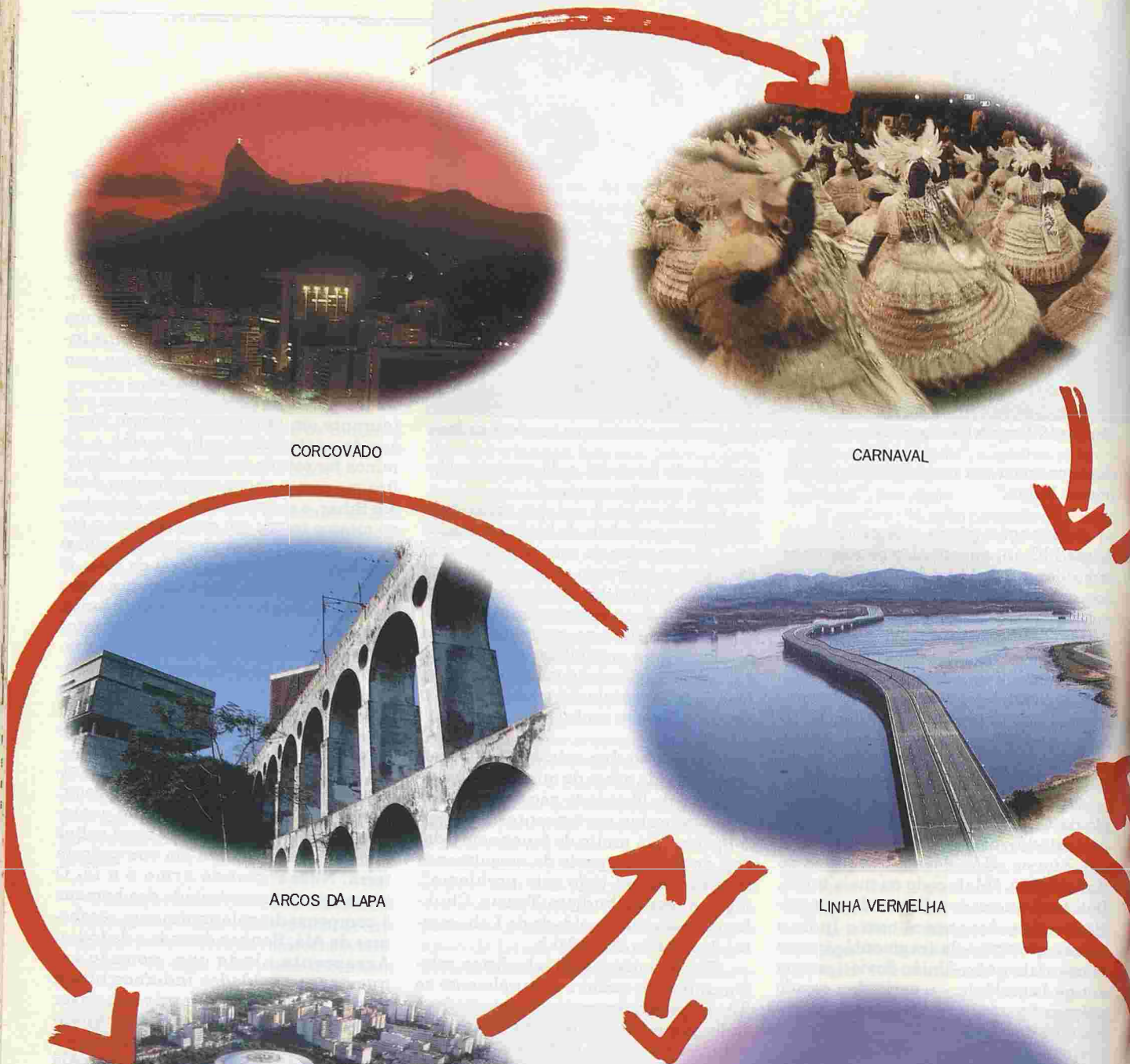
LINHA VERMELHA



MARACANÃ



DEDO DE DEUS




O RIO DE JANEIRO ESTÁ CADA VEZ MAIS LINDO. E MAIS RÁPIDO.

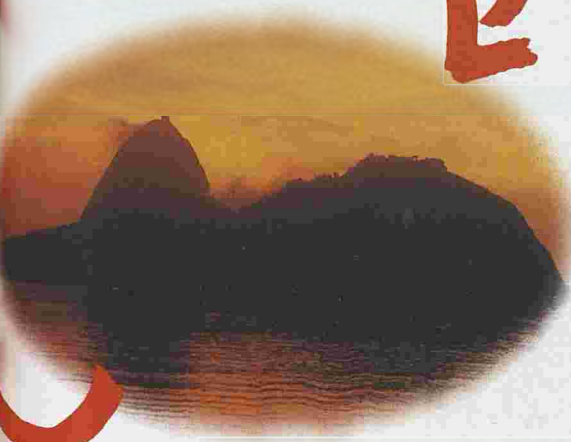
O Rio está muito mais perto de você. Está concluída uma das maiores obras viárias dos últimos 20 anos. Com a Linha Vermelha, Estados como São Paulo e Minas Gerais ficaram muito mais próximos do Rio de Janeiro. Chegar na Cidade Maravilhosa agora é uma tranquilidade. E circular por todo o estado, também. Você pega a Linha Vermelha e escolhe o roteiro. Quer ir para a região serrana, passear em Petrópolis? Curtir as montanhas belíssimas em Teresópolis? Quem sabe, a badalação carioca faz mais seu estilo? O Rio é sempre uma festa. Corcovado, Pão de Açúcar, belos museus, a Floresta da Tijuca.

Se o esporte for o seu forte, o Maracanã abre os braços. Emoção pura. E o carnaval, o samba gostoso e rasgado que lava a alma na Marquês de Sapucaí e se consagra na Praça da Apoteose? Levantar, junto com o sol, e mergulhar nas águas de Ipanema. No seu clima especial, nas suas histórias. Um convite irresistível esperando por você.

O Rio está muito mais perto. E ainda mais cheio de vida. A Linha Vermelha está pronta. Embarque e aproveite.



COPACABANA



PÃO DE AÇÚCAR



IGREJA DA PENHA



TurisRio
Companhia de Turismo
do Estado do Rio de Janeiro

PRESENTE NA VIDA DA GENTE

O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é importante sim. Aliás, é muito mais que importante. É fundamental. O bem-estar de cada um depende da força e participação de todos.



BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE